

TVR N.º 99, DE 2012
(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 121/2012
Aviso 257/2012

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que "Outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina".

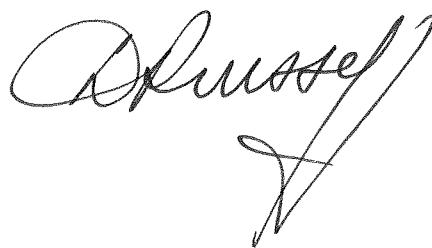
(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD))

Mensagem nº 121

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que “Outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina”.

Brasília, 4 de abril de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "A. Russell", with a long, sweeping flourish extending downwards and to the right.

53000.008131/2002-71

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Legísticos/COLID
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Claudio Lopes de Sousa
Brasília-DF 20/01/11 H 12:44

SONS I

27/10/2011

EM nº. 715/2011 - MC

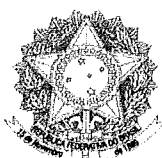
Brasília, 13 de setembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Santa Catarina Ltda. (Processo nº 53000.008131/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 59-A

Brasília - DF, segunda-feira, 26 de março de 2012



SEÇÃO



Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo..... 1

Presidência da República..... 2

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.705, DE 26 DE MARÇO DE 2012

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, caput, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, o desdobramento na descrição do código de classificação relacionado no Anexo I, efetuado sob a forma de destaque "Ex", observada a respectiva alíquota.

Art. 2º As Notas Complementares NC (73-3) e NC (84-5) da TIPI passam a vigorar com a redação dada pelo Anexo II.

Art. 3º Ficam criadas as Notas Complementares NC (39-4), NC (48-2), NC (94-1), e NC (94-2), aos Capítulos 39, 48 e 94 da TIPI com a seguinte redação:

"NC (39-4) Fica reduzida a zero, até 30 de junho de 2012, a alíquota relativa ao produto classificado no Ex 01 do código 3920.62.99."

"NC (48-2) Fica reduzida a dez por cento, até 30 de junho de 2012, a alíquota relativa ao produto classificado no código 4814.20.00."

"NC (94-1) Ficam reduzidas a zero, até 30 de junho de 2012, as alíquotas relativas aos produtos classificados nos códigos 9401.30, 9401.40, 9401.5, 9401.6, 9401.7, 9401.80.00, 9401.90 e 94.03."

"NC (94-2) Ficam reduzidas a cinco por cento, até 30 de junho de 2012, as alíquotas relativas aos produtos classificados nos códigos 9405.10.9 e 9405.40."

Art. 4º Fica extinto o desdobramento Ex 01 na descrição do código de classificação 9402.10.00 da TIPI.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guilherme Mantega

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
Acima de 500 páginas = preço da tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 10002012032600001

ANEXO I

Código TIPI	Descrição	Alíquota (%)
3920.62.99	Ex 01 - Laminados de politereftalato de etileno (PET) para revestimento	5

ANEXO II

NC (73-3) Ficam reduzidas a zero, até 30 de junho de 2012, as alíquotas relativas aos produtos classificados nos códigos a seguir especificados, observados os índices de eficiência energética especificados:

TIPI	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
7321.11.00 Ex 01	A
7321.12.00 Ex 01	A
7321.19.00 Ex 01	A

NC (84-5) Ficam fixadas nos percentuais indicados, até 30 de junho de 2012, as alíquotas relativas aos produtos classificados nos códigos a seguir especificados, observados os índices de eficiência energética, exceto sobre os classificados em destaques "Ex" eventualmente existentes nos referidos códigos:

TIPI	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	ALÍQUOTA (%)
8418.10.00	A	5
8418.2	A	5
8418.30.00 Ex 01	A	5
8418.40.00 Ex 01	A	5
8450.11.00 Ex 01	A	10
8450.12.00 Ex 01	A	10
8450.19.00 Ex 01	A	0
8450.20.90	A	10

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2012

Outorga concessão à Fundação Costa Norte, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bertoga, Estado de São Paulo.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043114/2003-61,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Costa Norte, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bertoga, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente dessa concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2012

Outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joazeiro, Estado de Santa Catarina.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008131/2002-71, Concorrência nº 011/2002-SSR/MC,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Santa Catarina Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joazeiro, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Paulo Bernardo Silva

DECRETO DE 26 DE MARÇO DE 2012

Renova a concessão outorgada à Rádio Princesa da Mata Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, caput, inciso IV, e 223 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.039796/2007-31,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 8 de outubro de 2007, a concessão outorgada originariamente à Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda., conforme Decreto nº 94.779, de 13 de agosto de 1987, renovada pelo Decreto de 17 de maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2002, e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 590, de 19 de agosto de 2004, tendo sua denominação social alterada para Rádio Princesa da Mata Ltda., pela Portaria nº 190, de 14 de setembro de 2001, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX N° 61

Brasília - DF, quarta-feira, 28 de março de 2012



SEÇÃO



Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário.....	1
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	9
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	9
Ministério da Cultura.....	10
Ministério da Defesa.....	16
Ministério da Educação.....	17
Ministério da Fazenda.....	23
Ministério da Integração Nacional.....	93
Ministério da Justiça.....	94
Ministério da Previdência Social.....	99
Ministério da Saúde.....	99
Ministério das Cidades.....	110
Ministério das Comunicações.....	111
Ministério das Relações Exteriores.....	121
Ministério de Minas e Energia.....	121
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	137
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	138
Ministério do Esporte.....	141
Ministério do Meio Ambiente.....	141
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	143
Ministério do Trabalho e Emprego.....	209
Ministério dos Transportes.....	210
Conselho Nacional do Ministério Público.....	211
Ministério Público da União.....	211
Poder Legislativo.....	223
Poder Judiciário.....	223
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	238

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.892 (1)
ORIGEM : ADI - 60345 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

-Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQTE(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO - ANDPU
ADV(A/S) : RAFAEL DE CÁS MAFFINI
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou a preliminar de ilegitimidade ativa da requerente, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, suscitante. Votou o Presidente. Em seguida, o Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com eficácia diferida a partir de 12 (doze) meses a contar desta data, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que pronunciava a inconstitucionalidade com eficácia *ex tunc*. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Dias Toffoli. Ausente, no julgamento de mérito, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos da União-ANDPU (ADIs 3.892 e 4.270), o Dr. Rafael de Cás Maffini; pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos-ANADEP (ADI 4270), o Dr. André Castro; pelo interessado Governador do Estado de Santa Catarina (ADI 3892), o Dr. Fernando Filgueiras, Procurador do Estado; pelo *amicus curiae* Associação Juizes para a Democracia (ADI 4270), o Dr. Sérgio Sêrvulo da Cunha; pelos *amici curiae* (ADI 4270) Conectas Direitos Humanos, Instituto Pro Bono e Instituto Terra Trabalho e Cidadania, o Dr. Marcos Fuchs; e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos. Plenário, 14.03.2012.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.270 (2)
ORIGEM : ADI - 88711 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REQTE(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP
ADV(A/S) : MARINA LOPES ROSSI
REQTE(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS DA UNIÃO - ANDPU
ADV(A/S) : RAFAEL DE CÁS MAFFINI
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE : CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (SANTA CATARINA)
ADV(A/S) : PAULO ROBERTO DE BÔRBA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE : ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA
ADV(A/S) : SÉRGIO SÊRVULO DA CUNHA
AM. CURIAE : CONECTAS DIREITOS HUMANOS
AM. CURIAE : INSTITUTO PRO BONO
AM. CURIAE : INSTITUTO TERRA TRABALHO E CIDADANIA
ADV(A/S) : ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, com eficácia diferida a partir de 12 (doze) meses, a contar desta data, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, que pronunciava a inconstitucionalidade com eficácia *ex tunc*. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos da União-ANDPU (ADIs 3.892 e 4.270), o Dr. Rafael de Cás Maffini; pela requerente Associação Nacional dos Defensores Públicos-ANADEP (ADI 4270), o Dr. André Castro; pelo interessado Governador do Estado de Santa Catarina (ADI 3892), o Dr. Fernando Filgueiras, Procurador do Estado; pelo *amicus curiae* Associação Juizes para a Democracia (ADI 4270), o Dr. Sérgio Sêrvulo da Cunha; pelos *amici*

curiae (ADI 4270) Conectas Direitos Humanos, Instituto Pro Bono e Instituto Terra Trabalho e Cidadania, o Dr. Marcos Fuchs; e, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos. Plenário, 14.03.2012.

Secretaria Judiciária

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS

Secretária

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÕES

DECRETO Nº 7.705, DE 26 DE MARÇO DE 2012

(Publicado no DOU de 26 de março de 2012, Seção 1 - Edição Extra)

- Na data, onde se lê: "26 de março de 2012", leia-se: "25 de março de 2012".

DECRETOS DE 26 DE MARÇO DE 2012

Nos decretos não numerados publicados no DOU de 26 de março de 2012, Seção 1, Edição Extra, na data, onde se lê: "26 de março de 2012", leia-se: "25 de março de 2012".

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 27 DE MARÇO DE 2012

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem de Rio Branco, resolve

ADMITIR

no Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, BRANISLAV HITKA, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Eslovaca.

Brasília, 27 de março de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

MARCO MAIA

Ruy Nunes Pinto Nogueira

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

RETIFICAÇÃO

No despacho referente à Exposição de Motivos nº 10, de 23 de março de 2011, do Ministério das Comunicações, publicado no DOU de 26 de março de 2012, Seção 1, Edição Extra, onde se lê: "Em 26 de março de 2012", leia-se: "Em 23 de março de 2012".

PRIMEIRA-SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em 9/4/12 às 12:27 horas
Assinatura Amparo Ponto 4.398

Aviso nº 257 - C. Civil.

MSC 121/2012

Em 4 de abril de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 23 de março de 2012, que "Outorga concessão à Rádio Santa Catarina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina".

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Sec. Geral da Mesa SEMO 09/Hor/2012 - 18:26
Ponto: 11933
Ass: Opauks
Dir: 19811
Jé Sec



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

09
CÓPIA 1

TVR 99/2012

53000.008131/02

INTERESSADO:

INTERESSADO: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA 011/2002-SSR/MC

OUTROS DADOS: SC Joaçaba TV

"Vendedora"

M O V I M E N T A Ç Õ E S

S E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	cel		21/09/12	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
- SENAPRO -

Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL

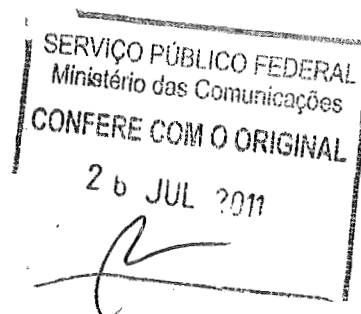


TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número **53000.008131/2002-71**, com os documentos que instruem a proposta de habilitação, técnica e preço da licitante – **RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.**, para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na cidade de **Joaçaba/SC**, objeto da **Concorrência nº 011/2002-SSR/MC**. A documentação de habilitação compreende 30 (trinta) páginas numeradas e rubricadas.

Brasília, 21 de dezembro de 2002

GUILHERME QUINTAS
PRESIDENTE DA CAT



FOLHA 01

**CONTRATO SOCIAL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA**

RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.

Que realizam entre si, **IVAN ZANARDO**, brasileiro, casado, do comercio, residente e domiciliado à Av. Rio Branco, s/nº, Edificio Barriga Verde, apto. 1201, centro, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de identidade Civil RG sob nº 11/R 180.205, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 003.198.219-00; **JORGINHO DOS SANTOS MELLO**, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Berlim, 195, Bairro Jardim Germania, na cidade de Florianópolis, Estado do Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade Profissional RG sob nº 12.853, emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Santa Catarina e CPF nº 250.841.199-04; **VILMAR MIGUEL SARTORI**, brasileiro, casado, produtor, residente e domiciliado à Rua Getulio Vargas, nº 650, centro, na cidade de Joaçaba, Estado do Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 11/C 549.814, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e CPF nº 386.941.409-00 e **JORGE LUIZ DRESCH**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado à Rua Sete de Setembro, 77, Edificio Grafisa, apto. 401, centro, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 11/R 743.145, emitida pela Secretaria de Segurança Publica de Santa Catarina e CPF nº 346.744.209-97, para a constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, visando explorar serviços de radiodifusão, entidade esta que se regerá pela legislação em vigor, sob as cláusulas e condições a seguir:

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de **RADIO SANTA CATARINA LTDA**, e terá como principal objetivo execução de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (TV) e televisão por assinatura, seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patriótica, bem como exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

Luiz Carlos Lenzi
Advogado
OAB/SC 12.874

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

20 JUL

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOACABA
AV. XV DE NOVENBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e
Joacaba, 06 de dezembro de 2002
da verdade
Em Teste

Clóvis dos Santos - Tabelião
Lúiz Gustavo Busetti - Escrevente
Maria C. dos Santos - Escrevente

() Artete A. dos Santos - Tabelião Subst.
(X) Sivaldo dos Santos - Escrevente

SECRETARIA DE FISCALIAÇÃO
Nº AGT 27828

SECRETARIA DE FISCALIAÇÃO
Nº AGT 27828

SEGUNDA - a sede da sociedade será à Rua Getulio Vargas, 650 - sala 001, em Joaçaba, Estado de Santa Catarina, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização dos Poderes Públicos Concedentes.

TERCEIRA - o Foro da sociedade será nesta cidade, eleito para conhecer e decidir em primeira instância as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.

QUARTA - O prazo de duração da presente sociedade é de tempo indeterminado, podendo esta ser dissolvida pelo consentimento dos sócios, observando quando da sua dissolução, os preceitos da legislação específica.

QUINTA - O capital social é de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), representadas por 40.000 (Quarenta mil) cotas de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios.

1 - IVAN ZANARDO	10.000 cotas	R\$ 10.000,00
2 - JORGINHO DOS SANTOS MELLO	10.000 cotas	R\$ 10.000,00
3 - VILMAR MIGUEL SARTORI	10.000 cotas	R\$ 10.000,00
4 - JORGE LUIZ DRESCH	10.000 cotas	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 40.000,00

SEXTA - A subscrição e integralização do capital social dar-se-á em moeda corrente nacional, da seguinte forma:

1ª 50 % (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no ato da assinatura do presente instrumento e;

2ª os restantes 50% (cinquenta por cento) do capital social, ou seja, R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) que integralizarão o capital social no prazo de 24 (Vinte e quatro) meses, a contar da data da publicação no DOU de ato do Poder Público Concedente que atribua a sociedade concessão ou permissão de serviços de radiodifusão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

SÉTIMA - A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 2º "infine" do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, é limitada à importância total do capital social.

OITAVA - As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, dependendo qualquer alteração contratual,

Luiz Carlos Lenzi
Advogado
OAB/SC 12.874

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2002

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.800-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

Joacaba (SC), 8 de dezembro de 2002

Em Teste da verdade

() Clóvis dos Santos - Tabelião
() Luiz Gustavo Busetti - Escrevente
() Maria C. dos Santos - Escrevente

SELO DE TISCULAZÃO
ISENTO

Nº 401 27428

OFÍCIO DE NOTAS
JOAÇABA - SC

bem como qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

NONA – As cotas em que se divide o capital social são nomináveis e indivisíveis e para cada uma delas a Sociedade reconhece apenas um único proprietário.

DÉCIMA - A propriedade da empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados a mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

Parágrafo Primeiro – É vedada a participação de pessoas jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros.

Parágrafo Segundo – A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto a não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

DÉCIMA PRIMEIRA – Os administradores da Entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério da Comunicações.

DÉCIMA SEGUNDA - o quadro de funcionários da Entidade será formado preferentemente de brasileiros e constituído ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

DÉCIMA TERCEIRA – Para os cargos de redatores, locutores e encarregados das instalações elétricas, somente serão admitidos brasileiros.

DÉCIMA QUARTA - A sociedade será administrada por um ou mais de seus cotistas, sob a denominação que lhes couber, quando indicados, eleitos e demissíveis por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, observando o disposto na cláusula DÉCIMA PRIMEIRA deste instrumento, aos quais compete “in solidum” ou cada um “de perci”, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva judicial ou extrajudicial da sociedade, a eles cabendo, quando na representação legal as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes de Sociedades por Cotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da empresa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

DÉCIMA QUINTA - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Sócio Gerente, o cotista **VILMAR MIGUEL SARTORI**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia da sua gestão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
V. XV DE NOVENBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e
Joaçaba (SC), 6 de dezembro de 2002
Em Teste da verdade

() Clóvis dos Santos - Tabelião
() Arlete A. dos Santos - Tabelã Subst.
() Sinival dos Santos - Escrevente

Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
Maria C. dos Santos - Escrevente

2º OFÍCIO DE NOTAS
dos Santos
do fô
JOAÇABA

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Nº AGI 27427

DÉCIMA SEXTA – O Sócio – Gerente, depois de ouvido o Poder Público Concedente poderá em nome da sociedade, nomear procuradores para a prática de atos de gerência, gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

DÉCIMA SÉTIMA – É expressamente proibido ao Sócio-Gerente, aos procuradores nomeados para gerir e administrar a Empresa e aos demais sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, assim em nome da Sociedade, prestar fiança, cauções, avais ou endossos de favor ainda que deles não resultem obrigações para a Sociedade ou ponham em risco o seu patrimônio.

DÉCIMA OITAVA – A título de pro-labore, o Sócio-Gerente poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre cotistas que representem a maioria do capital social, para viger num determinado período de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto ~~escritural desde logo~~ considerado para todos os fins, como encargo operacional da Empresa, e como tal dedutível da receita bruta.

REPUBLICA FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

DÉCIMA NONA – As cotas são livremente transferíveis entre os cotistas, desde que haja prévia autorização do Ministério das Comunicações. O preço da cada cota neste caso não ultrapassará o resultado do ativo líquido, apurado em balanço pelo número de cotas.

VIGÉSIMA – Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social. Após o que, deverão notificar por escrito a sociedade discriminando preço, forma e prazo de pagamento, para que seja de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as cotas poderão ser transferidas, sempre após a autorização dos Poderes Públicos.

VIGÉSIMA PRIMEIRA – No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou o herdeiro a faculdade de optar entre:

1ª) a sua participação na sociedade, o que ocorrerá desde, para tanto, obtenha a aprovação de sócios que representem a maioria do capital social e a prévia autorização dos Poderes Públicos concedentes; ou,

Luiz Carlos Benzi
Advogado
OAB/SC 12.874

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVENEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

ANTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi
 apresentado e dou fé.

Joaçaba (SC), 6 de dezembro de 2002

Em Teste da verdade

() Clóvis dos Santos - Tabelião
() Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
() Maria C. dos Santos - Escrevente

() Arlete A. dos Santos - Tabeliã Subst.
() Sinival dos Santos - Escrevente

SELO DE REGISTRAÇÃO
ISENTO

Nº AGI 27426

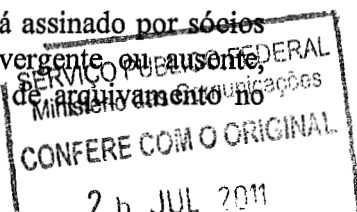
JOAÇABA SC

2ª) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das cotas, de acordo com os termos da cláusula DÉCIMA SÉTIMA, deste instrumento caso, por motivo qualquer, não possa ingressar na sociedade.

VIGÉSIMA SEGUNDA – Ocorrendo a hipótese prevista na “2ª” da cláusula anterior, as cotas e o haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge superstite ou ao herdeiro, em 12 (doze) prestações iguais, mensais e sucessivas de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

VIGÉSIMA TERCEIRA - Excetuada a hipótese de sucessão hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes de decorrido o prazo previsto no artigo 91 do Decreto nº 52.795/63, com redação que foi dada pelo Decreto nº 91.837/85.

VIGÉSIMA QUARTA - O instrumento de alteração contratual será assinado por sócios que representem a maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão público competente e ressalva dos direitos dos interessados.



VIGÉSIMA QUINTA – O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da Sociedade, como de lei sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

VIGÉSIMA SEXTA – A distribuição dos lucros será sempre sùstada quando verificar-se a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

VIGÉSIMA SÉTIMA – A sociedade, por todos os seus cotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas, recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

VIGÉSIMA OITAVA - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

VIGÉSIMA NONA – Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impeçam de exercer atividade mercantil.

TRIGÉSIMA - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das Sociedades por Cotas

Luiz Carlos Lenzi
Advogado
OAB/SC 12.874

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLOVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.

Joaçaba (SC), 8 de dezembro de 2002
Em Teste da verdade

() Clovis dos Santos - Tabelião
() Arlete A. dos Santos - Tabeliã Subst.
() Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
() Sinival dos Santos - Escrevente
() Maria C. dos Santos - Escrevente

Nº AGI 27424

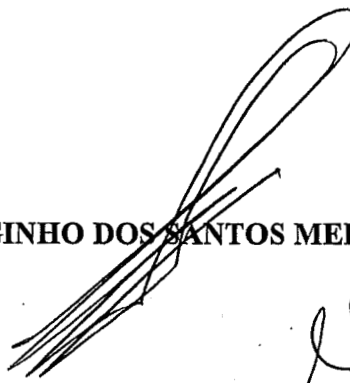
de Responsabilidade Limitada, pelos quais a Entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram datilografar o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma no anverso de 05 folhas, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, após o que levarão a registro no órgão competente, para que produza os efeitos legais.

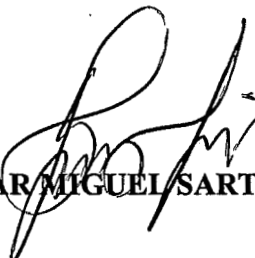
JOAÇABA,(SC), 01 de JUNHO de 2001.



IVAN ZANARDO



JORGINHO DOS SANTOS MELLO



VILMAR MIGUEL SARTORI



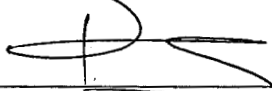
JORGE LUIZ DRESCH

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2001

Testemunhas:



SEZEFREDO EDEGAR SILVA
CPF Nº 103.658.269-87
CI 11/C-108.563/SSP/SC



RENATO DEBIASI DE OLIVEIRA
CPF Nº 551.303.999-00
CI 1.376.320/SSP/SC


Advogado
OAB/SC 12.874

JUCESC-XANXERE



01/073622-0

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/06/2001
SOB O NÚMERO:
42203011176
Protocolo: 01/073622-0
MAX JOSEF REUSS STRENZEL
SECRETARIO GERAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVENBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

Declaro que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.

Joaçaba (SC), 6 de dezembro de 2002

Em Teste da verdade

() Arlete A. dos Santos - Tabelião Subst.
() Sinval dos Santos - Escrevente

Clóvis dos Santos - Tabelião
Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
Marta C. dos Santos - Escrevente

SELO DE FISCALIZAÇÃO
ISENTO

Nº AGI 27423 JOAÇABA - SC

CIC

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

FOLHA 07

NASCIMENTO
15.07.56

INSCRIÇÃO NO CPF
250 841 199 04

CONTRIBUINTE

JORGINHO DOS SANTOS MELLO

[Assinatura]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CNPJ DE PESSOAS FÍSICAS

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia legítima
confere com o original que me foi
apresentado, e dou fé.

12 DEZ. 2002

TABELIONATO SILVA JARDIM
3º Ofício de Notas - 2º Ofício de Protestos
Telefones 222 5120 / 5991 - Fax 222 7637
Rua dos Vinhos 28 - CEP 88.010 - 560
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

AKH 70194

COLEGIO DA GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FISCAL - SC

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

GISTO
RAL 458.224-1

DATA DE
EXPEDIÇÃO 08/NOV/2002

OME JORGINHO DOS SANTOS MELLO

LIACÃO OSCAR DOS SANTOS MELLO
CELIA MARIA DE MELLO

NATURALIDADE
IBICARE SC

DATA DE NASCIMENTO
15/JUL/1956

DOC ORIGEM
C CAS 131 LV 15 FL 174
CART-SOUSA - JOACABA SC

CPF
250.841.199/04

FLORIANÓPOLIS SC

ASSINATURA DO DIRETOR II - SSP - SC
[Assinatura]
Luiz Carlos Rompsek

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia legítima
confere com o original que me foi
apresentado, e dou fé.

12 DEZ. 2002

TABELIONATO SILVA JARDIM
3º Ofício de Notas - 2º Ofício de Protestos
Telefones 222 5120 / 5991 - Fax 222 7637
Rua dos Vinhos 28 - CEP 88.010 - 560
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

COLEGIO DA GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FISCAL - SC

AKH 70195

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

27 JAN 2003

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2003

C/C

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

FOLHA 07
AP

NASCIMENTO
15.07.56

INSCRIÇÃO NO CPF
250.841.199 04

CONTRIBUINTE

JORGINHO DOS SANTOS MELLO

[Assinatura]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi apresentado, e dou fé.

12 DEZ. 2002

TABELIONATO SILVA JARDIM
3º Ofício de Notas - 2º Ofício de Protestos
Telefones 222 5120 / 5991 - Fax 222 7637
Rua dos Ilheus 28 - CEP 88.010-560
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

DO TERRITÓRIO NACIONAL



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO	REGISTRO RAL 458.224-1	DATA DE EXPEDIÇÃO 09.10.01/2002	
	NOME JORGINHO DOS SANTOS MELLO		
	FILIAÇÃO OSCAR DOS SANTOS MELLO CELIA MARIA DE MELLO		
	NATURALIDADE IBICARE SC	DATA DE NASCIMENTO 15/JUL/1956	
	DOC ORIGEM C CAS 191 LV 15 FL 174 CART-SOUZA - JOACABA SC		
CPF 250.841.199/04	ASSINATURA DO DIRETOR <i>[Assinatura]</i> II - SSP - SC		
CARTEIRA DE IDENTIDADE			

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi apresentado, e dou fé.

12 DEZ. 2002

TABELIONATO SILVA JARDIM
3º Ofício de Notas - 2º Ofício de Protestos
Telefones 222 5120 / 5991 - Fax 222 7637
Rua dos Ilheus 28 - CEP 88.010-560
Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AKW 70195

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

11/R



CARTILHA DE IDENTIFICAÇÃO

FOLHA 09

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 743.145

DATA DE EXPEDIÇÃO 27/11/2009

NOME JORGE LUIZ DRESCH

FILIAÇÃO Lauro Dresch
Leonilde Maria Belo Dresch

NATURALIDADE CHAPECÓ-SC

DATA DE NASCIMENTO 06/05/1959

DOC ORIGEM Cert. Cas. Nº 2391-LB/20-Fls 71V
Cart. Mosciobroaki-Joaçaba-SC.

CPF 346.744.209-97

Dr. MARIO WOLFART
DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

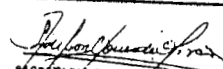
CIC

NASCIMENTO 06.05.59

INSCRIÇÃO NO CPF 346 744 209 97

CONTRIBUINTE

JORGE LUIZ DRESCH

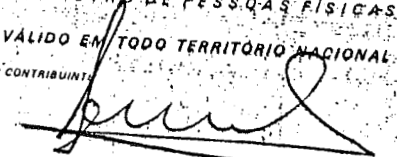

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE 



2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.

Joaçaba-SC, 29 de novembro de 2002

Em Teste da verdade

() Clóvis dos Santos - Tabelião
() Luiz Gustavo Busetti - Escrevente
() Maria C. dos Santos - Escrevente

() Adete A. dos Santos - Tabeliã Subst.
() Sinyal dos Santos - Escrevente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

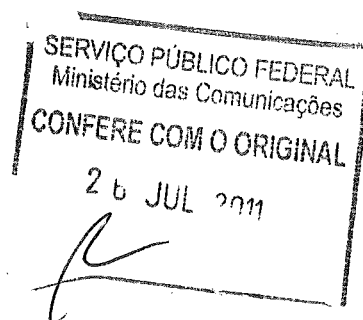
26 JUL 2011

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

FOLHA 11

ANEXO II

**DECLARAÇÃO REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES
DA ENTIDADE PROPONENTE**



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

FOUR 12
PP

ANEXO II

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da **RÁDIO SANTA CATARINA LTDA**, declara que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **JOAÇABA, Estado de Santa Catarina**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

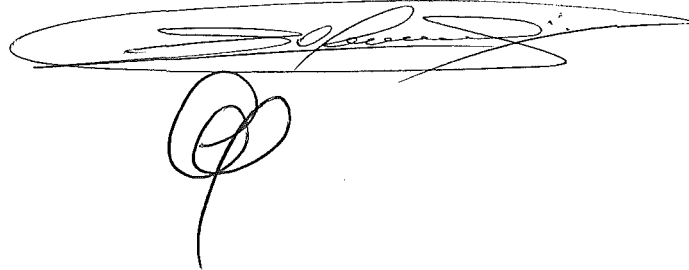
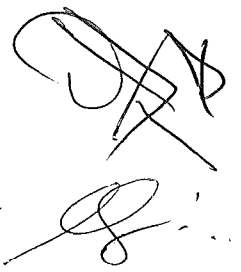
d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) Nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Joaçaba-SC, 18 de dezembro de 2.002.



VILMAR MIGUEL SARTORI
SÓCIO - DIRIGENTE
CPF - 386.941.409-00





ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOAÇABA
CARTÓRIO DA DISTRIBUIÇÃO

Folha 13
13

C E R T I D ã O

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Verônica Pastore/Matr. 8565
Distribuidora Judicial Designada
COMARCA DE JOAÇABA

VERÔNICA PASTORE

Distribuidor(a) da Comarca de Joaçaba
Estado de Santa Catarina na forma da Lei,

CERTIFICA, a requerimento Verbal da pessoa interessada, que, revendo os Livros e registros pertencentes a seu Cartório da Distribuição de Feitos Cíveis, de dez anos atrás, até a presente data, verificou deles não constar houvessem sido distribuídos, no citado período, e que estejam em andamento, procedimentos ordinários, procedimentos sumários, processos de execução, embargos de terceiros, protesto judicial, reintegração e emissão de posse, divisórias e demarcatórias, arresto, seqüestro, e outros processos cautelares, bem como falência, concordatas e demais feitos regidos sob legislação própria, nas Varas Cíveis desta Comarca contra - **VILMAR MIGUEL SARTORI, brasileiro, casado, do comércio**, filho(a) de **Alcides Santo Sartori e Inez Mores Sartori**, nascido(a) em **01/06/1957**, com CPF **386.941.409-00** e **RG 549.814**, residente e domiciliado(a) na **Rua Sete de Setembro, 600, Joaçaba - SC**.
Válida pelo prazo de (60) dias.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

SALVO AÇÃO QUE SEGUE NO VERSO.

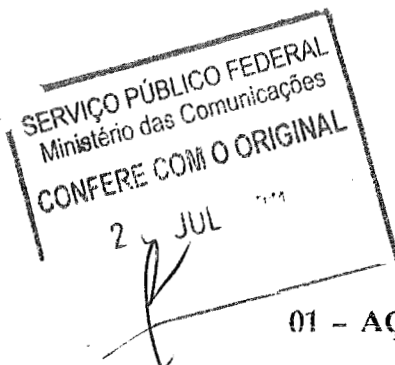
CERTIFICA, mais, que no seu Cartório da Distribuição de Feitos criminais, também não foram distribuídos no mesmo período, e que estejam em andamento, representação criminal, inquéritos de contravenção ou crime, contra a citada pessoa.

CERTIFICA, mais finalmente, que em seu Cartório da Distribuição dos Processos Privativos da Vara de Infância e juventude, (Interdição, Tutela, Curatela, ação de alimentos e outros), bem como no seu Cartório da Distribuição de Processos privativos da Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, igualmente não foram distribuídos no mesmo período, e que estejam em andamento, ações de procedimentos ordinários, procedimentos sumaríssimos, executivos fiscais, ou outros quaisquer processos especiais contra a citada pessoa.

Joaçaba (SC), em 04 de dezembro de 2002

Distribuidor(a) Judicial
Matrícula 8565

Obs: A presente Certidão é extraída para fins exclusivamente civis, não se aplicando às informações requisitadas por autoridade judiciária, nem às certidões para fins eleitorais, inscrição para concurso público e na Ordem dos Advogados do Brasil.
Esta certidão só tem validade no seu original, sem rasuras e mediante assinatura do Servidor. jmc



PROCESSOS CÍVEIS / CRIMINAIS

01 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 037.02.004461-1. Distribuída em 09/10/2002, na 2ª Vara Cível em que são partes como Exeqüente o Município de Joaçaba e Executado Vilmar Miguel Sartori.

Joaçaba, 04 de dezembro de 2002.


VERÔNICA PASTORE
Distribuidora Judicial
Matrícula 8565

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
COMARCA DE JOAÇABA

MARILÚ EDI MATTOS
Oficial Registrador
VANIA LUCIA MATTOS DIDOMENICO
Oficial Substituto

CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste Ofício os livros destinados aos registros dos instrumentos de protestos de letras de câmbio, notas promissórias, duplicatas de fatura, cheques e outros quaisquer documentos de crédito, deles verifiquei nada constar com relação a **VILMAR MIGUEL SARTORI, BRASILEIRO, CASADO, COMERCIO-** estabelecido(a)

RUA SETE DE SETEMBRO 600

JOAÇABA

89600.000 SC

CPF/CGC/MF 386.941.409-00

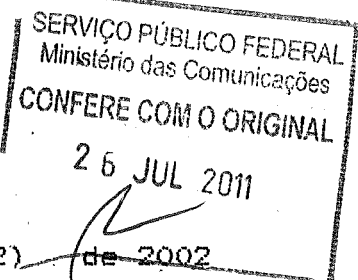
Inscrição Estadual

nos últimos 5(cinco) anos. O referido é verdade e dou fé.

Eu, Pamela, Oficial Registral, subscrevo, dou fé e assino.

Em test.º P da verdade

Joaçaba., em 3 de dezembro (12) de 2002



Oficial

190 OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS Av. XV de Novembro, 893 (049) 522-1683

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
 DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
 AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
 CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
 Declaro que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi
 apresentado e dou fé.
 Joaçaba (SC), 6 de dezembro de 2002
 Em Teste da verdade
 () Clóvis dos Santos - Tabelião
 () Ariete A. dos Santos - Tabelião Subst.
 (x) Luiz Gustavo Buseini - Escrevente
 () Maria C. dos Santos - Escrevente

Nº AGI 27421

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 26 JUL 2011

FOI EM 15
AP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Joaçaba

2º Tabelionato de Notas e Ofício de Protestos

Clóvis dos Santos - Tabelião

Praça Adolfo Konder, 338 - Fone (049) 522-1081

CERTIDÃO

C E R T I F I C O, para os devidos e legais efeitos, a pedido de parte interessada que, revendo neste Tabelionato os Livros de Registro de Protesto de Letras de Câmbio, Notas Promissórias, Duplicatas e outros Títulos, neles **NÃO** ENCONTREI registro de protesto algum lavrado contra: **Vilmar Miguel Sartori**, brasileiro, casado, do comércio, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Joaçaba(SC).., inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 386.941.409-00, no período de **03 de Dezembro de 1997 a 03 de Dezembro de 2002**.

O referido é verdade e dou fé.

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

Joaçaba, 03 de Dezembro de 2002

26 JUL 2011

EM TESTO DA VERDADE

Luiz Gustavo Buseti
Escrevente Notarial

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS

Clóvis dos Santos - Tabelião
dos Santos - Tabelião Substituta
Preventes Autorizados:

Luiz Gustavo Buseti
Maria Christina dos Santos
Sinval dos Santos

14 de Novembro, 338 / Fundos
Fone/Fax: (0xx49) 522-1081
CEP: 89600-000 - JOAÇABA - SC

20 JUL 2019

AUTENTICAÇÃO

DECLARO QUE A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO E DOU FÉ.

João Pessoa (PB), 6 de dezembro de 2002

Em Teste da verdade

Nº AGI 27420

Clóvis dos Santos - Tabellão

Luiz Gustavo Buseti - Escrevendo
 Marco A. dos Santos - Escrevendo

() Arlete A. dos Santos - Tabela Subst.

6) **Sinval dos Santos - Escrevente**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Juízo da 18^a Zona Eleitoral

CERTIDÃO

Nome: VILMAR MIGUEL SARTORI

Filiação: ALCIDES SANTO SARTORI
Pai

INEZ MORES SARTORI
Mãe

Data do Nascimento: 01 / 06 / 1957 Local: OURO - SC

Inscrição Eleitoral: 8044990965 Seção: 144

Certifico que o(a) eleitor(a) supra citado(a) está, até a presente data, QUITE com o Serviço Eleitoral. E como nada mais houvesse para constar, eu, MARCOS ANTONIO CALAI KRANZ

_____, datilografei e subscrevi.

JOACABA, 05 de DEZEMBRO de 2002

Chefe do Cartório ou Escrivão
Marcos Antonio Calai Kranz
Chefe da 18ª Zona Eleitoral

MOD. TRE. ZE. - 04



2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOACABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.
Joacaba (SC), 05 de dezembro de 2002
Em Teste da verdade
() Clóvis dos Santos - Tabelião
() Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
() Maria C. dos Santos - Escrevente
() Ariete A. dos Santos - Tabelião Subst.
() Sinval dos Santos - Escrevente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

2 JUL 2003

FOLHA 17

RADIO SANTA CATARINA LTDA
RUA GETULIO VARGAS, 650
89600000 JOAÇABA - SC
CNPJ.: 04.519.960/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2001

A T I V O

ATIVO CIRCULANTE	40.000,00
DISPONIVEL	40.000,00
BENS NUMERARIOS	40.000,00
TOTAL DO ATIVO:	40.000,00

JOAÇABA-SC 31 de DEZEMBRO de 2001

WILMAR MIGUEL BORTORI
CPF: 386.744.209-00

JORGE LUIZ DRESCH
Contador
CRC: 13472-0/6 SC
CPF: 346.744.209-97

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

RADIO SANTA CATARINA LTDA
RUA GETULIO VARGAS, 650
39600000 JOAÇABA - SC
CNPJ...: 04.519.960/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2001

P A S S I V O

TOTAL DO PASSIVO:

0,00

P A T R I M O N I O L I Q U I D O

CAPITAL SOCIAL
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO

40.000,00

40.000,00

TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO:

40.000,00

TOTAL DO PASSIVO+PATRIMONIO LIQUIDO:

40.000,00

JOAÇABA-SC 31 de DEZEMBRO de 2001

VILMAR MIGUEL BARTORI
CPF: 386.744.409-00

JORGE LUIZ DRESCH
Contador
CRC: 13472-0/6 SC
CPF: 346.744.209-97

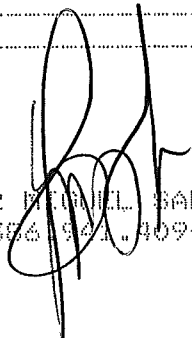
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

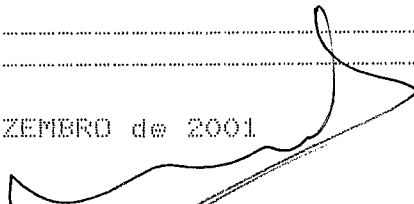
RADIO SANTA CATARINA LTDA
RUA GETULIO VARGAS, 650
89600000 JOAÇABA - SC
CNPJ.: 04.519.960/0001-13

Folha 19

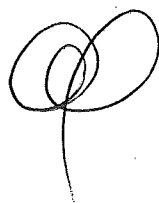
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO Período: 01/06/2001 a 31/12/2001

JOAÇABA-SC 31 de DEZEMBRO de 2001


VILMAR MIGUEL SARTORI
CPF: 356.941.409-00


JORGE LUIZ DRESCH
Contador
CRC: 13472-0/6 SC
CPF: 346.744.209-97









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Folha 20

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.519.960/0001-13		CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		DATA DE ABERTURA 25/06/2001	VALIDADE DO CARTÃO 31/10/2003
NOME EMPRESARIAL RADIO SANTA CATARINA LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 92.21-5-00 - Atividades de rádio					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE P/QUOTAS RESPONSABILIDADE LTDA					
LOGRADOURO RUA GETULIO VARGAS		NÚMERO 650	COMPLEMENTO SALA 01		
CEP 89600-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO JOACABA	UF SC		
CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE					
CPF DO RESPONSÁVEL 386.941.409-00		SITUAÇÃO ESPECIAL			

APROVADO PELA IN/SRF NO. 002/2001

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOACABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLOVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.

Joacaba(SC) 8 de dezembro de 2002
Em Teste da verdade

() Clovis dos Santos - Tabelião
() Arlete A. dos Santos - Tabeliã Subst.
() Luiz Gustavo Busetti - Escrevente
() Maria C. dos Santos - Escrevente
() Sinval dos Santos - Escrevente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
GERÊNCIA DE CADASTRO TRIBUTÁRIO

PARA USO DO PROCESSAMENTO

01

ETIQUETA

02

Nº DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DO ICMS

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS
FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - FAC

- 1 - PREENCHA À MÁQUINA, EM DUAS VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS E SEM RASURAS;
- 2 - OS ITENS DE FUNDO ESCURECIDO NÃO SERÃO PREENCHIDOS PELO CONTRIBUINTE;
- 3 - NO CASO DE ALTERAÇÃO CADASTRAL, PREENCHA O ITEM 2, OS BLOCOS 01, 08, 10 E 11 E OS ITENS A SEREM ALTERADOS; SE ALGUM DOS ITENS A SER ALTERADO ESTIVER CONTIDO NOS BLOCOS 3 OU 7, PREENCHA TODO O BLOCO;
- 4 - NO CASO DE BAIXA, SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO, PREENCHA SOMENTE O ITEM 02 E OS BLOCOS 01, 08, 10, 11;
- 5 - NO CASO DE REATIVAÇÃO, PREENCHA O ITEM 02, OS BLOCOS 01, 08, 10 E 11, E OS ITENS QUE DEVEM SER ALTERADOS.

254231179

BLOCO 1 - QUALIFICAÇÃO DO PEDIDO

03	NATUREZA DA ATUALIZAÇÃO (ASSINALAR APENAS UMA QUADRÍCULA)	04	PORTE DA EMPRESA	05	DATA DA ATUALIZAÇÃO
	CADASTR. <input checked="" type="checkbox"/> 26 ALTERAÇ. <input checked="" type="checkbox"/> 37 BAIXA <input checked="" type="checkbox"/> 42 SUSPENS. <input checked="" type="checkbox"/> 58 CANCEL. <input checked="" type="checkbox"/> 61 REATIV. <input checked="" type="checkbox"/> 75		ME <input checked="" type="checkbox"/> 83 EPP <input checked="" type="checkbox"/> 89 OUTRAS <input checked="" type="checkbox"/> 00		DIA MÊS ANO

BLOCO 2 - DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

06	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL
	RADIO IO SANTA CATARINA LTDA
07	NOME FANTASIA

BLOCO 3 - LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

08	TIPO LOGRAD.	09	NOME LOGRADOURO
	RUA		GETULIO VARGAS
10	NÚMERO	11	COMPLEMENTO (CONJUNTO, BLOCO, ANDAR, APTO, SALA, ETC)
	650		SALA 01
13	BAIRRO OU DISTRITO	14	C.E.P.
	CENTRO		89600000
16	NOME DO MUNICÍPIO	17	MUNICÍPIO UF
	JOAÇABA		81779 SC

BLOCO 4 - QUALIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

18	DESCRIÇÃO DA PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA (DETALHE NO BLOCO 9)	19	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO		COD. 95451
20	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA SECUNDÁRIA (SE FOR O CASO)	21	ATIVIDADE ECONÔMICA SECUNDÁRIA
			COD.
22	CATEGORIA DO ESTABELECIMENTO	23	INÍCIO DA ATIVIDADE
	MATRIZ OU ÚNICO <input checked="" type="checkbox"/> FILIAL <input type="checkbox"/> OUTROS <input type="checkbox"/>		DIA MÊS ANO
			02 07 01
25	REGIME DE PAGAMENTO	26	SIMPLES / SC
	NORMAL <input checked="" type="checkbox"/> 12 ESTIMATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 36 ISENTO <input checked="" type="checkbox"/> 50		ÚNICO <input type="checkbox"/> 91 CENTRALIZADO <input type="checkbox"/> 92 CENTRALIZADOR <input type="checkbox"/> 93
			27
			SIM <input type="checkbox"/> 47 NÃO <input type="checkbox"/> 62

BLOCO 5 - INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

29	NÚMERO BÁSICO	30	PARA CONTRIBUINTE PESSOA FÍSICA
	C.G.C. 04519960		C.P.F.

BLOCO 6 - OUTRAS INFORMAÇÕES

31	JUNTA COMERCIAL	41	CARIMBO
	INSC. 42203011176		
40	NATUREZA JURÍDICA - (PREENCHER COM O CÓDIGO CORRESPONDENTE) -		
	15		
	11 EMPRESA INDIVIDUAL 13 SOC. EM NOME COLETIVO 15 SOC. P/COTAS RESP. LTDA 17 SOC. CAPITAL E INDUST 19 SOC. COMAND. SIMPLES 21 SOC. COMAND. PIAÇÕES 23 S/A CAPITAL ABERTO 25 S/A CAPITAL FECHADO 27 SOC. CIVIL 29 AUTARQUIA		



BLOCO 7 - PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS (Titular, Diretores, Gerentes, Sócios)

50	NOME	I V A N Z A N A R D O	
51	COD. CARGO	52	DESCRIÇÃO DO CARGO
	1 3		SOCIO QUOTISTA
55	C.P.F.	0 0 3 1 9 8 2 1 9 0 0	
50	NOME	J O R G I N H O D O S S A N T O S M E L L O	
51	COD. CARGO	52	DESCRIÇÃO DO CARGO
	1 3		SOCIO QUOTISTA
55	C.P.F.	2 5 0 8 4 1 1 9 9 0 4	
50	NOME	M I G U E L S A R T O R I	
51	COD. CARGO	52	DESCRIÇÃO DO CARGO
	1 2		SOCIO GERENTE
55	C.P.F.	3 8 6 9 4 1 4 0 9 0 0	
50	NOME	J O R G E L U I Z D R E S C H	
51	COD. CARGO	52	DESCRIÇÃO DO CARGO
	1 3		SOCIO QUOTISTA
55	C.P.F.	3 4 6 7 4 4 2 0 9 9 7	

CÓDIGO - CARGO
 01 - PRESIDENTE OU DIRETOR PRESIDENTE
 02 - SUPERINTENDENTE OU DIRETOR SUPERINTENDENTE
 03 - DIRETOR (ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO, ETC.)
 12 - SÓCIO GERENTE
 13 - SÓCIO QUOTISTA
 05 - TITULAR
 06 - AÇIONISTA
 07 - GERENTE
 08 - PROCURADOR
 09 - ADMINISTRADOR
 10 - OUTROS
 11 - REPRESENTANTE

BLOCO 8 - CONTADOR OU ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL RESPONSÁVEL

74	NOME	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA	
75	E	CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	
76	N	C - JORGE LUIZ DRESCH	
76	N	R - SETE DE SETEMBRO, 77 4 ANDAR	
76	N	C - 1 SC-013472/0-6 CPF: 346.744.209-97	
76	N	S - 89600-000 JOACABA - SC	
93	C	C - <<< VALIDADE ATÉ 31-Mar-2002 >>>	
92	DDD	TELEFONE	
94	ASSINATURA		

TIPO:
 O-ORIGINÁRIO
 T-TRANSFERIDO
 S-SECUNDÁRIO
 P-PROVISÓRIO

BLOCO 9 - PRINCIPAIS PRODUTOS COM QUE OPERA A EMPRESA

79	ÚNICO PRODUTO DE SAÍDA	80	OU PRODUTO DE MAIOR SAÍDA
81	PRODUTO SECUNDÁRIO	82	OU GRUPO DE PRODUTOS DE MAIOR SAÍDA

BLOCO 10 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

83	NOME OU RAZÃO SOCIAL (No caso de alteração da razão social, preencher o item com a razão social anterior)
----	---

BLOCO 11 - DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PARA ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A EMPRESA IDENTIFICADA NA PRESENTE DECLARA:

1 - PARA EFEITOS DE OPÇÃO INDICADA NO CAMPO 04 DO BLOCO 1 QUE SATISFAZ PLENAMENTE AS DISPOSIÇÕES DA LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA.

2 - QUE, DEIXANDO DE PREENCHER AS CONDIÇÕES PARA O ENQUADRAMENTO NESSE REGIME, PASSARÁ A PAGAR O ICMS NA FORMA PREVISTA EM LEI.

DECLARA OUTROSSIM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.

85	LOCAL E DATA	86	NOME LEGÍVEL DO RESPONSÁVEL
	Jba 02.07.01		VILMAR MIGUEL SARTORI
87	IDENTIDADE	88	C.P.F.
	11/C 549 8E4		386 941 409 00
89	ASSINATURA		

BLOCO 12 - INFORMAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

90	DESCRIÇÃO - (INDICAR OS LOGRADOUROS OU PONTOS DE REFERÊNCIA)
	CONPLAN CONTADORES ASSOCIADOS SC LTDA 1864
	R: SETE DE SETEMBRO, 77 SALA 201
	DOCTOS FISCAIS FICAM COM A CONTABILIDADE

BLOCO 13 - HOMOLOGAÇÃO FISCAL

91	PARECER
	NADA A OPOR
	02/07/2001
	DATA
	RUBRICA
	Marlio Nagao
	de Tributos Estaduais
	atricula 184.955-7

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOACABA
 AV. XV DE NOVENBRO, 100-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
 CLOVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

Certifico que a presente fotocópia é fiel ao documento original que me foi apresentado e
 dou fé.

Joacaba (SC), 6 de dezembro de 2002
 Em Teste da verdade

() Clóvis dos Santos - Tabelião
 () Luiz Gustavo Busetti - Escrevente
 () Maria C. dos Santos - Escrevente
 () Arlete A. dos Santos - Tabelião Subst.
 () Sinval dos Santos - Escrevente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
IMPOSTO SOBRE SERVICOS
CADASTRO FISCAL

FOLHA 22

CERTIFICADO DE INSCRICAO

NOME OU RAZAO SOCIAL: RADIO SANTA CATARINA LTDA

ENDEREÇO: RUA GETULIO VARGAS 650
SALA 01 CENTRO
JOACABA SC

ATIVIDADES:
SERV.DE RADIODIFUSAO SONORA, SONS E IMAGENS

INSCRICAO: ISS 0.0.000.0.0000 CMC 8167.8

ESPACO RESERVADO PARA USO DA REPARTICAO

PRazo PARA RECOLHIMENTO - Ate o dia 15 do mes subsequente em que ocorreu a receita.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

NOTA - Nao e' permitida qualquer alteracao neste certificado, o qual deve ser mantido no estabelecimento para pronta apresentacao quando exigido.

JOACABA em 06 de dezembro de 2002

Encarregado

MUD/EB/ST/74



2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOACABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 336 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLOVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

Declaro que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.

Joacaba (SC), 8 de dezembro de 2002
Em Teste da verdade

() Clovis dos Santos - Tabelião
(X) Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
() Sinval dos Santos - Escrevente

SECRETARIA DE RECEITAS
Nº 461 27851



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOAÇABA
CARTÓRIO DA DISTRIBUIÇÃO

FOLHA 23
NR

C E R T I D ã O

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SANTA CATARINA

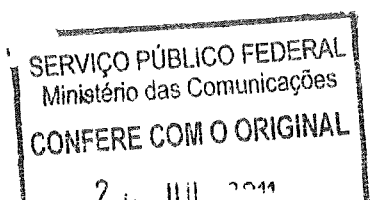
Verônica Pastore/Matr. 8565
Distribuidora Judicial Designada
COMARCA DE JOAÇABA

VERÔNICA PASTORE

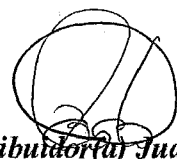
Distribuidor(a) da Comarca de Joaçaba -
Estado de Santa Catarina na forma da Lei,

CERTIFICA, a requerimento Verbal da pessoa interessada, que, revendo os Livros e registros pertencentes a seu Cartório da Distribuição de Feitos Cíveis, de dez anos atrás, até a presente data, verificou deles não constar houvessem sido distribuídos, no citado período, e que estejam em andamento, procedimentos ordinários, procedimentos sumários, processos de execução, embargos de terceiros, protesto judicial, reintegração e emissão de posse, divisórias e demarcatórias, arresto, seqüestro, e outros processos cautelares, bem como falência, concordatas e demais feitos regidos sob legislação própria, nas Varas Cíveis desta Comarca contra - **RÁDIO SANTA CATARINA LTDA**, empresa portadora do documento CNPJ nº 04.519.960/0001-13, com endereço na **Rua Getúlio Vargas, 650, Sala 01, Joaçaba - SC**.

CERTIFICA, finalmente, que em seu Cartório da Distribuição dos Processos Privativos da Vara de Infância e juventude, (Interdição, Tutela, Curatela, ação de alimentos e outros), bem como no seu Cartório da Distribuição de Processos privativos da Vara dos Feitos da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho, igualmente não foram distribuídos no mesmo período, e que estejam em andamento, ações de procedimentos ordinários, procedimentos sumaríssimos, executivos fiscais, ou outros quaisquer processos especiais contra a citada empresa.



Joaçaba (SC), em 03 de dezembro de 2002.


Distribuidor(a) Judicial
Matrícula 8565

Válida pelo prazo de (60) dias.

A presente certidão é válida somente no seu original, sem rasuras e mediante assinatura do Servidor.



PREVIDÊNCIA SOCIAL
A seguradora do trabalhador brasileiro

PREVNet
GOVERNO
FEDERAL

10/11/2002
[Signature]

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 037532002-20022040

DADOS DO SUJEITO PASSIVO:

CNPJ: 04.519.960/0001-13
NOME: RADIO SANTA CATARINA LTDA
ENDERECO: RUA GETULIO VARGAS, 650 SALA 01
BAIRRO OU DISTRITO: CENTRO
MUNICIPIO: JOACABA
ESTADO: SC
CEP: 89600-000

FINALIDADE DA CERTIDÃO:

QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NAS LEIS 8.212 DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERACOES, E 8.870 DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE OBRA DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- REDUCAO DE CAPITAL SOCIAL E TRANSFERENCIA DE CONTROLE DE COTAS DE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

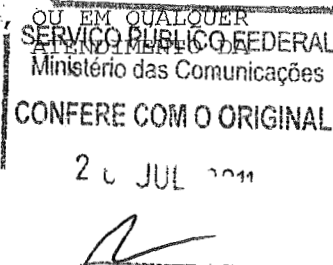
E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI No 8.212/91, E ALTERACOES, QUE, PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVADO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDERECO www.previdenciasocial.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL OU UNIDADE AVANÇADA DE PREVIDENCIA SOCIAL.

DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA. EMITIDA EM, 05 DE DEZEMBRO DE 2002.

COM VALIDADE ATE: 03/02/2003

VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.



PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



CATAPREVIEW

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



[Signature]

[Signature]

[Signature]

Inscrição:
Razão Social:
Endereço:

04519960/0001-13
RADIO SANTA CATARINA LTDA
RUA GETULIO VARGAS 650 SALA 01 / CENTRO / JOACABA / SC / 89600-000

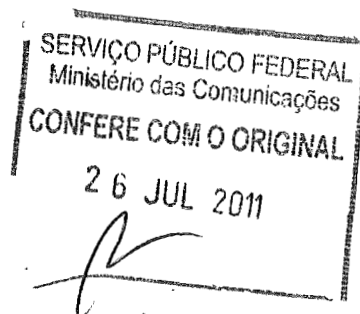
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e, ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/12/2002 a 04/01/2003

Certificação Número: 2002120600009596338003

Informação obtida em 06/12/2002, às 09:36.



A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS

(SUJEITA A CONFIRMACAO DE AUTENTICIDADE NA PAGINA DA SRF NA INTERNET,
NO ENDERECO <HTTP://WWW.RECEITA.FAZENDA.GOV.BR>)

VALIDA ATE: 06/06/2003 - EMITIDA EM: 06/12/2002

NRO.: 5.847.934

CNPJ: 04.519.960/0001-13
RADIO SANTA CATARINA LTDA
RUA GETULIO VARGAS 650 SALA 01 CENTRO
CEP: 89600-000 JOACABA SC

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, PENDENCIAS
EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO
CONTRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO
CONSTITUINDO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS
INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA
GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

-----+
| ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO |
+-----+

CARIMBO, DATA E ASSINATURA

-----+
| EXPEDIDA GRATUITAMENTE |
+-----+



EMITIDA COM BASE NA IN/SRF 93, DE 23/11/2001

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

20 JUL 2011

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVENBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

Eu, Clóvis dos Santos, Tabelião, certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e
Joaçaba(SC), 6 de dezembro de 2002
Em Teste da verdade

Luiz Gustavo Buseti - Escrevente
Maria C. dos Santos - Escrevente

Arlete A. dos Santos - Tabelã Subst.
Sivaldo dos Santos - Escrevente

SELO DE FISCALIZAÇÃO
ISENTO
Nº 861.27431



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

FULVIA 27
[assinatura]

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NEGATIVA

CNPJ
04.519.960/0001-13

Nome Completo
RADIO SANTA CATARINA LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES** em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão **NEGATIVA**.

ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

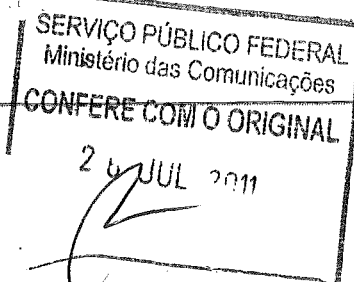
ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE

Emissão às 09:35:29 do dia 06/12/2002

Código de Controle da Certidão: C08A.A644.F890.A028

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

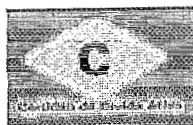
Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.



[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]



CERTIDÃO QUANTO À
DÍVIDA ATIVA

EMIÇÃO DE DARF

PARCELAMENTO
SIMPLIFICADO

PAGAMENTO ON-LINE

FECHAR

**Esta Certidão foi corretamente emitida para este
contribuinte.**

CPF OU CNPJ(CGC)

04.519.960/0001-13

DATA DA EMISSÃO

06/12/2002

HORA DA EMISSÃO

09:35:29

CÓDIGO DE CONTROLE DA CERTIDÃO

C08A.A644.F890.A028

EMIÇÃO VIA INTERNET

Negativa

Voltar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

NOME COMPLETO: RADIO SANTA CATARINA LTDA

ENDEREÇO: RUA GETULIO VARGAS, 650, SALA 01, CENTRO, JOACABA

NÚMERO DO CGC/CPF: 04.519.960/0001-13

RTI O DE DEBITOS ESTADUAIS

CERTIDÃO N.º: 962296-9

USEFI: 007

PÁGINA: 001

INSCRIÇÃO: 254.231.179 - ATIVA

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NO REQUERIMENTO PROTOCOLADO NESTE ÓRGÃO E, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA ESTADUAL DE INSCREVER E COBRAR AS DIVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA FINS DE DIREITO QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA FAZENDA ESTADUAL, EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DÉBITO.

PARA CONSTAR, FOI EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS, QUE VAI POR MIM ASSINADA.

JOACABA EM, 04 DE DEZEMBRO DE 2002.

Jorge Mello Ferreira

ASSESSOR DE GERENTE REGIONAL
Matrícula - 184905-0

ESTA CERTIDÃO VALERÁ POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, ARTIGO 210 DO RNGDT/SC.
OBSERVAÇÃO: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO.

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOACABA
XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 622.1001
CLÓVIS DOS SANTOS - TABELÃO

AUTENTICAÇÃO
O presente documento é autêntico e representa fielmente o original que aos fins requeridos.

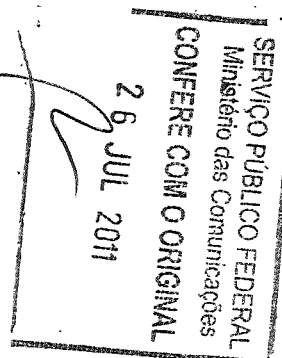
Joacaba (SC), 04 de dezembro de 2002
Em Teor da verdade,
() Aldeir A. dos Santos - Tabelão Subst.
() Sivaldo dos Santos - Escrevente

Joacaba (SC)
Clóvis dos Santos - Tabelão
Luiz Gustavo Busetti - Escrevente
Marta C. dos Santos - Escrevente

Nº 451.27433

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA

COLEÇÃO GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Folha 29

FOLHA 30



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS N. 1029/2002

CERTIFICO, a Requerimento da parte interessada, e de acordo com as informações prestadas pelos órgãos fazendários desta Prefeitura conforme processo número 77996 de 05/12/2002, QUE

RADIO SANTA CATARINA LTDA

RUA GETULIO VARGAS 650 SALA 01
CENTRO 89600.000 JOAÇABA SC
CPF/CNPJ 04.519.960/0001.13
CMC/INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 008169.8

Esta quite com os tributos municipais até a presente data.

Ficam, todavia, reservados os direitos da Fazenda Municipal de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados.

Para constar, Eu EDUARDO BARBOSA, passei a presente certidão, para fins de CADASTRO/CONCORRÊNCIA

E Eu GENTIL MARIA BORTOLI Diretor Financeiro, a conferi e assino.

Obs:

O prazo de validade desta certidão é de 120 (CENTO E VINTE) dias, a contar desta data

Joaçaba, em 07 de dezembro de 2002

Gentil Maria Bortoli
Diretor de Finanças
Prefeitura Municipal de Joaçaba



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLOVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE TÍTULOS DE JOAÇABA
AV. XV DE NOVEMBRO, 338 / FUNDOS • CEP 89.600-000 • FONE/FAX: (49) 522.1081
CLOVIS DOS SANTOS - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

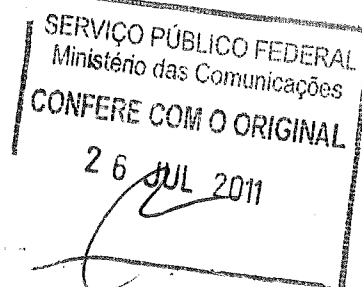
Eu Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado e dou fé.

Joaçaba (SC), 10 de dezembro de 2002
Eu Tabelião da verdade

- () Clovis dos Santos - Tabelião
- () Arlete A. dos Santos - Tabeliã Subst.
- () Luiz Gustavo Buselli - Escrevente
- () Silmar dos Santos - Escrevente
- () Maria C. dos Santos - Escrevente

PROCURAÇÃO

RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 650, Centro, na cidade de Joaçaba – SC, Devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.519.960/0001-13, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH**, brasileiro, divorciado, empresário, documento de identidade RG nº M3-042.592 – SSP-PR e CPF nº 325.929.222-53-, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº 011/2002 – SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vistas dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.



Joaçaba - SC, 10 de dezembro de 2.0002.

Tabelião
MATIOS

Reconheço verdadeira a(s) firma(s) de Vilmar Miguel Sartori
Sartori e dou fé.
 T. 13/12/2002
 Ed. Mattos - TABELIÃ
 Mattos Didomenico - TABELIÃ SUBST.

Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina
 10 de dezembro, 893
 SELO DE FISCALIZAÇÃO
 Nº AGJ 47349

Edifício Pedrini - Ca. Postal - 127
 Fones: (0xx49) 522-1683 e 522-1717

VILMAR MIGUEL SARTORI
SÓCIO - DIRIGENTE
CPF: 386.941.409-00

FI. 32

(CÉDULA DE IDENTIDADE)

GEAXUPE LING

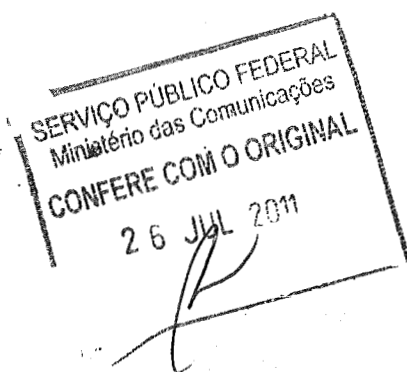
POLEGAR DIREITO

SINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 12 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

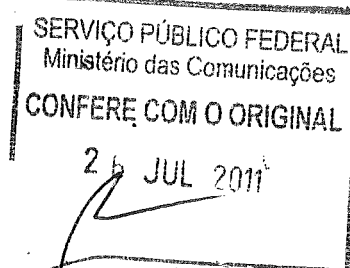
Nº da folha anterior : 32

Nº desta folha : 33

Nºs das demais folhas juntadas : 34 a 45

Brasília-DF, 08 de Jan de 2003.

Guilherme Quintas
Secretário da CEL





Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão

FL. 34
PP

**ATA DA REUNIAO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO
CONCORRÊNCIA Nº 011/02-SSR/MC**

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA PARA
LOCALIDADES – MANCIO LIMA/AC, BENTO GONÇALVES/RS E JOAÇABA/SC.**

Aos 18 (dias) do mês de dezembro de 2002, às 9h (nove horas), no auditório Prof. Lourenço Chehab, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subsolo do Ministério das Comunicações, Brasília-DF, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº 1 (alínea "g"), de 2 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 03 de março de 1998, e alterada pelas Portarias do residente da Comissão Especial de Licitação nº 3 (alínea "b"), de 10 de março de 1998, publicada no DOU (seção 2) de 23 de fevereiro de 2001 e nº 6, de 5 de dezembro de 2002 publicada no DOU (seção 2) de 09 de dezembro de 2002, com a participação de seu Presidente **Guilherme Gonçalves Soares Quintas** e seus membros **Albênio Trajano de Moraes**, **José Ancelmo Nogueira**, **Geraldo Rosalvo Teixeira da Rocha**, **Iron Lopes de Oliveira** e **Sergio Augusto Bezerra de Medeiros**, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº 1 (alínea "g"), de 2 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 03 de março de 1998, e alterada pelas Portarias do residente da Comissão Especial de Licitação nº 3 (alínea "b"), de 10 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 12 de março de 1998, e 3, de 16 de fevereiro de 2001, publicada no DOU (Seção 2) de 23 de fevereiro de 2001, com a participação de seu Presidente, **Guilherme Gonçalves Soares Quintas** e de seus membros **Albenzio Trajano de Moraes** e **José Ancelmo Nogueira**, **Geraldo Rosalvo Teixeira da Rocha**, **Iron Lopes de Oliveira** e **Sergio Augusto Bezerra de Medeiros**, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços, bem como abertura e rubrica de Documentação de Habilitação dos interessados. dos interessados nessa licitação, que objetiva a outorga de permissão

[Assinaturas manuscritas]

para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades: Mancio Lima/AC, Bento Gonçalves/RS e Joaçaba/SC, indicada no Anexo 1 do Edital, processando-se os trabalhos na Conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Apreciação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: (1) Assinatura da Lista de Presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da Lista de Presença do público, que serão anexadas à presente Ata. A Lista de Presença foi recolhida às 09:00 horas e entregue ao Presidente dessa Comissão. (2) Recebimento dos Protocolos de comparecimento à licitação. (3) Entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal pelos representantes das Proponentes, que se apresentaram pela seguinte ordem: 1 - VIT GIFTS - Indústria e Comércio Ltda., 2 - VIT Music Comunicação e Eventos Ltda., 3 - Televisão Blumenau Ltda., 4 - Meio Oeste Comunicações Ltda., 5 - Capra Publicidade e Promoções, 6 - Rádio Universal Ltda., 7 - Televisão Novo Século Ltda., 8 - Agência Prisma S/C Ltda., 9 - Rádio Santa Catarina Ltda., 10 - Extra Radiodifusão Ltda., 11 - Vetor Radiodifusão Ltda., 12 - Rádio Altamar Ltda., 13 - SINCO Sistema Nacional de Comunicação Ltda., 14 - Rede Paraíba de Comunicações Ltda., 15 - Grupo Paraíba de Comunicações Ltda., 16 - Ledra e Silva Ltda., 17 - Sistema Alpha de Comunicação Ltda., 18 - Galassi e Lopes Ltda., 19 - Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., 20 - Líder Comunicações Ltda., 21 - Jobast Produções Cinematográficas Ltda., 22 - Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. e 23 - X - Mediagroup S.A. (4) foram eleitos por todos os proponentes presentes à reunião, a Comissão de Proponentes com a finalidade de rubricar os invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preços pela Outorga: Mateus Rodrigues Hassan - X - Mediagroup S.A., Isaac Newton Castiel Menda - Televisão Novo Século Ltda. e e Vanda Jugurtha Nogueira - Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. e Cláudio Lorini - VIT Music Comunicação e Eventos Ltda. (5) As Propostas Técnicas e as Propostas de Preços pela Outorga, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre nº 0038264 - Mancio Lima/AC, 0038269 - Bento Gonçalves/RS, 0038295 - Joaçaba (Proposta Técnica) e o lacre nº 0038242 - Mancio Lima/AC, 0038201 - Bento Gonçalves/RS e 0038270 - Joaçaba/SC (Proposta de Preço pela outorga), e mantidos sob a guarda da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, passou a abrir os invólucros de documentação e habilitação para as localidades de Mancio Lima/AC, Bento Gonçalves/RS e Joaçaba/SC. (6) Em seguida, o Sr. Presidente comunicou que a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal passou a abrir os invólucros de Documentação de Habilitação para as localidades Mancio Lima/AC, Bento Gonçalves/RS e Joaçaba/SC, indicada no Anexo 1 do Edital. (7) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal e pela Comissão eleita por todos os representantes legais das proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, presentes à reunião, que apresentaram propostas para a localidade que pretendem explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequências Moduladas. Foi verificada a seguinte composição de cada Documentação de Habilitação, conforme segue: 1 - VIT GIFTS - Indústria e Comércio Ltda. (32 páginas), 2 - VIT Music Comunicação e Eventos Ltda. (52 páginas), 3 - Televisão Blumenau Ltda. (62 páginas), 4 - Meio Oeste Comunicações Ltda. (31 páginas), 5 - Capra Publicidade e Promoções (56 páginas), 6 - Rádio Universal Ltda. (35

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

páginas), 7 – Televisão Novo Século Ltda. (34 páginas), 8 – Agência Prisma S/C Ltda. (32 páginas), 9 – Rádio Santa Catarina Ltda. (30 páginas), 10 – Extra Radiodifusão Ltda. (30 páginas), 11 – Vetor Radiodifusão Ltda. (33 páginas), 12 – Rádio Altamar Ltda. (39 páginas), 13 – SINCO Sistema Nacional de Comunicação Ltda. (21 páginas), 14 - Rede Paraíba de Comunicações Ltda. (30 páginas), 15 – Grupo Paraíba de Comunicações Ltda. (29 páginas), 16 - Ledra e Silva Ltda. (30 páginas), 17 - Sistema Alpha de Comunicação Ltda. (38 páginas), 18 - Galassi e Lopes Ltda. (33 páginas), 19 – Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda. (54 páginas), 20 - Líder Comunicações Ltda. (45 páginas), 21 - Jobast Produções Cinematográficas Ltda. (46 páginas), 22 - Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. (63 páginas), 23 - X – Mediagroup S.A. (241 páginas). (8) Os representantes das Proponentes: VIT GIFTS – Indústria e Comércio Ltda., Meio Oeste Comunicações Ltda., Televisão Blumenau Ltda., Vit Music Comunicação e Eventos Ltda., Extra Radiodifusão Ltda., Vetor Radiodifusão Ltda. e Televisão Novo Século Ltda., fizeram consignar em ata o Anexo II. (9) Foi comunicado aos proponentes que a Documentação de Habilitação rubricada nessa reunião estará a disposição para vistas e solicitação de cópias que deverão ser agendados posteriormente e a ser comunicado através de Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU. Assim que os processos estiverem prontos para o procedimento de vistas. Caso a proponente se encontre em outra Unidade da Federação, deverá ser protocolizado o pedido formal de agendamento de vista aos processos, à Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal. (10) E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião às 16:35h (dezesseis horas e trinta e cinco minutos), em 18 (dezoito) de dezembro de 2002, tendo sido lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal e pelo representantes legais das licitantes ou por seus procuradores legalmente constituídos, abaixo nominados.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL:

GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS
PRESIDENTE

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
MEMBRO

ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS
MEMBRO

GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA
MEMBRO

IRON LOPES DE OLIVEIRA
MEMBRO

SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS
MEMBRO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONTINUAÇÃO DA ATA DA CONCORRÊNCIA 010/2002

PROponentes:


Murilo José Pasqualotto
VIT GIFTS – Indústria e Comércio Ltda.



Claudio Lorini
VIT Music Comunicação e Eventos Ltda.

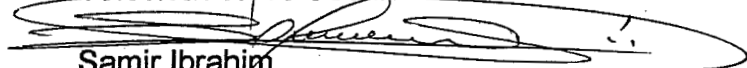
João Carlos Bordin
Televisão Blumenau Ltda.

João Carlos Bordin
Meio Oeste Comunicações Ltda.

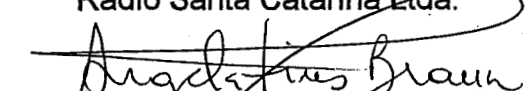
Ana Inês Facchin
Capra Publicidade e Promoções


Lourdes Maria Balby Silva
Rádio Universal Ltda.


Isaac Newton Castiel
Televisão Novo Século Ltda.


Samir Ibrahim
Agência Prisma S/C Ltda.


Samir Ibrahim
Rádio Santa Catarina Ltda.


Angela O. Pires Braun
Extra Radiodifusão Ltda.


Luiz Carlos S. Ferraz
Vetor Radiodifusão Ltda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011









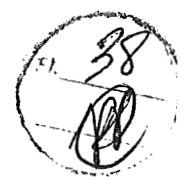












Ademar Euclides M.
Rádio Altamar Ltda.

Vilmar P. Barbosa
SINCO Sistema Nacional de Comunicação Ltda.

Paulo de Tácio
Rede Paraíba de Comunicações Ltda.

Paulo de Tácio
Grupo Paraíba de Comunicações Ltda.

Vicente S. Cardoso
Ledra e Silva Ltda.

Vicente S. Cardoso
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.

Vicente S. Cardoso
Galassi e Lopes Ltda.

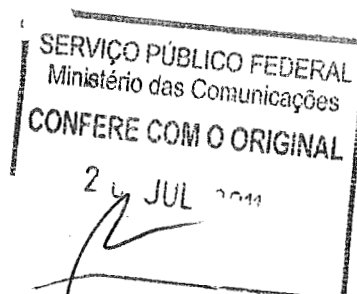
Edimara Penedo
Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.

Moacir Rodrigues Moreira
Líder Comunicações Ltda.

Afonso Luciano
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.

Vanda Jugantha Nogueira
Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda.

Matheus R. Hassan
X - Mediagroup S.A.



[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

CONSIGNAÇÃO EM ATA ANEXO 1

OS ABAIXO ASSINADOS, REPRESENTANDO AS PROPONENTES ABAIXO, VEM CONSIGNAR EM ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO REALIZADA ÀS 09:00 HORAS, QUE O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, NEGOU-SE A ATENDER AO PEDIDO DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES PREVIS NO ITEM 9.4.6 DO EDITAL. REGISTRAM OS SIGNATÁRIOS QUE A VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL MENCIONADA NÃO SE CONFUNDE COM O DIREITO DE VISTAS PARA FINS DE RECURSOS, FATO QUE SE DADA APÓS O JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO. REGISTRAM OUTROSSIM, QUE A NEGATIVA DE VERIFICAÇÃO PREVISTA NO ITEM 9.4.6, CONFIGURA O ILÍCITO PENAL PREVISTO NO ARTIGO 93 DA LEI DAS LICITAÇÕES (8-666/93).

BRASÍLIA/DF, 18 DE DEZEMBRO DE 2002

- 1- VIT GIFTS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
- 2- MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTD
- 3- TELEVISÃO BRUMENAU LTDA
- 4- VIT MUSIC COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA
- 5- EXTRA RADIODIFUSÃO LTDA
- 6- VETOR RADIODIFUSÃO LTDA
- 7- TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

CONCORRÊNCIAS Nº 011 /02 - SSR/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA: 01

DATA: 18/12/02

SERVIÇO: FM () OM () TV (X)

LOCALIDADE: _____

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal Ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UG	Cargo
VIT GIFTS-Ind.Com	Murilo José Pasqualotto			OAB/RS 43032	Sócio/Acionista () Procurador (X)
VIT MUSIC-Com.Ev.Ltd	Cláudio Lorini			CREA/RS 51369-D	Sócio/Acionista () Procurador (X)
TELEVISÃO BLUMENAU	Ltd. João Carlos Bordin			11/R 382318	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
MEIO OESTE COMUNICAÇÃO	Ltd. João Carlos Bordin			11/R 382318	Sócio/Acionista () Procurador (X)
CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES	ANA INÊS FACCHIN			1010055406	Sócio/Acionista () Procurador (X)
RADIO UNIVERSAL LTDA	LOURDES MARIA BALBY SILVA			1309 OAB/DF	Sócio/Acionista () Procurador (X)
TELEVISÃO NOVO SÉCULO	ISAAC NEWTON CASTIEL MENDA			OAB/RS 8551	Sócio/Acionista () Procurador (X)
AGÊNCIA PRÓ-SERVIÇO	SAMIR Ibrahim M. Abdallah			m3-042-592-mg	Sócio/Acionista () Procurador (X)
RADIO S. CARLOS LTDA	SAMIR Ibrahim M. Abdallah			m3-042-592-mg	Sócio/Acionista () Procurador (X)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COPIA ORIGINAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

CONCORRÊNCIAS Nº 011 /02 - SSR/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA: 02

DATA: 18 / 12 /02

SERVIÇO: FM (X) OM () TV (X)

LOCALIDADE: _____

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal Ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UG	Cargo
EXTRA RADIODIFUSÃO LTDA	ANGELA O. PIRES BRAUN			38598 OAB/R	Sócio/Acionista () Procurador (X)
VECTO RADIODIFUSÃO LTDA	LUÍZ CARLOS S. FERRAZ			6694 OAB/RS	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Televisão Altamonte	Ademir Eulálio Monteiro			897.347-PN.	Sócio/Acionista () Procurador (X)
SINCO-SISTEMA NAC LON	VILMAR P. BORRÊA			1004376071-RS	Sócio/Acionista () Procurador (X)
GRUPO PB Souda	RAULO DE TÁCIO PIRES			OAB/RS 6016	Sócio/Acionista () Procurador (X)
GRUPO PB Corel	RAULO DE TÁCIO PIRES			OAB/RS - 6016	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Televisão Altamonte	Vicente S. Cardoso			1.092.054-SSP/GO	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Alpha C. 2K	Vicente S. Cardoso			1.092.054-SSP/GO	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Goianinha	Vicente S. Cardoso			1.093.054-SSP/GO	Sócio/Acionista () Procurador (X)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CENTRO DE REGISTRO E ORÇAMENTO

2011

44



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

CONCORRÊNCIAS Nº 011 /02 – SSR/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

FOLHA: 03

DATA: 18 / 12 /02

SERVIÇO: FM () OM () TV (X)

LOCALIDADE: _____

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal Ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UG	Cargo
Porto de Lima Rádio e Televisão Ltda	Edimara Penedo		El	3980.380-3/PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Dides Comunicações Ltda	Moacir Rodrigues		MS	252001-58/PDS	Sócio/Acionista () Procurador (X)
SOZART PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA Afonso Wian	Afonso Wian			475.783-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)
ELP. C. UZ. E. C. E. N. S. C. EST. L. D. R. A. D. I. O. G. T. V.	ANA V. B. M. B. G. C. R. M.			(710-0AB/DF	Sócio/Acionista () Procurador (X)
XMEDIA GROUP S.A.	Matheus R. Hasson			1052390729	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO

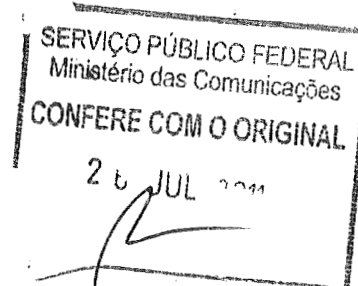


Brasília, 19 de Dezembro de 2002

ERRATA

Em virtude do erro material na Ata de reunião da concorrência 11/02-SSP/MC, do dia 18/12/02- Onde se lê: **Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada**. Leia-se: **Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens**.

GUILHERME QUINTAS
SECRETARIA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO





**Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão**

**ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO
CONCORRÊNCIA Nº 011/02-SSR/MC
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS PARA
LOCALIDADES – MANCIO LIMA/AC, BENTO GONÇALVES/RS E JOAÇABA/SC.**

Aos 18 (dias) do mês de dezembro de 2002, às 9h (nove horas), no auditório Prof. Lourenço Chehab, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subsolo do Ministério das Comunicações, Brasília-DF, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº 1 (alínea "g"), de 2 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 03 de março de 1998, e alterada pelas Portarias do presidente da Comissão Especial de Licitação nº 3 (alínea "b"), de 10 de março de 1998, publicada no DOU (seção 2) de 23 de fevereiro de 2001 e nº 6, de 5 de dezembro de 2002 publicada no DOU (seção 2) de 09 de dezembro de 2002, com a participação de seu Presidente **Guilherme Gonçalves Soares Quintas** e seus membros **Albênzio Trajano de Moraes, José Ancelmo Nogueira, Geraldo Rosalvo Teixeira da Rocha, Iron Lopes de Oliveira e Sergio Augusto Bezerra de Medeiros**, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº 1 (alínea "g"), de 2 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 03 de março de 1998, e alterada pelas Portarias do presidente da Comissão Especial de Licitação nº 3 (alínea "b"), de 10 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 23 de fevereiro de 2001, com a participação de seu Presidente, **Guilherme Gonçalves Soares Quintas** e de seus membros **Albenzio Trajano de Moraes e José Ancelmo Nogueira, Geraldo Rosalvo Teixeira da Rocha, Iron Lopes de Oliveira e Sergio Augusto Bezerra de Medeiros**, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços, bem como abertura e rubrica de Documentação de Habilitação dos interessados nessa licitação, que objetiva a outorga de permissão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

2. FI. 95
AB

para exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, nas localidades: Mancio Lima/AC, Bento Gonçalves/RS e Joaçaba/SC, indicada no Anexo 1 do Edital, processando-se os trabalhos na Conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Apreciação dos Documentos de Habilitação), na seqüência seguinte: (1) Assinatura da Lista de Presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da Lista de Presença do público, que serão anexadas à presente Ata. A Lista de Presença foi recolhida às 09:00 horas e entregue ao Presidente dessa Comissão. (2) Recebimento dos Protocolos de comparecimento à licitação. (3) Entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal pelos representantes das Proponentes, que se apresentaram pela seguinte ordem: 1 - VIT GIFTS - Indústria e Comércio Ltda., 2 - VIT Music Comunicação e Eventos Ltda., 3 - Televisão Blumenau Ltda., 4 - Meio Oeste Comunicações Ltda., 5 - Capra Publicidade e Promoções, 6 - Rádio Universal Ltda., 7 - Televisão Novo Século Ltda., 8 - Agência Prisma S/C Ltda., 9 - Rádio Santa Catarina Ltda., 10 - Extra Radiodifusão Ltda., 11 - Vetor Radiodifusão Ltda., 12 - Rádio Altamar Ltda., 13 - SINCO Sistema Nacional de Comunicação Ltda., 14 - Rede Paraíba de Comunicações Ltda., 15 - Grupo Paraíba de Comunicações Ltda., 16 - Ledra e Silva Ltda., 17 - Sistema Alpha de Comunicação Ltda., 18 - Galassi e Lopes Ltda., 19 - Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., 20 - Líder Comunicações Ltda., 21 - Jobast Produções Cinematográficas Ltda., 22 - Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. e 23 - X - Mediagroup S.A. (4) foram eleitos por todos os proponentes presentes à reunião, a Comissão de Proponentes com a finalidade de rubricar os invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preços pela Outorga: Mateus Rodrigues Hassan - X - Mediagroup S.A., Isaac Newton Castiel Menda - Televisão Novo Século Ltda. e Vanda Jugurtha Nogueira - Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. e Cláudio Lorini - VIT Music Comunicação e Eventos Ltda. (5) As Propostas Técnicas e as Propostas de Preços pela Outorga, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob o lacre nº 0038264 - Mancio Lima/AC, 0038269 - Bento Gonçalves/RS, 0038295 - Joaçaba (Proposta Técnica) e o lacre nº 0038242 - Mancio Lima/AC, 0038201 - Bento Gonçalves/RS e 0038270 - Joaçaba/SC (Proposta de Preço pela outorga), e mantidos sob a guarda da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, passou a abrir os invólucros de documentação e habilitação para as localidades de Mancio Lima/AC, Bento Gonçalves/RS e Joaçaba/SC. (6) Em seguida, o Sr. Presidente comunicou que a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal passou a abrir os invólucros de Documentação de Habilitação para as localidades Mancio Lima/AC, Bento Gonçalves/RS e Joaçaba/SC, indicada no Anexo 1 do Edital. (7) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal e pela Comissão eleita por todos os representantes legais das proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, presentes à reunião, que apresentaram propostas para a localidade que pretendem explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequências Moduladas. Foi verificada a seguinte composição de cada Documentação de Habilitação, conforme segue: 1 - VIT GIFTS - Indústria e Comércio Ltda. (32 páginas), 2 - VIT Music Comunicação e Eventos Ltda. (52 páginas), 3 - Televisão Blumenau Ltda. (62 páginas), 4 - Meio Oeste Comunicações Ltda. (31 páginas), 5 - Capra Publicidade e Promoções (56 páginas), 6 - Rádio Universal Ltda. (35 páginas), 7 - Televisão Novo Século Ltda. (34 páginas), 8 - Agência Prisma S/C

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
COMISSÃO DE ABRILHAÇÃO
COMO ORIGINAL
26 JUN 2011

[Handwritten signatures and initials]

46

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

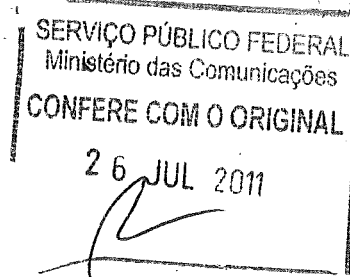
Nº da folha anterior : 45 .

Nº desta folha : 46 .

Nºs das demais folhas juntadas : 47 a 49 .

Brasília, 04 de abril de 2003.


GUILHERME QUINTAS
Secretário





Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação

27/01/03

RESULTADO Nº 8070 /2003

ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº: 011/2002 - SSR/MC


Licitante: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.

Nº do Processo Específico da Licitante: 53000.008131/02

Resultado: **HABILITADA**

UF	Localidade	Serviço	Grupo de Enquadramento
SC	Joaçaba	TV	B

Brasília, 13 de Janeiro de 2003.


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Presidente da Comissão Especial de Licitação




Comissão Especial de Licitação
PUBLICAÇÃO - DOU
VER ANEXO ATA DE HABILITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Aos 17 (dezessete) dias do mês de março de 2003, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Álvaro Augusto de Souza Neto, do seu Vice-Presidente Anacleto Rodrigues Cordeiro e dos membros, Napoleão Emanuel Valadares, José Ancelmo Nogueira, Caubi Proença Palmeira Júnior, Araci Marçal de Carvalho e Vânea Rabelo, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de documentos de "habilitação". (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão. O Anexo I é parte integrante da presente ata.


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Presidente



ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Vice-Presidente

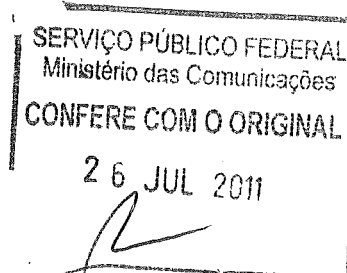
NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular

CAUBI PROENÇA PALMEIRA JÚNIOR
Titular


ARACI MARÇAL DE CARVALHO
Titular


VÂNEA RABELO
Titular



29

ANEXO I

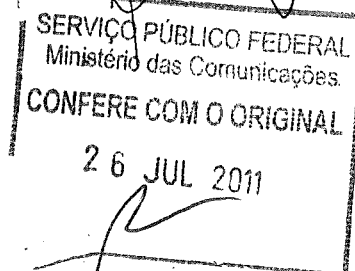
ATA DE REUNIÃO DE 17 DE MARÇO DE 2003.

CONCORRÊNCIA(S) N.º(S)	RESULTADO(S) N.º(S)
010/2002	7949, 7951, 7952, 7953, 7954, 7955, 7956, 7958, 7959, 7960, 7961, 7962, 7963, 7965, 7970, 7972, 7976, 7978 e 8102/2003
011/2002	7984, 7987, 7997, 8000, 8002, 8019, 8020, 8021, 8022, 8026, 8064 a 8074, 8077 e 8091/2003
012/2002	7903, 7908, 7917, 7945, 7946, 7950, 7957, 7975, 7979, 7982, 7983, 7986, 7996, 8001, 8103, 8029, 8030, 8032, 8034, 8036, 8037, 8044, 8045, 8048 a 8053, 8055, 8056, 8058, 8060, 8062, 8076, 8078, 8079, 8081, 8089, 80928093, 8095 a 8101 e 8113/2003
013/2002	7913, 7938, 7942, 7947, 7948, 7968, 7971, 7973, 7974, 7980, 7981, 7985, 7988, 7995, 7999, 8004 a 8011, 8015, 8023, 8024, 8027, 8028, 8031, 8033, 8035, 8054, 8059, 8061, 8063, 8080, 8090, 8094, 8103, 8104, 8110, 8111, 8114 a 8126/2003
014/2002	7905, 7907, 7912, 7915, 7916, 7918, 7919, 7926, 7927, 7929, 7941, 7943, 7964, 7966, 7967, 7969 e 7977/2003
015/2002	7897 a 7902, 7904, 7906, 7909, 7914, 7924, 7928, 7937, 7939, 7940 e 7944/2002

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO – DOU

Data: 31/03/2003 – Seção 3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.008131/02 a documentação
a seguir constituída de 01 (uma) folhas
que assim numerei: 50
Data: 02/03/10
Nome: _____
Assinatura: [assinatura]

Comunicações
50
Folha
130

Nº 40, terça-feira, 2 de março de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

87



EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 2088/2008

Doador: Ministério da Saúde, CNPJ/MF sob nº 00.394.544/0008-51. Donatário: Prefeitura Municipal de Vera Cruz-RS. CNPJ/MF: 98.661.366/0001-06. Objeto: Doação de Equipamentos de Informática, com encargos, no valor total de R\$ 1.595,99, visando fortalecer a ação do Conselho de Saúde e promover o processo de inclusão digital dos conselheiros de saúde. Processo nº 25000.212840/2007-29. Signatários: Antônio Alves de Souza, pela SGEPM/S e Guido Hoff, pela Prefeitura Municipal de Vera Cruz-RS. Data de Assinatura: 13/05/2008.

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 1890/2008

Doador: Ministério da Saúde, CNPJ/MF sob nº 00.394.544/0008-51. Donatário: Prefeitura Municipal de David Canabarro-RS. CNPJ/MF: 88.203.088/0001-90. Objeto: Doação de Equipamentos de Informática, com encargos, no valor total de R\$ 1.595,99, visando fortalecer a ação do Conselho de Saúde e promover o processo de inclusão digital dos conselheiros de saúde. Processo nº 25000.212840/2007-29. Signatários: Antônio Alves de Souza, pela SGEPM/S e Eriberto Dido, pela Prefeitura Municipal de David Canabarro-RS. Data de Assinatura: 13/05/2008.

Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Termo de Alteração nº 03 do Contrato nº 007-2007/DA. PROT: 1762/09. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato, que vigorará por mais 12 (doze) meses, até 01/03/2011. EMBASAMENTO LEGAL: Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2010. CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. CONTRATADA: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV. SIGNATÁRIOS DA CBTU: Diretor Presidente: Elinaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor de Administração e Finanças: Davidson Tolentino de Almeida. SIGNATÁRIOS DA DATAPREV: Gerente de Serviço de Contratos com Instituição Privada: Joséilton Jorge Cord Salomão. Coordenadora Geral de Contratos com Clientes: Cláudia Ferreira da Silva.

ESPÉCIE: Termo de Alteração nº 05 do Convênio nº 008-05/DT. PROT: 1991/2010. OBJETO: Alteração do Plano de Trabalho. DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2010. CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. SIGNATÁRIOS: Diretor-Presidente: Elinaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor Técnico: Marcus Vinícius Quintella Cury. CONTRATADA: Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR. SIGNATÁRIOS: Diretor-Presidente: Rômulo dos Santos Fortes. Diretor de Implantação: Diogo Vital de Siqueira Cruz.

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 004/CBTU/STU-BH/2010. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. CONTRATADA: REPREMIG - REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de implantação de licença de antivírus corporativo para 500 (quinhentas) estações de trabalho e 5 (cinco) servidores da CBTU/STU/BH. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05. PROCESSO: PRC-0004/2010. NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39. VALOR: R\$34.000,00. PRAZO: 12 Meses. DATA DE ASSINATURA: 22.02.2010. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - José Roizenbruch e Lister César Nascimento. Pela CONTRATADA - Leandro Figueiredo de Castro.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº 001 CONTRATO Nº 007/CBTU/ME-TROBH/2008. CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. CONTRATADA: EQUIPAR EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO LTDA. OBJETO: Prorrogação de prazo e Acréscimo de serviços. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso IV c/c Art. 65, inciso I, letra b e § 1º da Lei nº 8.666/93. PROCESSO: PRC-3099/2009. DATA DE ASSINATURA: 22.02.10. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - José Roizenbruch e Lister César Nascimento. Pela CONTRATADA: Mauro Sérgio Meireles Costa.

TERMO ADITIVO Nº 003 CONTRATO Nº P 002/CBTU/STU-BH/2000. PERMISSÃO: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU. PERMITENTE: INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF. OBJETO: Autorização de uso de parte da área cedida à METROBH pelo Departamento de Polícia Federal. FUNDAMENTO LEGAL: Decreto 21.724/1981. PROCESSO: PRC-2349/2009. DATA DE ASSINATURA: 03.02.10. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - José Roizenbruch e Lister César Nascimento. Pela PERMITENTE: Geraldo Fausto da Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010030200087

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1-2010/CBTU/STU/JOP

OBJETO: SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ATRAVÉS DE CARTÕES MAGNÉTICOS A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS A SERVIÇO DA STU/JOP. PARTICIPAÇÃO: Os licitantes deverão efetuar seu credenciamento junto ao órgão Provedor, através do portal www.licitacoes-e.com.br. Cada LICITANTE credenciado deverá enviar, exclusivamente por meio eletrônico, sua proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço. DATA: As propostas deverão ser recebidas até às 09:00h do dia 12 de março de 2010 e a abertura da sala de disputa será às 10:00h do mesmo dia (horário de Brasília). Esta licitação rege-se pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, pelo Decreto nº 3.931/2001 e Decreto nº 5.450/2005 com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 6.204/2007. O tipo de licitação é o de menor preço. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico acima citado. Informações no endereço Praça Napoleão Laureano, 01 - Varadouro - João Pessoa - PB, nos horários de 9h às 12:00h e das 14:00h às 16:00h, pelo telefone 83- 3241.4240 ou fac-símile 83- 3241.5540, e-mail aholizama@cbtu.gov.br.

João Pessoa, 22 de fevereiro de 2010
AHOLIZAMA GAMA REIS
Pregoeiro

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Registro de Preços 19/2009. Objeto: Aquisição de Cartões Eletrônicos para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: BRASIL COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS DE MEDICÇÃO LTDA. Valor unitário R\$ 2.615,16. Data da assinatura: 04/12/2009. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 19/2009 - GELIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 06 (seis) meses.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, do Pregão Presencial 007/2010. OBJETO: Contratação de Empresa ou Instituição Para A Prestação de Serviços Especializados Para A Realização de Concurso Interno. Empresa Vencedora do Lote Único: Objetiva Concursos Ltda. Valor do LOTE ÚNICO: R\$ 64.900,00. Processo 0114/2010.

Porto Alegre, 1º de março de 2010
PEDRO ZOTTIS NETO
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência(s) Nº - SSR/MC	Localidade(s)	UF
05/03/2010	9h00	068/2001 118/2001	Tapejara e Torres. Vitória do Xingu	RS PA

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo o(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº - SSR/MC	Localidade(s)	UF
05/03/2010	10h00	032/2001 034/2001 009/2002 011/2002	Igarapé - Agu. Igarapé - Miri e Medicilândia. Novo Progresso Patos de Minas Mâncio Lima Bento Gonçalves Joacaba	PA PA MG AC RS SC

Brasília - DF, 1º de março de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACEDO
Presidente da Comissão

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO AMPLA Nº 35/2009

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, realizará o Pregão em 12/03/2010, às 14h30min, que visa à aquisição do Lote III, 18 (dezoito) armários médios 2 portas, a serem instalados na Unidade Operacional da Anatel em João Pessoa-PB. O Edital estará disponível a partir de 02/03/2010, no Edifício Sede, SAUS, Quadra 06, Bloco "H", 3º andar, das 9h às 11h e das 15h às 17h e no site www.anatel.gov.br. Seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - De Aquisição/Alienação.

MAURO FIDELIX DA SILVA
Pregoeiro

PREGÃO AMPLA Nº 35/2009

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, realizará o Pregão em 12/03/2010, às 09h, para execução de serviço de vedação de mantentes e de placas de aço nas fachadas dos blocos E e H da Anatel - Sede. O Edital estará disponível a partir de 02/03/2010, no Edifício Sede, SAUS, Qd. 06, Bl. "H", 3º and., das 9h às 11h e das

15h às 17h e no site www.anatel.gov.br. Seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - De Aquisição/Alienação.

ALENCASTRO GUIMARÃES DE BRITO
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Contrato ER10 (U.O 101) Nº 003-7/2010-ANATEL. Data de Assinatura: 28 de fevereiro de 2010. Contratada: SERVI-SAN LTDA. Vigência: 01/03/2010 à 28/02/2011. Objeto: Celebração do Termo Aditivo ER10 (U.O 101) Nº003-7/2010-ANATEL, cujo objeto é a prestação de serviços de recepção/atendimento ao público e atendimento a serem executados nas dependências da Unidade Operacional U.O 101 da Anatel, no Estado do Maranhão, pelo período de 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Artigo 57º, inciso II, da Lei 8.666/93. Programa de Trabalho: 24122075020000001. Elemento de Despesa: 339039. Valor anual do Contrato: R\$127.462,20 (cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
20 JUL 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000 008131/02 04 a documentação
a seguir constituída de 51 folhas,
que assim numerai: 51
Data: 8 torquato
Nome: torquato
Assinatura: [assinatura]

ANEXO III

51
525

PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE
EXECUÇÃO DO SERVIÇO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

ANEXO III

Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA. CNPJ/MF: 04.519.960/0001-13- Data: 18/12/02.
Edital da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC Localidade: JOAÇABA UF: SC.

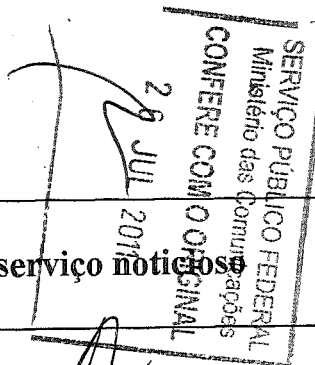
1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): 1.440 (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

Programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	115,2 minutos	8%

3. Serviço noticioso

Programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	115,2 minutos	8%



4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.4)

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e Gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	57,6 minutos	4%

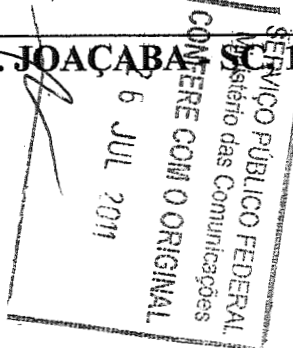
5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas de serviço noticioso produzidos e Gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	57,6 minutos	4%

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo (Relativo ao subitem 6.1.6)

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	09 meses

7. JOAÇABA, SC, 18 de dezembro de 2.002. VILMAR MIGUEL SARTORI - SÓCIO DIRIGENTE - CPF 386.941.409- 00



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Min. das Comunicações
54

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2002

CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência nº 011/2002 – SSR/MC
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO

Localidade (s) de Prestação do Serviço: JOAÇABA - SC

Razão Social da Proponente: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA

Conteúdo:

Conjunto nº 2:
Proposta Técnica

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53.000-006/31/02 a documentação
a seguir constituída de 06 (seis) folhas,
que assim numerai: 55 1 60
Data: 09/03/10
Nome: Jm
Assinatura:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 95/2010

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S)**

CONCORRÊNCIA Nº 011/2002/SSR/MC

SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE(S): BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

Em, 5 de março de 2010, sexta-feira às 10h00 (dez horas), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 011/2002-SSR/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Sons e Imagens, na(s) localidade(s) de: **BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC**, conforme publicação no DOU de 2 de março de 2010, Seção "3", Número 40, Página 87, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67. (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente, ressalvado o apontamento do item 8 "e" da presente ata. (4) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) da(s) seguinte(s) empresa(s), conforme discriminado por localidade(s): **BENTO GONÇALVES/RS, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA.**, Processo nº 53000.008133/02, **CAPRA PUBLICIDADE PROMOÇÕES LTDA.**, Processo nº 53000.008134/02, **GALASSI E LOPES LTDA.**, Processo nº 53000.008141/02, **GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, Processo nº 53000.008137/02, **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.**, Processo nº 53000.008148/02, **LEDRA E SILVA LTDA.**, Processo nº 53000.008139/02, **PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.**, Processo nº 53000.008144/02, **REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, Processo nº 53000.008146/02, **SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, Processo nº 53000.008129/02, **SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, Processo nº 53000.008142/02, **TELEVISÃO ALTAMAR LTDA.**, Processo nº 53000.008138/02, **TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA.**, Processo nº 53000.008132/02, **VETOR RADIODIFUSÃO LTDA.**, Processo nº 53000.008145/02. **JOAÇABA/SC, GALASSI E LOPES**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

COMUNICAÇÕES
56
120

LTDA., Processo nº 53000.008141/02, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008137/02, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008148/02, LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008139/02, MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008140/02, PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., Processo nº 53000.008144/02, RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., Processo nº 53000.008131/02, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008146/02, SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008129/02, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008142/02, TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., Processo nº 53000.008138/02, TELEVISÃO BLUMENAU LTDA., Processo nº 53000.008147/02, TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., Processo nº 53000.008132/02, X-MEDIAGROUP S/A., Processo nº 53000.008149/02. **MÂNCIO LIMA/AC**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008133/02, EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA., Processo nº 53000.008130/02, GALASSI E LOPES LTDA., Processo nº 53000.008141/02, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008137/02, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008148/02, LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008139/02, LIDER COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008143/02, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008146/02, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008142/02, X-MEDIAGROUP S/A., Processo nº 53000.008149/02. (5) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (6) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s) para a(s) localidade(s) sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue: **BENTO GONÇALVES/RS**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., 100,000 Pontos, CAPRA PUBLICIDADE PROMOÇÕES LTDA., 100,000 Pontos, GALASSI E LOPES LTDA., 100,000 Pontos, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., 100,000 Pontos, LEDRA E SILVA LTDA., 100,000 Pontos, PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., 100,000 Pontos, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., 100,000 Pontos, TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., 100,000 Pontos, VETOR RADIODIFUSÃO LTDA., 100,000 Pontos. **JOAÇABA/SC**, GALASSI E LOPES LTDA., 100,000 Pontos, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., 100,000 Pontos, LEDRA E SILVA LTDA., 100,000 Pontos, MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA., 100,000 Pontos, PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., 100,000 Pontos, RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., 100,000 Pontos, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., 100,000 Pontos, TELEVISÃO BLUMENAU LTDA., 100,000 Pontos, TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., 100,000 Pontos, X-MEDIAGROUP S/A., 100,000 Pontos. **MÂNCIO LIMA/AC**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., 100,000 Pontos, EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA., 100,000 Pontos, GALASSI E LOPES LTDA., 100,000 Pontos, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., 100,000 Pontos, LEDRA E SILVA LTDA., 100,000 Pontos, LIDER COMUNICAÇÕES LTDA., 100,000 Pontos, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 Pontos, X-MEDIAGROUP S/A., 100,000 Pontos. (7) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) “**Resultado da Proposta Técnica**”, que segue(m)




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

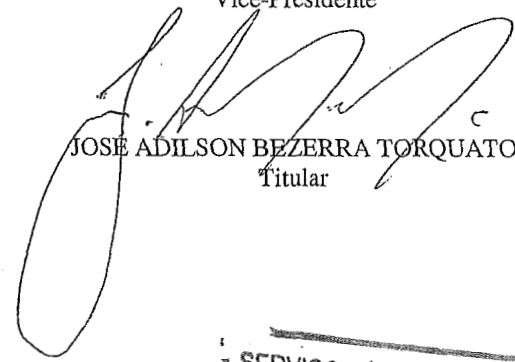


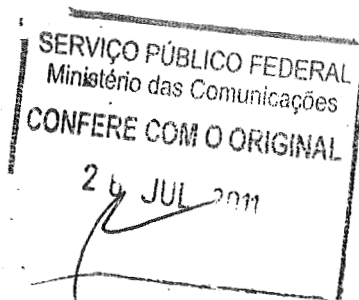
em anexo, que aponta(m) a(s) pontuação(ões) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. (8) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: a) A Comissão relevou erro material no preenchimento da Proposta Técnica de SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., para a localidade de BENTO GONÇALVES/RS e JOAÇABA/SC. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 11h15 (onze horas e quinze minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


JOSE ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº ____/____

CONCORRÊNCIA Nº 011/2002–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 05/03/2010

SERVIÇO : SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE : BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()
					Procurador ()
					Sócio/Acionista ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2010

CEL. M. 58
130



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 011/2002-SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA

LISTA DE PRESEÇA DO PÚBLICO

DATA: 05/03/2010

SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE(S) : BENTO GONÇALVES/RS, JOACÁBABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
MÂNCIO CÉSAR DECARVALHO BASTOS	231911-DF	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

COMUNICAÇÕES
6916 59
C. P. 100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Processo	:	53000.008131/2002
Proponente	:	RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.
Concorrência	:	011/2002
Local	:	JOACABA
UF	:	SC
Serviço	:	TV
Grupo de Enquadramento	:	A

Mínimo de 16 horas

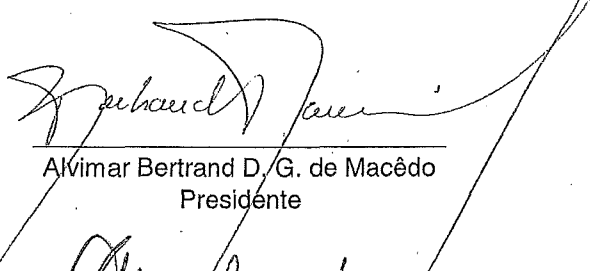
Tempo total de funcionamento da emissora em minutos (item 1 do ANEXO III)	1440,00	Em horas = 24,0000
---	---------	--------------------


	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (item 2 do ANEXO III)	115,200	8,0000	$5\% \leq T1 \leq 8\%$
Programas de serviços noticiosos (item 3 do ANEXO III)	115,200	8,0000	$5\% \leq T2 \leq 8\%$
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (item 4 do ANEXO III)	57,600	4,0000	$2\% \leq T3 \leq 4\%$
Programas de serviço noticioso gerados na localidade (item 5 do ANEXO III)	57,600	4,0000	$2\% \leq T4 \leq 4\%$

		Condição
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (item 6 do ANEXO III)	9	$9 \leq Pz \leq 36$

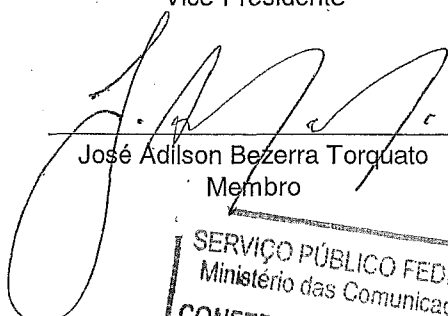
P1 = 6,0000
P2 = 15,0000
P3 = 15,0000
P4 = 26,0000
P5 = 6,0000
P6 = 32,0000
PT = 100,000

CLASSIFICADA


Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente


Edmar Freitas Machado
Membro

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente


José Adilson Bezerra Torquato
Membro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

Nesta data anexeí aos autos do processo de
nº 53000.006131/02 a documentação
a seguir constante da de 01 (uma) folhas.
que assim numerai: 61 03 10
Data: 10
Nome:
Assinatura: *[assinatura]*



RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 68/2001-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista frangida na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 9 de março de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Localidade de Tejuapara/PR.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53790.000837/01	FM Múrcia Ltda	105.000,00	FM	95.238	99.524
53790.000838/01	Teor Rádio e Propaganda Ltda	101.500,00	FM	95.074	99.507
53790.000840/01	Sociedade Rádio Contemporânea FM Ltda	70.000,00	FM	92.857	99.286
53790.000841/01	Vanguarda-Empresa de Radiodifusão Ltda	65.500,00	FM	92.366	99.237
53790.000844/01	Rádio Tejuapara Ltda	60.300,00	FM	91.708	99.171
53790.000834/01	Rádio 1030 Ltda	54.904,00	FM	90.893	99.089

Localidade de Torres/RS.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53790.000837/01	FM Múrcia Ltda	621.000,00	FM	99.535	99.854
53790.000862/01	Rádio Mampituba Ltda	578.000,00	FM	98.426	99.843
53790.000864/01	Plus Radiodifusão Ltda	306.500,00	FM	97.032	99.703
53790.000867/01	Fundação Fraternidade	250.000,00	FM	96.362	99.636
53790.000868/01	Tercera Dimensão FM Ltda	225.000,00	FM	95.557	99.596
53790.000869/01	Rádio Verão Ltda	181.100,98	FM	94.977	99.498
53790.000865/01	Caféine & Derradi Ltda	151.120,00	FM	93.981	99.398
53790.000836/01	Rádio Litoral Ltda	123.000,00	FM	92.605	99.265
53790.000861/01	Rádio Extrema Ltda	122.200,00	FM	92.556	99.256
53790.000863/01	Edcomunicações Ltda	100.000,00	FM	90.904	99.090
53790.000834/01	Rádio 1030 Ltda	97.307,00	FM	90.653	99.065

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS CONCORRÊNCIAS Nº 52/2001, 152/2001, 9/2002 E 11/2002

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s).

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 9 de março de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrências nº 52/2001-SSR/MC, Localidade de Igarapé-Miri/PA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
FM Mid Ltda.	FM	53720.000389/01	94.164	CLASSIFICADA
Parati Serviços de Radiodifusão Ltda.	FM	53720.000376/01	99.491	CLASSIFICADA
SBC Radiodifusão Ltda.	FM	53720.000382/01	100.000	CLASSIFICADA
SRP Serviços de Radiodifusão Ltda.	FM	53720.000379/01	99.491	CLASSIFICADA
Sistema Arizona de Comunicação Ltda.	FM	53720.000378/01	100.000	CLASSIFICADA
Sistema Mirante de Comunicação Ltda.	FM	53720.000386/01	100.000	CLASSIFICADA
Wsc Rádio & Cia Ltda.	FM	53720.000381/01	100.000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência nº 152/2001-SSR/MC, Localidade de Novo Progresso/PA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Bella-Flor Radiodifusão Ltda.	OM	53720.000365/02	100.000	CLASSIFICADA
Norão Comunicação e Publicidade Ltda.	OM	53720.000373/02	100.000	CLASSIFICADA
Parati Serviços de Radiodifusão Ltda.	OM	53720.000379/02	99.491	CLASSIFICADA
Rádio e TV Super Nova Ltda.	OM	53720.000375/02	100.000	CLASSIFICADA
SBC Radiodifusão Ltda.	OM	53720.000364/02	100.000	CLASSIFICADA
SRP Serviços de Radiodifusão Ltda.	OM	53720.000369/02	99.491	CLASSIFICADA
SBC Serviços de Radiodifusão Ltda.	OM	53720.000368/02	99.491	CLASSIFICADA
SBC-Sistema Paranaense de Comunicações Ltda.	OM	53720.000367/02	100.000	CLASSIFICADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010031000106

ANEXO III

Concorrência nº 9/2002-CEL/MC, Localidade de Patos de Minas/MG.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Contato Produções e Radiodifusão Ltda.	TV	53710.000138/02	100.000	CLASSIFICADA
Momento de Comunicação Ltda.	TV	53710.000140/02	100.000	CLASSIFICADA
Sistema Patense de Radiodifusão Ltda.	TV	53710.000139/02	100.000	CLASSIFICADA
TV Asteca Ltda.	TV	53710.000141/02	100.000	CLASSIFICADA

ANEXO VI

Concorrência nº 11/2002-CEL/MC, Localidade de Bento Gonçalves/RS.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Agência Prima SC Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Cann Publicidade Promoções Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Galassi & Lopes Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Grupo Parana de Comunicação Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Leira & Silva Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Porto de Comunicação Rádio e Televisão Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Rede Parana de Comunicação Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Sinco - Sistema Nacional De Comunicação Ltda.	TV	53000.000812/02	100.000	CLASSIFICADA
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Televisão Almar Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Televisão Novo Século Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Vector Radiodifusão Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 11/2002-CEL/MC, Localidade de Joazeiro/SC.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Galassi & Lopes Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Grupo Parana de Comunicação Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Leira & Silva Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Porto de Comunicação Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Porto de Comunicação Rádio e Televisão Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Rádio Santa Catarina Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Rede Parana de Comunicação Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Sinco - Sistema Nacional De Comunicação Ltda.	TV	53000.000812/02	100.000	CLASSIFICADA
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Televisão Almar Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Televisão Diumen Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Televisão Novo Século Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
X-Mediaman S/A	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 11/2002-CEL/MC, Localidade de Mâncio Lima/AC.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Agência Prima SC Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Empresa Cruzense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Galassi & Lopes Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Grupo Parana de Comunicação Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Leira & Silva Ltda.	TV	53000.000813/02	100.000	CLASSIFICADA
Lider Comunicações Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Rede Parana de Comunicação Ltda.	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.000812/02	100.000	CLASSIFICADA
X-Mediaman S/A	TV	53000.000814/02	100.000	CLASSIFICADA

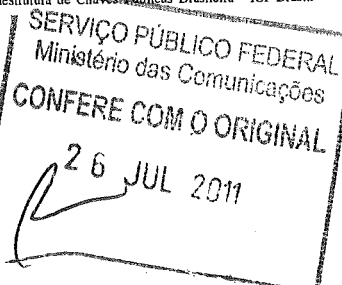
AVISO CONCORRÊNCIAS Nº 106 E 107/2001

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os partícipes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência(s) Nº SSR/MC	Localidade(s)	UF
17/03/2010	9h00	106/2001	Rede de, Uai, Pombo, Ponte Nova, Santa Fé de Minas, Santana da Várzea e União de Minas.	MG
18/03/2010	9h00	107/2001	São Lourenço, Sete Lagoas, Todião Ottoni e Uberaba.	MG

Brasília - DF, 9 de março de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53002 008131/10 a documentação
a seguir constituída de 04 folhas,
que assim numerei: 62, ~
Data: 26 / 03 / 10
Nome: _____
Assinatura: P



EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 27/09

PROCESSO: 80000.006544/2010-02 Contratante: MINISTÉRIO DAS CIDADES Contratado: RAQUEL DIAS DA SILVA, Cargo: MCID-III-I, Matrícula SIAPE: 2363229 Objeto: Rescindir o Contrato de Pessoal Técnico por Tempo Determinado, Fundamentação Legal: inciso II, art. 12, da Lei nº 8.745, Data da Rescisão: 28.01.2010.

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 98/09

PROCESSO: 80000.012548/2010-11 Contratante: MINISTÉRIO DAS CIDADES Contratado: IRIANE CRISTINA PIVA, Cargo: MCID-IV-I, Matrícula SIAPE: 1720408 Objeto: Rescindir o Contrato de Pessoal Técnico por Tempo Determinado, Fundamentação Legal: inciso II, art. 12, da Lei nº 8.745, Data da Rescisão: 08.03.2010.

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

AVISO DE PENALIDADE

O Ministério das Cidades, através do Coordenador-Geral de Recursos Logísticos Substituto, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Nº 380, de 17/08/2005, decide suspender a empresa SANCHES & FONTINELLE LTDA-ME, com base no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, até o dia 27 de junho de 2010.

WILSON FELICÍSSIMO DE LIMA

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Termo de Alteração nº 01 do Contrato nº 011-2007/DA. PROT: 21481/2009. OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato por 12 (doze) meses, passando a ter validade por 48 (quarenta e oito) meses. EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula 5.1 do Contrato e Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 25 de março de 2010. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. SIGNATÁRIOS CBTU: Diretor Presidente: Eltonaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor de Administração e Finanças: Davidson Tolentino de Almeida. CONTRATADA: SOS SCAN Serviços Médicos Ltda. SIGNATÁRIO: Diretor: Edson de Paula Santos.

ESPÉCIE: Termo de Alteração nº 02 do Contrato nº 001-2004/DA. PROT: 1692/2010. OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato por 12 (doze) meses, com término em 16 de março de 2011. EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2010. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. SIGNATÁRIOS CBTU: Diretor Presidente: Eltonaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor de Administração e Finanças: Davidson Tolentino de Almeida. CONTRATADA: Russomano Advocacia S/C. SIGNATÁRIO: Victor Russomano Junior.

ESPÉCIE: Termo de Alteração nº 03 do Contrato nº 010-2007/DA. PROT: 1232/2010. OBJETO: Prorrogação do prazo do contrato por 12 (doze) meses, passando a ter validade por 48 (quarenta e oito) meses. EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 57, Inciso II, § 2º da Lei 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2010. CONTRATANTE: CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos. SIGNATÁRIOS CBTU: Diretor Presidente: Eltonaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor de Administração e Finanças: Davidson Tolentino de Almeida. CONTRATADA: Imprensa Nacional. SIGNATÁRIO IMPRENSA NACIONAL: Coordenador Geral: Jorge Luiz Alencar Guerra.

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência(s) Nº - SSR/MC	Localidade(s)	UF
05/04/2010	15h00	009/2002	Patos de Minas.	MG
	15h15	011/2002	Bento Gonçalves.	RS
			Joazeiro.	SC
			Município Lima.	AC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010032600112

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2010/CBTU-STU/BH

- Objeto: Aquisição de escova de carvão.
- Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do prego eletrônico em epígrafe foi adjudicado à empresa CARBOMEC INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETROMECANICOS LTDA pelo valor global de R\$ 15.880,00 (Quinze mil, oitocentos e oitenta reais), sendo o resultado homologado pelo Sr. Superintendente.

HENRIQUE GUIMARÃES SAMPAIO
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 005/2009; 1º CONVENIENTE: CBTU/STU-REC; 2º CONVENIENTE: DER/PE Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco; RESUMO DO OBJETO: Prorrogação prazo de vigência de convênio; DATA DE ASSINATURA: 01/01/10; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: 1º CONVENIENTE: CBTU/STU-REC: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato de Lira Freire-Coordenador de Administração e Finanças; 2º CONVENIENTE: Sr. Eugênio Manoel do Nascimento Moraes.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2010 Nº LICITAÇÃO BB 296878-CBTU/STU/REC

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA LABORATÓRIO. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 13/04/2010 às 10:30, horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Preços do prego eletrônico em epígrafe. Data Limite para recebimento das propostas: 13/04/2010 até às 09:30h. Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site www.licitacoes-e.com.br. A licitação será realizada através do site Banco do Brasil

SÉRGIO ROBERTO SOARES PEREIRA
Pregoeiro

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 13 de abril de 2010, às 14h se dará a abertura de propostas do prego eletrônico em epígrafe: CILINDRO UNIVERSAL PMÓVEIS DE AÇO - REF. PAPAIZ 481 E CADEADO MESTRADO MOD. PAPAIZ E30, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 14h na mesma data da Licitação. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0386/2010.

Porto Alegre, 25 de março de 2010
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 09 de abril de 2010, às 14h se dará a abertura de propostas do prego eletrônico em epígrafe: LOCAÇÃO E LAVAGEM DE TOALHAS DE BANHO, LENÇÓIS E JALECOS, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 14h na mesma data da Licitação. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0260/2010.

Porto Alegre, 25 de março de 2010.
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e Miguel Calmon FM Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 321, de 30 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2004.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Miguel Calmon, Estado da Bahia.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 24 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Raimundo Dias Imnó Júnior - Procurador da Miguel Calmon FM Ltda.

PARTES: União e W.A.C. Rabelo & Cia. Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 328, de 11 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2008.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Imupiranga, Estado do Pará.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 23 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Wladimir Antônio da Costa Rabelo - Sócio-Gerente da W.A.C. Rabelo & Cia. Ltda.

PARTES: União e Rádio Atlântico Sul Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 952, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2006.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Balaieiro Gaivota, Estado de Santa Catarina.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 24 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Cláudio Lorini - Procurador da Rádio Atlântico Sul Ltda.

PARTES: União e W.A.C. Rabelo & Cia. Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 307, de 11 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2008.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: 23 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Wladimir Antônio da Costa Rabelo - Sócio-Gerente da W.A.C. Rabelo & Cia. Ltda.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
05/04/2010	16h00	069/2009	Marília.	SP

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº - SSR/MC	Localidade(s)	UF
05/04/2010	14h30	036/2009	Rio Bonito do Iguaçu.	PR
	14h30	039/2009	Ibom Jardim.	RJ

Brasília-DF, 25 de março de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÉDO
Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

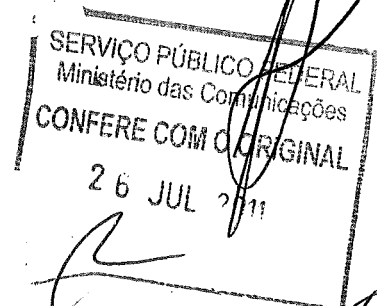


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53002.003131/02 a documentação
a seguir constituída de 09 folhas,
que assim numerei: 63 1 71
Data: 06, 04, 10
Nome: _____
Assinatura: P

ANEXO IV

**PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**



Erika A. Dorneles
CEL - MC

CEL. N.º 69
das Comunicações
Fla. Rubrica

ANEXO IV
Proposta de Preço pela Outorga

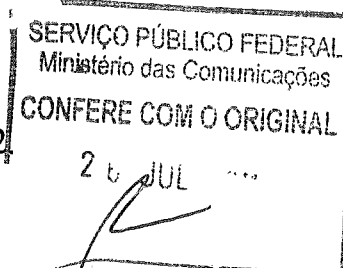
Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.


1. Razão Social da Proponente: **RÁDIO SANTA CATARINA LTDA**
2. CNPJ/MF: **04.519.960/0001-13**
3. Edital da Concorrência: nº **011/2002-SSR/MC**
4. Serviço: **SONS E IMAGENS**
5. Localidade: **JOAÇABA UF: SC**
6. Valor Proposto: R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS)

1ª Parcela: R\$ 1.250.000,00 (HUM MILHÃO DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

2ª Parcela: R\$ 1.250.000,00 (HUM MILHÃO DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS)

JOAÇABA - SC, 18 dezembro de 2.002




VILMAR MIGUEL SARTORI
SÓCIO - DIRIGENTE
CPF - 386.941.409-00


Eriberto M. Domingos
CEL - MC



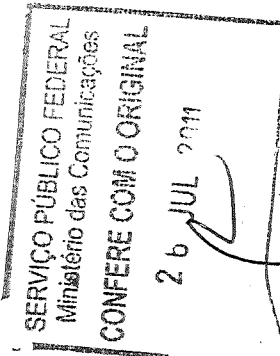
CONJUNTO Nº 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência nº 011/2002 – SSR/MC
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO

✓ **Localidade (s) de Prestação do Serviço: JOAÇABA - SC**

Razão Social da Proponente: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA

Conteúdo:

Conjunto nº 3:
Proposta de Preço pela Outorga





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ministério das Comunicações
Fls. 66
Rubrica: P
CEL

ATA DE REUNIÃO Nº 130/2010

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)
DE PREÇO PELA OUTORGA.

CONCORRÊNCIA Nº 011/2002/SSR/MC

SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE(S): BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC E MÂNCIO LIMA/AC.

Em 5 de abril de 2010, segunda-feira, às 15h15 (quinze horas e quinze minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) e julgamento da(s) respectiva(s) proposta(s) de preço pela outorga da(s) proponente(s) classificada(s) na concorrência nº 011/2002-SSR/MC**, que visa à outorga de concessão para exploração do serviço de Sons e Imagens (TV), na(s) localidade(s) de: **BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC E MÂNCIO LIMA/AC**, conforme convocação publicada no DOU de 26/03/2010, Número 58, Seção "3", Página 112, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura da lista de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67. (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente. (4) Abertura do(s) Invólucro(s) Lacrado(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço pela Outorga da(s) seguintes(s) empresa(s), conforme discriminado por localidade(s): **BENTO GONÇALVES/RS**, AGÊNCIA PORISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008133/02, CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008134/02, GALASSI E LOPES LTDA., Processo nº 53000.008141/02, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008137/02, JOAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008148/02, LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008139/02, PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., Processo nº 53000.008144/02, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008146/02, SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008129/02, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008142/02, TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., Processo nº 53000.008138/02, TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., Processo nº 53000.008132/02, VETOR

Eriko M. Domenici
CEL - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
Fls. 67
Rubrica: P
730

RADIODIFUSÃO LTDA., Processo nº 53000.008145/02. **JOAÇABA/SC**, GALASSI E LOPES LTDA., Processo nº 53000.008141/02, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008137/02, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008148/02, LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008139/02, MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008140/02, PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., Processo nº 53000.008144/02, RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., Processo nº 53000.008131/02, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008146/02, SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008129/02, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008142/02, TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., Processo nº 53000.008138/02, TELEVISÃO BLUMENAU LTDA., Processo nº 53000.008147/02, TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., Processo nº 53000.008132/02, X-MEDIAGROUP S/A. Processo nº 53000.008149/02. **MÂNCIO LIMA/AC**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008133/02, EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA., Processo nº 53000.008130/02, GALASSI E LOPES LTDA., Processo nº 53000.008141/02, GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008137/02, JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008148/02, LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008139/02, LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008143/02, REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008146/02, SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008142/02, X-MEDIAGROUP S/A. Processo nº 53000.008149/02. (5) A documentação foi rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (6) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) conforme segue: **BENTO GONÇALVES/RS**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., R\$ 1.390.000,00 (um milhão e trezentos e noventa mil reais), CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA., R\$ 4.002.084,00 (quatro milhões e dois mil e oitenta e quatro reais), GALASSI E LOPES LTDA., R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais), GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 413.000,00 (quatrocentos e treze mil reais), JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), LEDRA E SILVA LTDA., R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., R\$ 711.000,00 (setecentos e onze mil reais), REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 413.000,00 (quatrocentos e treze mil reais), SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 1.577.770,00 (um milhão e quinhentos e setenta e sete mil e setecentos e setenta reais), SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., R\$ 859.000,00 (oitocentos e cinquenta e nove mil reais), TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., R\$ 658.000,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil reais), RADIODIFUSÃO LTDA., R\$ 2.253.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta e três mil reais). **JOAÇABA/SC**, GALASSI E LOPES LTDA., R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais), JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), LEDRA E SILVA LTDA., R\$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais), MEIO OESTE COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 1.870.000,00 (um milhão e oitocentos e setenta mil reais), PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., R\$ 511.000,00 (quinhentos e onze mil reais), RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais), SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.,

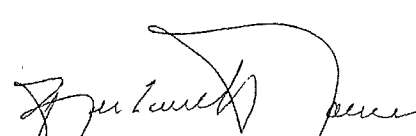
Eriko M. Domenech
CEL - MC




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

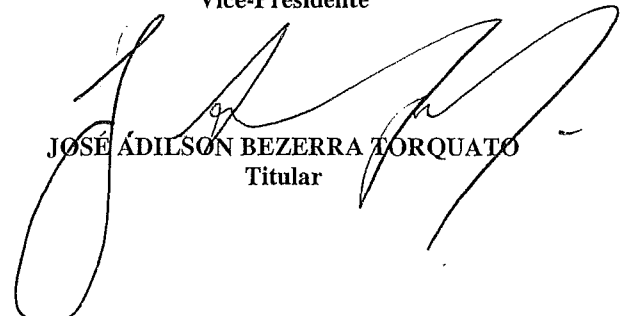
Min. das Comunicações
Fls. 68
Rubrica
CEL.

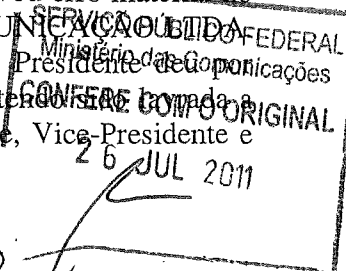
R\$ 777.770,00 (setecentos e setenta e sete mil e setecentos e setenta reais), SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), TELEVISÃO BLUMENAU LTDA., R\$ 2.270.000,00 (dois milhões e duzentos e setenta mil reais), TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA., R\$ 2.268.014,00 (dois milhões e duzentos e sessenta e oito mil e quatorze reais), X-MEDIAGROUP S/A, R\$ 407.000,00 (quatrocentos e sete mil reais). **MÂNCIO LIMA/AC**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA., R\$ 101.198,90 (cento e um mil e cento e noventa e oito reais e noventa centavos), GALASSI E LOPES LTDA., R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), GRUPO PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais), JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), LEDRA E SILVA LTDA., R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), LÍDER COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 100.000,00 (cem mil reais), REDE PARAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), X-MEDIAGROUP S/A, R\$ 407.000,00 (quatrocentos e sete mil reais). (7) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado **"Classificação das Proponentes (Média Ponderada)"**, que segue em anexo, que aponta o **Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP)** de cada proponente. (8) A Comissão Especial de Licitação, **por unanimidade de votos**, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior **Valor Ponderado (VP)** na localidade, conforme a seguir discriminado: **BENTO GONÇALVES/RS**, CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA., **JOAÇABA/SC**, RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., **MÂNCIO LIMA/AC**, X-MEDIAGROUP S/A. (9) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: **a)** A Sra **KEILA BARBOSA DE FREITAS BITENCOURT**, requereu a juntada aos autos de procuração outorgada por nome da empresa **TELEVISÃO NOVO SÉCULO LTDA.**, o que foi deferido pela Comissão. **b)** O Sr **LUIZ ALFREDO BARCIK**, requereu a juntada aos autos de procuração outorgada por nome da empresa **TELEVISÃO ALTAMAR LTDA.**, o que foi deferido pela Comissão. **c)** A Comissão relevou erro material no preenchimento da proposta de **SINCO – SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.** para a localidade de **JOAÇABA/SC**. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 16h15 (dezesesseis horas e quinze minutos), tendo sido lida e aprovada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/____

CONCORRÊNCIA Nº 011/2002-SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 05/04/2010

SERVIÇO : SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE : BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC E MÂNCIO LIMA/AC.

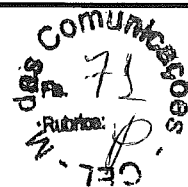
Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
Televisão Novo Século Ltda.	Keila Barbosa Bittencourt			25.363 OAB/DF -	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Televisão Altamir Ltda	Luiz Alfredo Barick			4871474 PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2010

CEL - M. Rubrica
69
Comunicações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 011 / 2002

Preço Mínimo : 31.923,00

Serviço : TV

Grupo : B

Localidade : JOAÇABA

UF : SC

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.008131/2002	Rádio Santa Catarina Ltda.	2.500.000,00	100,000	99,489	99,745
53000.008147/2002	Televisão Blumenau Ltda.	2.270.000,00	100,000	99,437	99,719
53000.008132/2002	Televisão Novo Século Ltda.	2.268.014,00	100,000	99,437	99,718
53000.008140/2002	Meio Oeste Comunicações Ltda.	1.870.000,00	100,000	99,317	99,659
53000.008129/2002	Sinco - Sistema Nacional de Comunicação Ltda.	777.770,00	100,000	98,358	99,179
53000.008138/2002	Televisão Altamar Ltda.	530.000,00	100,000	97,591	98,795
53000.008144/2002	Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	511.000,00	100,000	97,501	98,751
53000.008149/2002	X-Mediagroup S/A	407.000,00	100,000	96,863	98,431
53000.008139/2002	Ledra e Silva Ltda.	255.000,00	100,000	94,992	97,496
53000.008137/2002	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	213.000,00	100,000	94,005	97,003
53000.008146/2002	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	213.000,00	100,000	94,005	97,003
53000.008141/2002	Galassi e Lopes Ltda.	195.000,00	100,000	93,452	96,726
53000.008142/2002	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	105.000,00	100,000	87,839	93,919
53000.008148/2002	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	60.000,00	100,000	78,718	89,359

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

José Adilson Bezerra Torquato
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2002

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 1974

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000 008131/102 a documentação
a seguir constituída de 78 folhas
que assim numerar: 74 73
Data: 24/10/73
Nome: Torquato
Assinatura: [Signature]



SETOR DE COMPRAS

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/20010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve adiamento da licitação em epígrafe, em decorrência da alteração da planilha de composição do objeto do certame, posterga-se a data de abertura da Sessão Pública, antes publicado no DOU do dia 26/03/10, pág. 112. OBJETO: Locação e lavagem de toalhas de banho, lençóis e jalecos. A nova data é 22 de abril de 2010. Local e horário permanecem inalterados.

Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0260/2010.

Porto Alegre, 8 de abril de 2010
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Chefe

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que, em conformidade com o art. 15 da Lei 8.666/93, Pregão Presencial - SRP nº 008 / 2010, RESOLVE: Registrar preços para a aquisição de Materiais para Alteração do Layout Interno dos

Trens. Empresas vendedoras: LOTE: 02 - ESTEEL RUBER LTDA., com valor total de R\$ 400,00. LOTES: 03, 05, 15, 16, 17 - METALFRESA IND. METALÚRGICA LTDA., com valor total de R\$ 2.415,19, R\$ 1.360,00, R\$ 1.577,60, R\$ 383,00 e R\$ 10.160,00 respectivamente. LOTE 04: METROFER MANUTENÇÃO IND. SOC. LTDA., com valor total de R\$ 1.500,00. LOTES 09, 10, 11 e 12 - PAULO MARQUES FERREIRA com valor total de R\$ 15.400,00, R\$ 1.650,00, 24.000,00 e R\$ 19.500,00 respectivamente. LOTES 01, 06, 09, 08, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 - DESERTO. LOTE 13 - CANCELADO. Processo nº 0911 / 2003.

Porto Alegre, 8 de abril de 2010
GABRIEL GROSS D'AMICO
Pregoeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, e suas alterações, torna público, por meio deste Aviso, deliberação sobre o Pedido de Desistência da proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., na concorrência 015/2002, para a localidade de Cubatão no estado de São Paulo, e, em conformidade com o art. 43, § 6º, da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, concluiu pela ACEITAÇÃO do pedido.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, e suas alterações, torna público, por meio deste Aviso, deliberação sobre o Pedido de Desistência da proponente AMAZÔNIA COMUNICAÇÕES LTDA., na concorrência 112/2001, para a localidade de Goiandira do Pará no estado do Pará, e, em conformidade com o art. 43, § 6º, da Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, concluiu pela ACEITAÇÃO do pedido.

Brasília - DF, 8 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, nas(s) Concorrência(s) indicada(s) no(s) Anexo(s) I e II.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 6 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
047/2009	RS	Encantado	FM	Alegria Comunicação Ltda.	BRK - Comunicações Ltda.
047/2009	RS	Encantado	FM	Alegria Comunicação Ltda.	Rádio Anpeler Ltda.
047/2009	RS	Encantado	FM	LB Sistema de Comunicação do Vale Ltda.	Alegria Comunicação Ltda.
047/2009	RS	Encantado	FM	LB Sistema de Comunicação do Vale Ltda.	BRK - Comunicações Ltda.
047/2009	RS	Encantado	FM	LB Sistema de Comunicação do Vale Ltda.	Rádio Anpeler Ltda.

ANEXO II

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rede Vividense de Comunicação Ltda.
047/2009	RS	Encantado	FM	Passo Fundense Rádio e TV Ltda.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 60/2009-CEL/MC

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) no(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção no subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 12 a 16 de abril de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010040900128

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 19 de abril de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso 1, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 6 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência Nº 060/2009-CEL/MC, Localidade de Três Fronteiras/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
LD Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53000.015894/10	HABILITADA
Sistema Max Digital de Comunicações Ltda.	FM	53000.015897/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	FM	53000.015901/10	HABILITADA
Moras Serviços de Comunicação Ltda.	FM	53000.015896/10	HABILITADA
Empresa e Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.015895/10	HABILITADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	FM	53000.015898/10	HABILITADA
Sistema N2 de Comunicação Ltda.	FM	53000.015902/10	HABILITADA
Catana FM Ltda.	FM	53000.015903/10	HABILITADA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 9/2002-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência n.º 009/2002-SSR/MC, Localidade de Patos de Minas/MG.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53710.001139/02	Sistema Patense de Radiodifusão Ltda.	1.524.000,00	TV	96,391	99,639
53710.001138/02	Contato Produções e Radiodifusão Ltda.	876.000,00	TV	93,721	99,372
53710.001140/02	Momento de Comunicação Ltda.	856.712,32	TV	93,580	99,358
53710.001141/02	TV Asteca Ltda.	178.200,00	TV	69,136	96,914

CONCORRÊNCIA Nº 11/2002-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

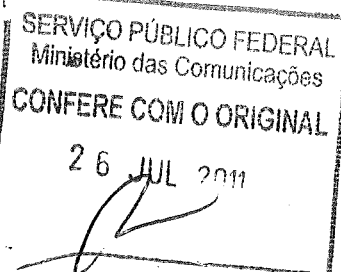
Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência n.º 011/2002-SSR/MC, Localidade de Bento Gonçalves/RS.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008134/02	Capra Publicidade e Promoções Ltda.	4.002.084,00	TV	98,777	99,389
53000.008145/02	Vetor Radiodifusão Ltda.	2.253.000,00	TV	97,828	98,914
53000.008129/02	Sinco - Sistema Nacional de Comunicação Ltda.	1.577.770,00	TV	96,899	98,449
53000.008133/02	Agência Prisma S/C Ltda.	1.390.000,00	TV	96,480	98,240
53000.008138/02	Televisão Altamar Ltda.	859.000,00	TV	94,303	97,152
53000.008144/02	Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	711.000,00	TV	93,118	96,559
53000.008132/02	Televisão Novo Século Ltda.	658.000,00	TV	92,363	96,282
53000.008137/02	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	413.000,00	TV	88,152	94,076
53000.008146/02	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	413.000,00	TV	88,152	94,076
53000.008139/02	Ledra e Silva Ltda.	405.000,00	TV	87,918	93,959
53000.008141/02	Galassi e Lopes Ltda.	305.000,00	TV	83,956	91,978
53000.008142/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	205.000,00	TV	76,130	88,065
53000.008148/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	140.000,00	TV	65,048	82,524

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Concorrência n.º 011/2002-SSR/MC, Localidade de Joazeiro/SC.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008131/02	Rádio Santa Catarina Ltda.	2.500.000,00	TV	99,489	99,745
53000.008147/02	Televisão Blumenau Ltda.	2.270.000,00	TV	99,437	99,719
53000.008132/02	Televisão Novo Século Ltda.	2.268.014,00	TV	99,437	99,718
53000.008140/02	Meio Oeste Comunicações Ltda.	1.870.000,00	TV	99,317	99,659
53000.008129/02	Sinco - Sistema Nacional de Comunicação Ltda.	777.770,00	TV	98,358	99,179
53000.008138/02	Televisão Altamar Ltda.	530.000,00	TV	97,591	98,795
53000.008144/02	Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	511.000,00	TV	97,501	98,751
53000.008149/02	X-Mediagroup S/A	407.000,00	TV	96,863	98,431
53000.008139/02	Ledra e Silva Ltda.	255.000,00	TV	94,992	97,496
53000.008137/02	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	213.000,00	TV	94,005	97,003
53000.008146/02	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	213.000,00	TV	94,005	97,003
53000.008141/02	Galassi e Lopes Ltda.	195.000,00	TV	93,452	96,726
53000.008142/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	105.000,00	TV	87,839	93,919
53000.008148/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	60.000,00	TV	78,718	89,359

Concorrência n.º 011/2002-SSR/MC, Localidade de Mâncio Lima/AC.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008149/02	X-Mediagroup S/A	407.000,00	TV	97,346	98,673
53000.008146/02	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	153.000,00	TV	92,941	96,471
53000.008137/02	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	113.000,00	TV	90,442	95,221
53000.008139/02	Ledra e Silva Ltda.	106.000,00	TV	89,811	94,906
53000.008130/02	Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda.	101.198,90	TV	89,328	94,664
53000.008146/02	Lider Comunicações Ltda.	100.000,00	TV	89,200	94,600
53000.008133/02	Agência Prisma S/C Ltda.	99.000,00	TV	89,091	94,545
53000.008141/02	Galassi e Lopes Ltda.	86.000,00	TV	87,442	93,721
53000.008142/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	56.000,00	TV	80,714	90,357
53000.008148/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	30.000,00	TV	64,000	82,000

CONCORRÊNCIA Nº 69/2009-CEL/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 5/2010

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, torna público a realização do Pregão em 22/4/10, às 9h, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte logístico, técnico e operacional para a realização do II ARCTEL da CPLP, no dia 29/4/10, e do I Fórum Lusófono de Comunicações, no dia 30/4/10, na sede da Anatel, em Brasília/DF. O Edital estará disponível a partir de 9/4/10, na Sede da Anatel, SAUS Qd. 06, Bl. "H", 3º andar, das 9h às 11h e das 15h às 17h e no site da Anatel: www.anatel.gov.br/Espaco da Cidadão/Interação com a Sociedade/Licitações/Edital em Andamento/ de aquisição/ alienação.

ALENCASTRO GUIMARÃES DE BRITO
Pregoeiro

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 33/2009

A Anatel torna público o resultado do Pregão Ampla nº 33/09, Processo nº 53500.020746/2009: Objeto: Lotes 1, II e III: Vencedor: Waldemar Costa Júnior EPP; Valor Total: R\$ 13.683,80. Homologado pela Gerente-Geral de Administração Geral, Ato 2235, de 8/4/10.

LUISA AMÉLIA TAVARES DE SOUZA
Gerente-Geral de Administração

A Anatel torna público o resultado do Pregão Ampla nº 9/10, Processo nº 53500.025410/2009 - prestação de serviços fornecimento diário de exemplares dos periódicos: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e Valor Econômico; Vencedor: JM Torres Jornais e Revistas Ltda-ME; Valor: R\$ 51.212,93; Homologação: Gerente-Geral de Administração, Ato nº 2241, de 8/4/10.

LUISA AMÉLIA TAVARES DE SOUZA
Superintendente de Administração-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO AMPLO Nº 1/2010 - ER07 (UO072)

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel torna público o resultado da licitação de que trata o Edital de Pregão Ampla nº 001/2010-ER07 (UO072), Processo nº 53548.000123/2010, referente à contratação da prestação de serviços de vigilância armada, segurança física e patrimonial, a serem executados na Estação de Radiomonitoragem da Unidade Operacional 7.2 da Anatel (UO7.2/MS), no Estado de Mato Grosso do Sul, situado na BR 262 - KM 04 - Chácara Embraer - Campo Grande-MS, conforme especificações e condições do Edital e seus Anexos, declarando vencedora a empresa STILO SEGURANÇA LTDA, pelo valor global anual de R\$ 100.476,00. A presente contratação foi homologada pelo Gerente Regional-substituto da Anatel em Goiás, em 08/04/10.

CÉLIO JOSÉ DA COSTA
Gerente Regional Substituto

Concorrência n.º 069/2009-CEL/MC, Localidade de Marília/SP.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.063693/09	TV Oeste Paulista Ltda.	32.850.000,00	TV	89,27900	94,63950
53000.063696/09	Sistema Adonai de Comunicação Ltda.	31.777.000,00	TV	88,91699	94,45850
53000.063700/09	Pilar Comunicação Ltda.	26.100.000,00	TV	86,50633	93,25317
53000.063699/09	Televisão Fênix Ltda.	18.580.000,00	TV	81,04496	90,52248
53000.063697/09	Televisão Altamar Ltda.	16.821.846,00	TV	79,06385	89,53192
53000.063694/09	Fundação Uniesp de Televisão	16.270.000,00	TV	78,35374	84,96120
53000.063698/09	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	9.000.000,00	TV	60,86836	80,43418

Brasília - DF, 6 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADO DE PROPOSTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA Nº 36/2009-CEL/MC

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) do(s) licitante(s) habilitado(s) conforme Anexo(s).

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretária da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF. Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 6 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 036/2009-CEL/MC, Localidade de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P.Téc	Resultado
Rádio Liderança FM Ltda.	FM	53000.007818/10	100,00000	CLASSIFICADA
Martins Fayad Radiodifusão Ltda.	FM	53000.007813/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rio Bonito Comunicações Ltda.	FM	53000.007811/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio 90.1 FM Ltda.	FM	53000.007810/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio Jovem Prata Ltda.	FM	53000.007815/10	100,00000	CLASSIFICADA
Catapia FM Ltda.	FM	53000.007816/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio Anapêlar Ltda.	FM	53000.007814/10	100,00000	CLASSIFICADA
JGR Comunicações Ltda.	FM	53000.007812/10	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO II

Concorrência n.º 039/2009-CEL/MC, Localidade de Bom Jardim/RJ.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P.Téc	Resultado
Rádio Monte São Ltda.	FM	53000.008530/10	100,00000	CLASSIFICADA
V.P.D. Empresa de Radiodifusão Ltda. - ME	FM	53000.008538/10	100,00000	CLASSIFICADA
VCP Comunicações Ltda.	FM	53000.008534/10	100,00000	CLASSIFICADA

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA, nos termos do parágrafo único do art. 65 e parágrafo 5º, do art. 82 do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270/2001, as pessoas abaixo relacionadas, da decisão fundamentada da autoridade competente. Ficam, portanto, cientes que poderão apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a partir da data da publicação deste, devendo ser o mesmo dirigido ao Escritório Regional da Anatel no Estado do Rio Grande do Sul: Av. Princesa Isabel, nº 778 - Bairro: Santana - Porto Alegre/RS - CEP: 90620-000. Decorrido o prazo recursal, publique-se o ato no Diário Oficial da União, e após, registre-se a sanção no cadastro nacional de antecedentes.

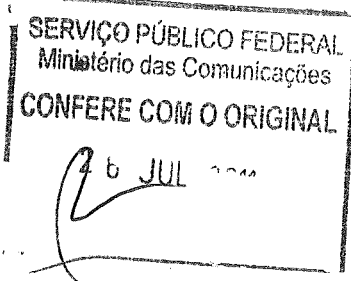
ENTIDADE	Nº PROCESSO	INERÇÃO	SANÇÃO/DECISÃO
Assoc. Cult. e de Radiod. Com. do Rio Grande do Sul	53528.004081/2009	Art. 163 da Lei nº 9.472/97.	Recurso não provido.
Assoc. Com. Cult. e de Radiod. Nova Atracção - ACORANOVA	53528.006235/2009	Art. 163 da Lei nº 9.472/97.	Multa no valor de R\$ 3.135,00.

Porto Alegre, 7 de abril de 2010.

JOÃO JACOB BETTONI
Gerente Regional

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010040900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000008131/02 a documentação
a seguir constituída de 06 folhas,
que assim numerai: 74 / 79
Data: 28 / 04 / 2010
Nome: Vander
Assinatura: A

CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não restaram no processo n.º **53000.008131/2002 – RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.** - pendência de recursos sem apreciação por esta comissão.

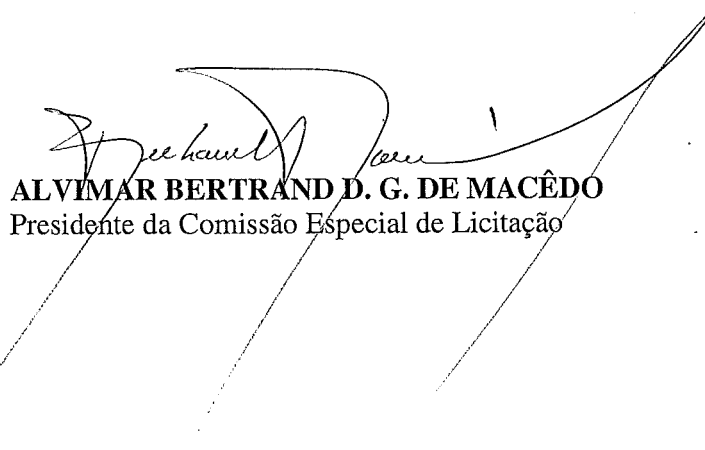
Brasília/DF, 20 de abril de 2010.



ANDRÉA LIMA DE MORAES
Estagiária

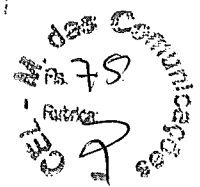
De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.

Em, 28 de ABRIL de 2010.



ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



[Início](#)[Links](#)[Fale Conosco](#)[Mapa do Site](#)Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)**Processos****Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!**[Nova Pesquisa](#)

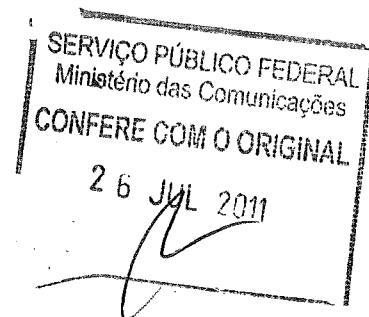
Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

X
Avalie este serviço:
Informações
processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

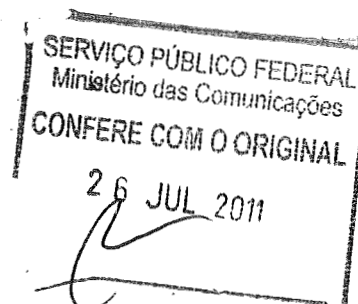



Consulta Processual pelo Nome da Parte
Nome Pesquisado: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "RÁDIO SANTA CATARINA LTDA".

Emitido pelo site webserver1.trf1.gov.br em 19/04/2010 às 14:50:24





Portal da Justiça Federal da 4ª Região

TRF4

TRF4 TRF5 TRF6 TRF7

Institucional

Ouvidoria

Notícias

Concursos e Estágios

Varas

Publicações

Links Jurídicos

Plantão Judiciário

Consulta Processual

Jurisprudência

Sob Medida

Licitações

Guia de Serviços

Legislação

Ajuda

Cálculos Judiciais

Rec. Repetitivos - STJ

Intranet

Usuário: não logado
Login | Processo Eletrônico (2º Grau)

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Número do CPF/CNPJ:

Onde consultar:

☒ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

COMO UTILIZAR

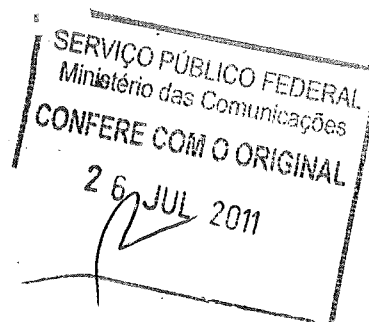
Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000



Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



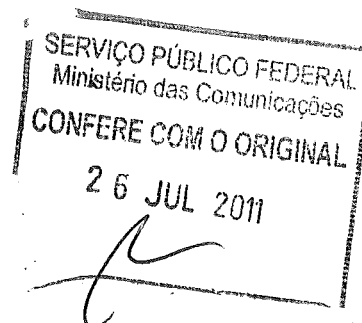
Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

Argumento Pesquisado: 04.519.960/0001-13

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "04.519.960/0001-13".



Emitido pelo site 172.16.52.14 em 19/04/2010 às 14:56:20





Destaques do Governo

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SISCOM » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais menu ajuda

Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto Criar Arquivo Texto (ANEXO)

UF: SC

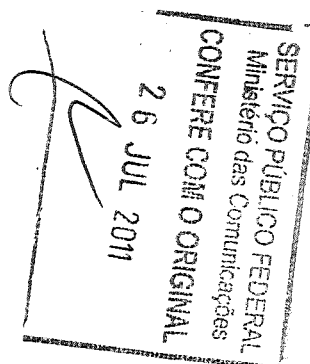
SERVIÇO: TV

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimuth	ERP (KW)	ERP Máx. (KW)	Obs.
Localidade: JOACABA							
	27S102900	51W293600	13-	33 A 63	0.300	1.0000	Coordenada pré-fixada 27S1029 51W2936 SBTVD
	27S102900	51W293600	13-	37 A 63	0.300	1.0000	Coordenada pré-fixada 27S1029 51W2936 SBTVD
TELEVISAO JOACABA LTDA	27S110300	51W303100	6+	301 A 307	0.316	3.1600	SBTVD
TELEVISAO JOACABA LTDA	27S110300	51W303100	6+	328	1.000	3.1600	SBTVD
TELEVISAO JOACABA LTDA	27S110300	51W303100	6+	75 A 80	1.000	3.1600	SBTVD

Usuário: - Data: 20/04/2010 Hora: 10:17:16

Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PARECERNº 0481 - 2.17 / 2010/DLFG/CONJUR/MC/AGU

CONCORRÊNCIA Nº 11/2002

LOCALIDADES: BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.006013/2002-29

CONCORRENTES: 1) 53000.008135/2002-50, 2) 53000.008128/2002-58,
3) 53000.008147/2002-84, 4) 53000.008140/2002-62, 5) 53000.008134/2002-13,
6) 53000.008136/2002-02, 7) 53000.008132/2002-16, 8) 53000.008133/2002-61,
9) 53000.008131/2002-72, 10) 53000.008150/2002-06, 11) 53000.008145/2002-95,
12) 53000.008138/2002-93, 13) 53000.008129/2002-01, 14) 53000.008146/2002-30,
15) 53000.008137/2002-49, 16) 53000.008139/2002-38, 17) 53000.008142/2002-51,
18) 53000.008141/2002-15, 19) 53000.008144/2002-41, 20) 53000.008143/2002-04,
21) 53000.008148/2002-29, 22) 53000.008130/2002-27 e 23) 53000.008149/2002-73.

ASSUNTO: concessão dos serviços de radiodifusão em sons e imagens

EMENTA: : Análise do procedimento licitatório levado a efeito com a finalidade de outorgar concessão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens para as localidades de Bento Gonçalves/RS, Joaçaba/SC e Mancio Lima/AC. Pela anulação do resultado de julgamento das propostas técnicas e propostas de preços.

Sr. Consultor Jurídico

Vem à análise e parecer desta Consultoria Jurídica o procedimento licitatório - Concorrência 011/2002-SSR/MC, levado a efeito para outorga de concessão para exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens para as localidades de BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

2. Acudiram a licitação 23 empresas a saber: 1) Vit Gifts – Indústria e Comércio Ltda., 2) Vit Music – Comunicações e Eventos Ltda., 3) Televisão Blumenau Ltda., 4) Meio Oeste Comunicações Ltda., 5) Capra Publicidade de Promoções Ltda., 6) Rádio Universal Ltda., 7) Televisão Novo Século Ltda., 8) Agência Prisma S/C Ltda., 9) Rádio Santa Catarina Ltda., 10) Extra Radiodifusão Ltda., 11) Vetor Radiodifusão Ltda., 12) Televisão Altamar Ltda., 13) Sinco – Sistema Nacional de Comunicações Ltda., 14) Rede Paraíba de Comunicação Ltda., 15) Grupo Paraíba de Comunicação Ltda., 16) Ledra e Silva Ltda., 17) Sistema Alpha de Comunicação Ltda., 18) Galassi e Lopes Ltda., 19) Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda., 20) Líder Comunicações Ltda., 21) Jobast Produções Cinematográficas Ltda., 22) Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda. e 23) XPLIMMAGROUP S/A.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

24 JUL 2010

3. Sagrou-se vencedora para a localidade de Bento Gonçalves/RS a empresa Capra Publicidade e Promoções Ltda., para a localidade de Joaçaba/SC a empresa Rádio Santa Catarina Ltda. e para a localidade de Mâncio/AC a empresa X-Mediagroup S/a.

4. Por meio do Memorando nº 113, de 28 de abril de 2010, a Comissão Especial de Licitação propõe a adjudicação do objeto da concorrência em epígrafe às referidas empresas, submetendo à matéria à consideração do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, visando à homologação do certame.

5. Feita à análise do procedimento licitatório, verifica-se que a Comissão Especial de Licitação, indevidamente, abriu os envelopes contendo as propostas técnicas e as propostas de preços das licitantes Agência Prisma S/C Ltda. e Televisão Altamar Ltda., visto que as mesmas foram declaradas inabilitadas no certame. É que a Comissão Especial de Licitação, em decorrência dos recursos interpostos pelas proponentes Extra Radiodifusão Ltda. e Televisão Novo Século Ltda., nos termos da Ata de Reunião nº 111/2004, fls. 88 do Processo 53000.008133/2002-61 e fls. 75 do Processo nº 53000.008138/2002-93, deu provimento aos respectivos recursos, reconsiderando a decisão que inicialmente as habilitou para o certame, publicação ocorrida no D.O.U do dia 13 de abril de 2004.

6. A legislação determina que os envelopes "propostas" dos licitantes inabilitados sejam devolvidos após exaurida a fase recursal referente à habilitação, devidamente inviolados (art. 43, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993). Nesse sentido dispõe o subitem 9.6.1 do edital. Todavia, nada impede que a Administração mantenha em seu poder esses envelopes, fechados, desde que os respectivos proponentes não o reclamem.

7. No presente caso, a Comissão Especial de Licitação tornou público o conteúdo das propostas técnicas e de preços dos referidos licitantes inabilitados e por essa razão as respectivas propostas técnicas e de preços foram apreciadas, figurando as mesmas na classificação geral dos proponentes. Esse "vício" não tem o condão de comprometer o procedimento licitatório, todavia, torna-se necessário sanar o processo, ou seja, realizar o novo julgamento das propostas técnicas e propostas de preços, com a exclusão das propostas apresentadas pelos referidos licitantes inabilitados, anulando os respectivos julgamentos, retornando a fase de classificação das propostas técnicas.

8. Verifica-se que tal situação não irá ensejar a modificação do resultado final de julgamento da licitação no tocante aos primeiros colocados. Isso porque todas as propostas técnicas obtiveram a pontuação de 100 pontos e as empresas que foram declaradas vencedoras para as localidades abrangidas pelo certame não são aquelas que tiveram indevidamente os envelopes contendo as propostas técnicas e de preços abertos.

9. Não obstante, considerando as peculiaridades dos serviços em apreço, especialmente o que dispõe o art. 12 do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece limite máximo de outorgas para exploração de serviços de radiodifusão, o que leva a administração, em certas situações, a não deferir a outorga ao primeiro colocado no certame e observar a ordem cronológica do resultado para adjudicação, conforme já dito, entendo, s.m.j., que deverá ser anulado o resultado de julgamento das propostas técnicas e das propostas de preço, visando dar regularidade ao procedimento.

10. Depois de adotada tal providência, deverá a Comissão Especial de Licitação realizar novo julgamento das propostas técnicas e publicá-lo no D.O.U, com o fito de excluir do rol àquelas empresas que não foram habilitadas na concorrência em apreço (Agência Prisma S/C Ltda. e Televisão Altamar Ltda), reabrindo o prazo para interposição de recurso. Após, exaurida essa fase, deverá a Comissão Especial de Licitação realizar novo julgamento da licitação, conjugando a proposta técnica com a proposta de preços, nos termos do subitem 11.7 do edital, para que se conste formalmente a ordem correta de classificação dos concorrentes. Divulgado o resultado final da licitação e não havendo interposição de recursos ou após a apreciação dos mesmos, estará o procedimento licitatório apto a ser homologado.

11. Ante tais considerações, sugiro que a matéria seja levada à decisão do Senhor Ministro de Estado de Comunicações, com proposta de anulação do resultado de julgamento das propostas técnicas e propostas de preços, objetivando sanar a irregularidade ora verificada.

81
m
235
m
dos Comu-
cações

12. Para consolidar a medida proposta, foi elaborada a anexa minuta de despacho cujo teor, uma vez aprovado pelo Sr. Ministro das Comunicações, deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

Brasília, 10 de maio de 2010.

Danúsia Lucinda Farage de Gouveia
Danúsia Lucinda Farage de Gouveia
Advogada da União

Aprovo. Ao Gabinete do Sr. Ministro de Estado das Comunicações.

Em 21 / 05 / 2010

Édio H. A. J. Azevedo
Édio H. A. J. Azevedo
Consultor Jurídico



Nesta data, anexo aos autos do processo de nº 53000.008131/02 a documentação a seguir constituída de 02 folhas, que assim numerai: 82 e 83

Data: 26 105 12010

Nome: Sergio

Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

[assinatura]

PUBLICADO NO D.O. DE 25, 05, 10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

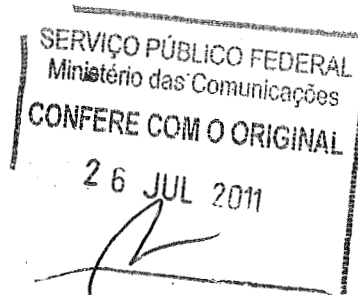
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 24 de maio de 2010.

Acolho o **PARECER N° 0481 - 2.17/2010/DLFG/CONJUR/MC/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **ANULO** o resultado de julgamento das propostas técnicas e das propostas de preços, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de março de 2010 e 9 de abril de 2010, da Concorrência n° 11/2002-SSR/MC, levada a efeito para exploração dos serviços de radiodifusão em sons e imagens para as localidades de Bento Gonçalves/RS, Joaçaba/SC e Mâncio Lima/AC.


JOSE ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações





* APROVO, nos termos do art. 1º do Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007, e item 5.1 da Norma nº 01/2007, aprovada pela Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007, com fundamento na informação nº 169/2010/CGEO/DEOC/SC-MC, o pedido formulado pela TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A para execução do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais com o objetivo de testar o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T na localidade de Poços de Caldas/MG. Encaminhe-se a ANATEL para providências devidas.

Em 24 de maio de 2010

Tendo em vista a manifestação ofertada pela licitante RÁDIO MOMENTO FM LTDA contra decisão do sr. Ministro de Estado, que a inabilitou na Concorrência nº 123/2001-SSR/MC, para a localidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, acolho o Parecer nº 0484-1.01/2010/APC/CONJUR-MC/AGU de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente	Nº DO PROCESSO
SSR/MC				ANULADA	
123/2001	SC	CHAPECÓ	FM	RÁDIO MOMENTO FM LTDA	53740.000263/2002

Acolho a NOTA/Nº 0718-2.17/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e tomo sem efeito o Despacho Ministerial publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 60 de 29/04/2010 que homologou e adjudicou o certame à licitante RAINHA FM LTDA.

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente	Nº DO PROCESSO
902000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA.	53740.000783/000

Acolho a NOTA/Nº 0722-2.17/2010/ACO/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente	Nº DO PROCESSO
SSR/MC				VENCEDORA	
024/2001	RJ	IGUABA GRANDE	FM	CANARI PARTICIPAÇÕES LTDA.	53770.000.636/01

Acolho a NOTA/Nº 0722-2.17/2010/ACO/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE (artigo 43, §5º da Lei 8.666/93) da concorrente COOPMIDIA PROPAGANDA E MARKETING LTDA, do procedimento licitatório da Concorrência nº 024/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, já tendo sido oportunizado o contraditório e ampla defesa.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente	Nº DO PROCESSO
SSR/MC				ANULADA	
024/2001	RJ	IGUABA GRANDE	FM	COOPMIDIA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.	53770.000628/01

Acolho o PARECER Nº 0481 - 2.17/2010/DLFG/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e ANULO o resultado de julgamento das propostas técnicas e das propostas de preços, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de março de 2010 e 9 de abril de 2010, da Concorrência nº 11/2002-SSR/MC, levada a efeito para exploração dos serviços de radiodifusão em sons e imagens para as localidades de Bento Gonçalves/RS, Joaçaba/SC e Mâncio Lima/AC.

Acolho a NOTA Nº 0754 - 2.17 / 2010 /JCB/CONJUR-MC/AGU invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO o certame e adjudico o objeto, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente	Nº DO PROCESSO
SSR/MC				VENCEDORA	
004/2007	RS	JAGUARÃO	TV	TOPSPORTS VENTURES S/A	53000.019061/09

Acolho o PARECER Nº 0498 - 2.17/2010/DLFG/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente	Nº DO PROCESSO
CEL/MC				VENCEDORA	
10/1998	GO	CALDAS NOVAS	FM	RÁDIO E TELEVISÃO DI ROMA LTDA.	53670.000112/1998

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.692, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Americana, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.168, de 29 de dezembro de 1998,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010052500091

publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.694, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Aracaju, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.169, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.695, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Aracaju, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 3.585, de 8 de junho de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 24 de junho de 1999.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.696, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Araras, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 6.897, de 13 de março de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.697, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Araras, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 6.961, de 13 de março de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 7 de julho de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de julho do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.699, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.225, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.700, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.170, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.701, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Caçapava, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.192, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011
[Handwritten signature]

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 530002.008131/09 documentação
a seguir constituída de 84 folhas
que assim numerai: 84 e 85
Data: 23/07/2012
Nome: *[Handwritten signature]*
Assinatura: *[Handwritten signature]*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
84
[Assinatura]

ATA DE REUNIÃO Nº 328/2010

**RETIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)
CONCORRÊNCIA Nº 011/2002**

SERVIÇO : SONS E IMAGENS (TV)

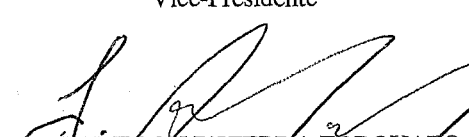
LOCALIDADE(S): BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

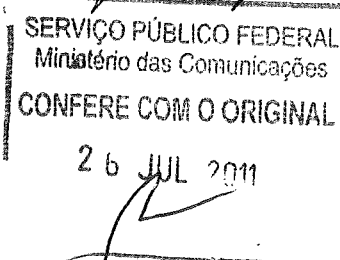
Em 22 de julho de 2010, às 14h:30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici (ausência justificada) e dos membros, Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de **retificar a Ata de Reunião nº 095/2010 de 05 de março 2010, de Resultado de Julgamento de Proposta(s) Técnica(s).** (1) A Comissão Especial de Licitação, acata o PARECER Nº 0481 – 2.17/2010/DLFG/CONJUR/MC/AGU, endossado por meio do Despacho Ministerial datado de 24 de maio de 2010, publicado no DOU de 25 de maio de 2010, no sentido de anular o resultado de julgamento das propostas técnicas da AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA e TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., por terem sido inabilitadas na(s) localidade(s) acima mencionadas, mantendo inalteradas as demais proponentes. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 14h:45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

(AUSENTE)
ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





RESULTADO DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s).

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 22 de julho de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

ANEXO I

Concorrência nº 011/2002-CEL/MC, Localidade de Bento Gonçalves/RS.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc.	Resultado
Capra Publicidade Promoções Ltda.	TV	53000.008134/02	100,000	CLASSIFICADA
Galassi e Lopes Ltda.	TV	53000.008141/02	100,000	CLASSIFICADA
Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	TV	53000.008137/02	100,000	CLASSIFICADA
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.008148/02	100,000	CLASSIFICADA
Leira e Silva Ltda.	TV	53000.008139/02	100,000	CLASSIFICADA
Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	TV	53000.008144/02	100,000	CLASSIFICADA
Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	TV	53000.008146/02	100,000	CLASSIFICADA
Sinco - Sistema Nacional De Comunicação Ltda.	TV	53000.008129/02	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.008142/02	100,000	CLASSIFICADA
Televisão Novo Século Ltda.	TV	53000.008132/02	100,000	CLASSIFICADA
Vetor Radiodifusão Ltda.	TV	53000.008145/02	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 011/2002-CEL/MC, Localidade de Joazeiro/SC.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc.	Resultado
Galassi e Lopes Ltda.	TV	53000.008141/02	100,000	CLASSIFICADA
Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	TV	53000.008137/02	100,000	CLASSIFICADA
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.008148/02	100,000	CLASSIFICADA
Leira e Silva Ltda.	TV	53000.008139/02	100,000	CLASSIFICADA
Melo Geste Comunicações Ltda.	TV	53000.008140/02	100,000	CLASSIFICADA
Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	TV	53000.008144/02	100,000	CLASSIFICADA
Rádio Santa Catarina Ltda.	TV	53000.008131/02	100,000	CLASSIFICADA
Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	TV	53000.008146/02	100,000	CLASSIFICADA
Sinco - Sistema Nacional De Comunicação Ltda.	TV	53000.008129/02	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.008142/02	100,000	CLASSIFICADA
Televisão Blumenau Ltda.	TV	53000.008147/02	100,000	CLASSIFICADA
Televisão Novo Século Ltda.	TV	53000.008132/02	100,000	CLASSIFICADA
X-Mediagroup S/A	TV	53000.008149/02	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência nº 011/2002-CEL/MC, Localidade de Mâncio Lima/AC.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc.	Resultado
Empresa Cruzeirense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda.	TV	53000.008130/02	100,000	CLASSIFICADA
Galassi e Lopes Ltda.	TV	53000.008141/02	100,000	CLASSIFICADA
Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	TV	53000.008137/02	100,000	CLASSIFICADA
Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.008148/02	100,000	CLASSIFICADA
Leira e Silva Ltda.	TV	53000.008139/02	100,000	CLASSIFICADA
Uder Comunicações Ltda.	TV	53000.008143/02	100,000	CLASSIFICADA
Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	TV	53000.008146/02	100,000	CLASSIFICADA
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.008142/02	100,000	CLASSIFICADA
X-Mediagroup S/A	TV	53000.008149/02	100,000	CLASSIFICADA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EDITAL Nº 16, DE 22 DE JULHO DE 2010
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) torna pública a prorrogação, por um ano, a contar do dia 31 de julho de 2010, da validade do concurso público regido pelo Edital nº 1 - ANATEL, de 4 de dezembro de 2008, para os cargos de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações e de Analista Administrativo, cujos resultados finais e homologação foram publicados pelo Edital nº 14 - ANATEL, de 30 de julho de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2009.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato ADADI nº 020/2010-Anatel. Pregão Amplo 01/2010. Data de Assinatura: 20/07/2010. Contratada: ITA Indústria e Comércio de Carimbos Ltda.. Vigência: até 19/07/2011. Objeto: aquisição de carimbos automáticos e seus refis. Fundamento Legal: Reg. de Contratações da Anatel, IN nº 02/2008 - SLTI/MPOG e Lei 8.666/93. Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 33.90.30.00 e Atividade: 24.122.0750.2000.0001. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 18.996,44. Processo nº 53500.001069/2010.

Contrato ADADI nº 021/2010-Anatel. Pregão Amplo 11/2010. Data de Assinatura: 20/07/2010. Contratada: Dinâmica - Administração, Serviços e Obras Ltda.. Vigência: até 19/07/2011. Objeto: prestação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010072300103

de serviços de apoio a eventos, operação e manutenção de equipamentos audiovisuais, a serem executados nas dependências do Complexo-Sede da Anatel em Brasília/DF. Fundamento Legal: Reg. de Contratações da Anatel, IN nº 02/2008 - SLTI/MPOG e Lei 8.666/93. Cobertura Orçamentária: Elemento Orçamentário: 33.90.30.00 e Atividade: 24.122.0750.2000.0001. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 104.474,76. Processo nº 53500.003743/2010.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 53500.015166/2009; Contratação da Empresa Thales Communications Ltda. para instalação e integração de plataforma de propriedade da Anatel; Valor: R\$ 757.740,71; Amparo: art. 25, caput da Lei nº 8.666/93; Aprovação: Gerente-Geral de Administração, substituto Ato nº 4656, 21/07/10; Ratificação: Rodrigo Augusto Barbosa, Superintendente de Administração-Geral, Ato nº 4650, 21/7/10.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS INTERINO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos art. 194 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 10 de julho de 2001, torna público os procedimentos referentes à Audiência Pública destinada a possibilitar à sociedade o direito de manifestação sobre a documentação objeto da Consulta Pública nº 27, de 12 de julho de 2010, que trata da Proposta de Revisão da Regulamentação sobre a Gestão da Qualidade do Serviço Móvel Pessoal - SMP, conforme consta do processo nº 53500.016120/2008.

Dia e horário: 11 de agosto de 2010, das 14:00 às 18:00 horas.

Endereço: Sede da Amcham Brasil - Câmara Americana de Comércio
Rua da Paz, 1431 - Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP - CEP 04713-000

O texto completo do Anexo a este Aviso de Audiência Pública e a documentação relativa ao objeto da Audiência Pública estarão disponíveis na Biblioteca da Anatel, no endereço apresentado a seguir, e na página da Anatel na Internet, endereço <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14 horas da data de publicação deste Aviso no Diário Oficial da União.

SAUS Quadra 6 Bloco F Térreo - Biblioteca
70070-940 Brasília-DF
Fax: (061) 2312-2002
Telefone: (061) 2312 2000
Endereço Eletrônico - biblioteca@anatel.gov.br

DIRCEU BARAVIERA
Interino

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
TELEGRAFOS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATOS DE CONTRATOS

Espécie: Contrato nº 174/2010; Objeto: contratação de serviço de transporte aéreo de carga, a partir de São Paulo/SP com destino a Recife/PE. Contratada: MASTER TOP LINHAS AÉREAS S.A.; Valor Global: R\$ 15.860.196,00; Assinatura: 16/07/2010; Vigência: 12 (doze) meses, com início a partir de sua assinatura.

CONTRATO Nº 149/2010; OBJETO: Serviços de Assistência Técnica com Suporte On-Site para os produtos e o ambiente operacional de propriedade da ECT; CONTRATADA: AMÉRICA TECNOLÓGICA DE INFORMÁTICA E ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA; VALOR GLOBAL: R\$

DIRETORIA REGIONAL DO ACRE

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato 34/2010; Objeto: Serviço de Transporte de carga postal via superfície LTR - 18; Tarauacá x Feijó x Tarauacá. Valor Global: R\$55.244,00 (Cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais); Data de assinatura: 19/07/2010; Vigência: 19/07/2010 a 19/07/2011; Origem: XE/DR/ACR- 10000006/2010.

Contrato 33/2010; Objeto: Serviço de Transporte de carga postal via superfície LTR - 18; AC/Tarauacá x Aeroporto de Tarauacá x AC/Rodrigues Alves x AC/Cruzeiro do Sul x AC/Mâncio Lima x AC/Tarauacá. Valor Global: R\$ 199.191,72 (Cento e noventa e nove mil cento e noventa e um reais e setenta e dois centavos); Data de assinatura: 19/07/2010; Vigência: 19/07/2010 a 19/07/2011; Origem: XE/DR/ACR- 10000007/2010.

Contrato 34/2010; Objeto: Serviço de Transporte de carga postal via superfície LTR - 17; Tarauacá x Feijó x Tarauacá. Valor Global: R\$55.244,00 (Cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais); Data de assinatura: 19/07/2010; Vigência: 19/07/2010 a 19/07/2011; Origem: XE/DR/ACR- 10000006/2010.

DIRETORIA REGIONAL DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2010

Objeto: Pregão Eletrônico nº 015/2010 - Contratação de empresa para a prestação dos serviços de auditoria média nas contas e faturamentos relativos ao plano CorrelatoSaúde no âmbito da ECT/AL, por doze meses. Recebimento das Propostas: no endereço <http://www.correios.com.br>, até às 09:00 horas, do dia 05/08/2010. Abertura das Propostas: em 05/08/2010, às 09:00 horas. Início da Disputa de Preços: às 14:00 horas, do dia 05/08/2010. Obtenção do Edital: no endereço eletrônico acima. Informações: pelo Tel./Fax: (0xx82) 3216-7946/7947/7972 e nos seguintes horários: 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.
<ID230592-0

LAURA BARRETO MAIA GOMES
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DO AMAZONAS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Manutenção Preventiva, Corretiva e Programada em Imóveis de Manaus, com fornecimento de materiais nº 025/2008; Assinada em 22/07/2008; Contratada: JS Instalações Ltda; Objeto: Prorrogação dos serviços de Manutenção predial em unidades da Diretoria Regional do Amazonas - ECT/DR/AM; Origem: Pregão Eletrônico nº 800008/2008; Valor Global: R\$ 555.249,02; Vigência: 22/07/2010 a 21/07/2011; Signatário: Agui de Siqueira Cavalcanti - Diretor Regional da Contratante, Ronaldo Evangelista Teixeira - Gerente de Administração da Contratante e Josué Freitas Barbosa Representante da Contratada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
26 JUL 2011
[Signature]

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000-008134/10 a documentação
a seguir constituída de 86 folhas.
que assim numerai: 02 / 10
Data: 06 / 03 / 10
Nome: [Signature]
Assinatura: [Signature]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
86
Relat. Q. J.

ATA DE REUNIÃO Nº 344/2010

**RETIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇO(S) PELA
OUTORGA.**

CONCORRÊNCIA Nº 011/2002


SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE(S): BENTO GONÇALVES/RS, JOAÇABA/SC e MÂNCIO LIMA/AC.

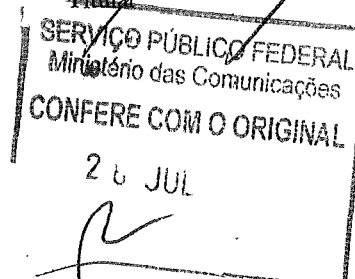
Em 05 de agosto de 2010, às 14h:30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici (ausência justificada) e dos membros, Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de **retificar a Ata de Reunião nº 130/2010, de 05 de abril de 2010, de Resultado de Julgamento da Proposta(s) de Preço pela Outorga.** (1) A Comissão Especial de Licitação, acata o PARECER Nº 0481 – 2.17/2010/DLFG/CONJUR/MC/AGU, endossado por meio do Despacho Ministerial datado de 24 de maio de 2010, publicado no DOU de 25 de maio de 2010, no sentido de anular o resultado de julgamento das propostas de preço da AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA e TELEVISÃO ALTAMAR LTDA., por terem sido inabilitadas na(s) localidade(s) acima mencionadas, mantendo inalteradas as demais proponentes. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 14h:45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

(AUSENTE)
ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular





RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão sob vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 3 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, Localidade de Bento Gonçalves/RS.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008134/02	Capra Publicidade e Promoções Ltda.	4.002.084,00	TV	98,777	99,389
53000.008145/02	Vetor Radiodifusão Ltda.	2.253.000,00	TV	97,828	98,914
53000.008129/02	Sinco - Sistema Nacional de Comunicação Ltda.	1.577.770,00	TV	96,899	98,449
53000.008144/02	Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	711.000,00	TV	93,118	96,559
53000.008132/02	Televisão Novo Século Ltda.	658.000,00	TV	92,563	96,282
53000.008137/02	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	413.000,00	TV	88,152	94,076
53000.008146/02	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	413.000,00	TV	88,152	94,076
53000.008139/02	Ledra e Silva Ltda.	405.000,00	TV	87,918	93,959
53000.008141/02	Galassi e Lopes Ltda.	305.000,00	TV	83,956	91,978
53000.008142/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	205.000,00	TV	76,130	88,065
53000.008148/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	140.000,00	TV	65,048	82,524

Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, Localidade de Joazeiro/SC.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008131/02	Rádio Santa Catarina Ltda.	2.500.000,00	TV	99,489	99,745
53000.008147/02	Televisão Blumenau Ltda.	2.270.000,00	TV	99,437	99,719
53000.008132/02	Televisão Novo Século Ltda.	2.268.014,00	TV	99,437	99,718
53000.008140/02	Meio Oeste Comunicações Ltda.	1.870.000,00	TV	99,317	99,659
53000.008129/02	Sinco - Sistema Nacional de Comunicação Ltda.	777.770,00	TV	98,358	99,179
53000.008144/02	Porto de Cima Rádio e Televisão	511.000,00	TV	97,501	98,751
53000.008149/02	X-Mediagroup S/A	407.000,00	TV	96,863	98,431
53000.008139/02	Ledra e Silva Ltda.	255.000,00	TV	94,992	97,496
53000.008137/02	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	213.000,00	TV	94,005	97,003
53000.008146/02	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	213.000,00	TV	94,005	97,003
53000.008141/02	Galassi e Lopes Ltda.	195.000,00	TV	93,452	96,726
53000.008142/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	105.000,00	TV	87,839	93,919
53000.008148/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	60.000,00	TV	78,718	89,359

Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, Localidade de Mâncio Lima/AC.

Nº do Processo	Proponentes	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008149/02	X-Mediagroup S/A	407.000,00	TV	97,346	98,673
53000.008146/02	Rede Paraíba de Comunicação Ltda.	153.000,00	TV	92,941	96,471
53000.008137/02	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	113.000,00	TV	90,442	95,221
53000.008139/02	Ledra e Silva Ltda.	106.000,00	TV	89,811	94,906
53000.008130/02	Empresa Cruzeiroense de Telecomunicações de Rádio e TV Ltda.	101.198,90	TV	89,328	94,664
53000.008146/02	Lider Comunicações Ltda.	100.000,00	TV	89,200	94,600
53000.008141/02	Galassi e Lopes Ltda.	86.000,00	TV	87,442	93,721
53000.008142/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	56.000,00	TV	80,714	90,357
53000.008148/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	30.000,00	TV	64,000	82,000

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, nas(s) Concorrência(s) indicada(s) no(s) Anexo(s) I e II.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 3 de agosto de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010080600124

ANEXO I

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	G R Sistema de Comunicação Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Guarani Radiodifusão Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Rádio Capa FM Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Rádio e Televisão Nossa Senhora do Carmo Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Rádio e TV Atitude Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Sociedade Rádio Continente Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Dalmolin & Fabiani Comunicações Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rede Panorama de Comunicações Ltda.	Dalmolin & Fabiani Comunicações Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	E & M Consultoria e Serviços Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rede Panorama de Comunicações Ltda.	E & M Consultoria e Serviços Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rede Panorama de Comunicações Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Capa FM Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Jovem Prata Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Rio Maxi Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Seara Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rede Panorama de Comunicações Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Sistema de Comunicação R J Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rede Panorama de Comunicações Ltda.	Sistema de Comunicação R J Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Sistema Tecchio de Radiodifusão Ltda.
039/2010	PR	Itapejara D'Oeste	FM	Rede Panorama de Comunicações Ltda.	Sistema Tecchio de Radiodifusão Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Canto Nativo Radiodifusão Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.	Canto Nativo Radiodifusão Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	E & M Consultoria e Serviços Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.	Martins Fayad Radiodifusão Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Piazito Comunicações Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.	Piazito Comunicações Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Capa FM Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Metropolitan Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.	Rádio Metropolitan Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Rádio Rio Maxi Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Sistema de Comunicação R J Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.	Sistema de Comunicação R J Ltda.
040/2010	PR	Piñón	FM	Rádio e Televisão MRC Ltda.	Sistema Neigrande de Comunicações Ltda.

ANEXO II

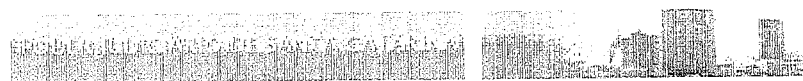
RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
024/2010	MG	Manutim	FM	T.P.P. Comércio e Representações Ltda.
026/2010	RS	Barão de Cotegipe	FM	Rádio Jovem Prata Ltda.
035/2010	RO	Chupinguiã	FM	Sistema Rondônia de Rádio Ltda.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2010



Portal de Serviços

Identificar-se

Página Inicial > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1º Grau

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Os números de processo que não possuem formato unificado poderão ser consultados através da opção "Outros".
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.

Dados para Pesquisa

COMARCA: Joaçaba

Pesquisar por: Número do Processo

☒ Padrão Nacional
 ☐ Outros

Número do Processo: 037020044611

Dados do Processo

Processo: 037.02.004461-1 (0004461-90.2002.8.24.0037) Arquivado

Classe: Execução Fiscal

Área: Cível

Local Físico: 12/05/2008 00:00 - Arquivo Central - Caixa 1952

Distribuição: Sortelo - 09/10/2002 às 16:38

2 Vara Cível - Joaçaba

Partes do Processo

Exequente: Município de Joaçaba

Advogado(a): Eleandro Roberto Brustolin e outro

Advogado(a): Jaire Formighieri de Almeida

Executado: Vilmar Miguel Sartori

Movimentações

Exibindo 5 últimas. » Listar todas as movimentações.

Data	Movimento
12/05/2008	Remessa ao Arquivo Central Caixa 1952
04/02/2004	Processo arquivado definitivamente cx 2280
03/02/2004	Juntada de outros De GRJ
30/01/2004	Juntada de AR ofício 239/04
21/11/2003	Certificado trânsito em julgado

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

<http://esaj.tjsc.jus.br/cpo/pg/search.do?paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=37&cbP...> 27/6/2011

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Petições diversas

Data	Tipo
01/08/2003	Pedido de extinção do processo 01/08/03. prot. 013819.
12/09/2003	Pedido de extinção do processo 12/09/03 protocolo 016962 -
02/02/2004	Outros GRJ n 1024412-35 ref. pagamento de custas finais, valor R\$ 81,33

Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

Desenvolvido pela Softplan em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina

 26 JUL 2011
 CONFERE COM O ORIGINAL
 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações

<http://esaj.tjsc.jus.br/cpo/pg/search.do?paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=37&cbP...> 27/6/2011

Tribunal Regional Federal da Primeira Região (#)

89

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

(61) 3314-5225

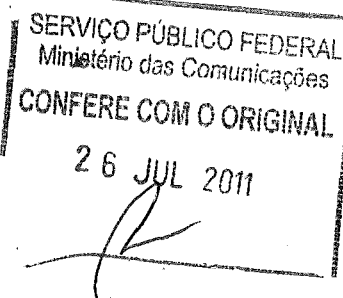
- Início (#)
- Consulta Processual / DF (/consultaProcessual/index.php?secao=DF)
- Por CPF ou CNPJ da parte
- A- (javascript::)
- A (javascript::)
- A+ (javascript::)
- A (javascript::)
- A (javascript::)

Fechar todos (#)

Abrir todos (#)

Opções de pesquisa (#acessoRapido)

- Número do Processo (/consultaProcessual/numeroProcesso.php?secao=DF)
- Nome da Parte (/consultaProcessual/nomeParte.php?secao=DF)
- Código OAB do Advogado (/consultaProcessual/oabAdvogado.php?secao=DF)
- Nome do Advogado (/consultaProcessual/nomeAdvogado.php?secao=DF)
- CPF/CNPJ da parte (/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=DF)
- Mandados Judiciais (/consultaProcessual/mandadoJudicial.php?secao=DF)
- Protocolo da Petição (/consultaProcessual/protocoloPeticao.php?secao=DF)



Seção Judiciária do Distrito Federal / Alterar (#)

Órgão

Nenhuma parte com processos encontrado com o argumento informado:[cnpj: 04519960000113, mostrar processos baixados: Não]

Consulta Processual

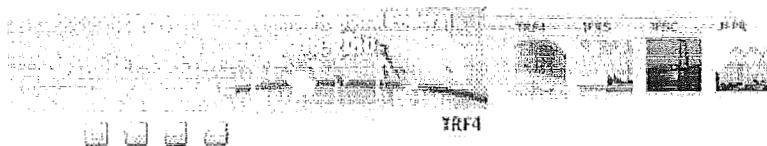
CPF ou CNPJ da Parte

☐ Mostrar os baixados

<http://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/cpfCnpjParte.php?secao=DF>

27/6/2011

890



Institucional
Ouvidoria
Estatística
Comunicação Social
Concursos e Estágios
Verbas
Publicações
Links Jurídicos
Plantão Judiciário
Consulta Processual
Jurisprudência
Licitações
Precatórios e RPVs
Sustentações Oraís e
outros agendamentos
Calendário TRF
Legislação
Ajuda
Cálculos Judiciais
Repercussão Geral
Recurso Repetitivo

Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

CPF/CNPJ da Parte

Número do CPF/CNPJ:

04519960000113

Onde consultar:

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após: 01/01/1970

Intranet



Pesquisar

COMO UTILIZAR

Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Retorna a Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[REDACTED]

[REDACTED]

Em caso de dúvidas, fale conosco:

Seção de Informação Processual

(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225

informacao.processual@stj.jus.br

Avalie este serviço:

**Informações
processuais**

☒ Ótimo

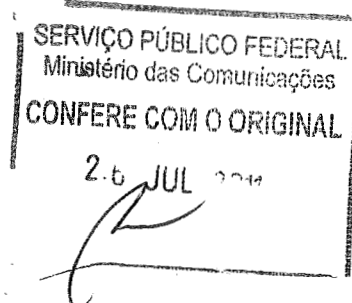
☐ Bom

☐ Ruim

☐ Péssimo

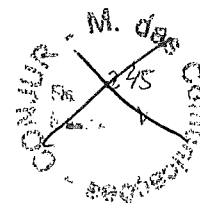
[REDACTED]

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319-8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE



PARECER Nº 0675/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.006013/2002

EMENTA: Concorrência Nº 011/2002/SSR/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, nas localidades de Mâncio Lima, no Estado do Acre, Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina.

I – LOCALIDADE DE MÂNCIO LIMA/AC: pela HOMOLOGAÇÃO do certame, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade vencedora X-MEDIAGROUP S/A;

II – LOCALIDADE DE BENTO GONÇALVES/RS: pela HOMOLOGAÇÃO do certame, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade vencedora CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA; e

III – LOCALIDADE DE JOAÇABA/SC: pela HOMOLOGAÇÃO do certame, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade vencedora RÁDIO SANTA CATARINA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

Senhora Coordenadora,

2 JUL 2011

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica (por meio do Memo. Nº 290/2010/CEL/MC – fl. 243 do processo principal) os processos da Concorrência nº 011/2002 – CEL/MC em referência, cujo objeto é a outorga de concessão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens, para as localidades de Mâncio Lima, no Estado do Acre, Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina.

2. Preliminarmente, insta registrar que a referida Comissão já havia encaminhado os processos em tela a este órgão para fins de análise quanto à possível homologação, ocasião em que se proferiu o PARECER Nº 0481 – 2.17/2010/DLFG/CONJUR/MC/AGU (fls. 235/236), por intermédio do qual se opinou pela anulação do certame, a partir da fase de classificação e julgamento das propostas, haja vista que foram abertos os invólucros de duas entidades que não haviam sido habilitadas (Agência Prisma S/C Ltda. e Televisão Altamar Ltda.). Acolhidas as razões do citado Parecer, foi publicado o Despacho do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, consoante se verifica à fl. 238.

3. Em prosseguimento, a Comissão retificou as atas que haviam aprovado os resultados de classificação e de julgamento das propostas, excluindo-se, desta feita, as entidades acima referidas. Assim, à fl. 240 se depara com nova publicação das entidades classificadas e, à fl. 242, com novo resultado de julgamento das propostas.

4. Dando-se continuidade, pois, à análise para as localidades em apreço, certifica-se que o procedimento se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

5. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalva-se que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, *in verbis*:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

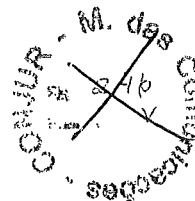
§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

6. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO¹:

Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481





em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito.

7. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, o que será feito por cada localidade a seguir.

I – DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO PARA A LOCALIDADE DE MÂNCIO LIMA/AC

8. Para a localidade de Mâncio Lima/AC, sagrou-se vencedora a proponente X-MEDIAGROUP S/A (Processo nº 53000.008149/2002), segundo a publicação de fl. 242 do processo principal.

9. Procedendo-se à leitura dos autos da proponente, verifica-se que sua documentação de habilitação fora apresentada em conformidade com o edital (fls. 2/241), motivo pelo qual fora considerada habilitada pela Comissão. Registre-se que em face do mencionado ato, foi interposto recurso pela entidade EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELECOMUNICAÇÕES DE RÁDIO E TV LTDA. (fls. 260/265 do processo da entidade), o que originou a análise por esta CONJUR (PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 2124-2.21/2009 – fls. 312/315), cujo remate foi pelo conhecimento mas não provimento do recurso, com publicação da citada análise acostada à fl. 172 do processo principal.

10. Ainda sobre a licitante X-MEDIAGROUP S/A., é possível verificar que, segundo dados obtidos junto ao Sistema de Acompanhamento de Radiodifusão – SARF desse Ministério, a proponente não detém outorgas outras. Logo, não há impedimento à atual homologação com relação ao limite fixado no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

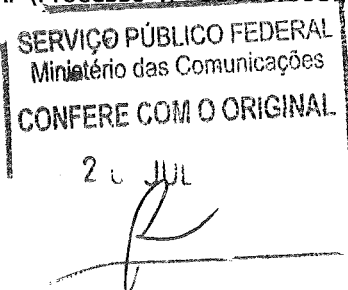
11. Depara-se, às fls. 345/349 e 359/362, com os documentos em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2004; adicionalmente, não se verifica nos autos a existência de recursos pendentes de análise – o que também fora certificado à fl. 350 pela Comissão.

12. Constata-se, pois, que a Comissão observou as regras contidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à concorrência para a localidade em apreço.

13. Cumpridos os requisitos do edital, opina-se pela homologação da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, para a localidade de Mâncio Lima, no Estado do Acre, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à licitante X-MEDIAGROUP S/A.

II – DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO PARA A LOCALIDADE DE BENTO GONÇALVES/RS

14. Para a localidade de Bento Gonçalves/RS, sagrou-se vencedora a licitante CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. (Processo nº 53000.008134/2002), segundo a publicação de fl. 242 do processo principal.



[assinatura]

15. Procedendo-se à leitura dos autos da proponente, verifica-se que sua documentação de habilitação fora apresentada em conformidade com o edital (fls. 2/57), motivo pelo qual fora considerada habilitada pela Comissão. Registre-se que em face do mencionado ato, foi interposto recurso pela entidade EXTRA RADIODIFUSÃO LTDA. (fls. 76/83 do processo da entidade), o que originou a análise por esta CONJUR (PARECER/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 2084-2.21/2009 – fls. 109/112 do processo principal), cujo remate foi pelo conhecimento mas não provimento do recurso, com publicação da citada análise acostada à fl. 173 do processo principal.

16. Ainda sobre a licitante CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA., é possível constar que, segundo dados obtidos junto ao Sistema de Acompanhamento de Radiodifusão – SARF desse Ministério, a proponente não detém outorgas outras. Logo, não há impedimento à atual homologação com relação ao limite fixado no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

17. Depara-se, às fls. 166/169, com extratos dos tribunais, em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2004; verifica-se a existência de ação ordinária e de apelação (cujo assunto se refere à obrigação de fazer sobre registro de marcas, patentes ou invenções – fls. 167/168), mas que não se constituem, a princípio, em óbice à homologação presente; adicionalmente, não se depara nos autos com recursos pendentes de análise – o que também fora certificado à fl. 149 pela Comissão.

18. Constata-se, pois, que a Comissão observou as regras contidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à concorrência para a localidade em apreço.

Cumpridos os requisitos do edital, opina-se pela homologação da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, para a localidade de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à licitante CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA.

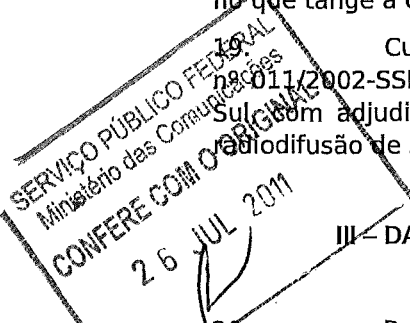
III – DA ANÁLISE DO PROCEDIMENTO PARA A LOCALIDADE DE JOAÇABA/SC

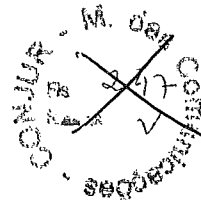
20. Para a localidade de Joaçaba/SC, sagrou-se vencedora a licitante RÁDIO SANTA CATARINA LTDA. (Processo nº 53000.008131/2002), segundo a publicação de fl. 242 do processo principal.

21. Procedendo-se à leitura dos autos da proponente, verifica-se que sua documentação de habilitação fora apresentada em conformidade com o edital (fls. 1/30), motivo pelo qual fora considerada habilitada pela Comissão. Acrescente-se que a certidão à época positiva, exarada em nome do sócio administrador Vilmar Miguel Sartori (fl. 13-v), já fora arquivada, consoante extrato do sítio eletrônico da Justiça Estadual de Santa Catarina (fl. 88).

22. Ainda sobre a licitante RÁDIO SANTA CATARINA LTDA., é possível constatar que, segundo dados obtidos junto ao Sistema de Acompanhamento de Radiodifusão – SARF desse Ministério, a proponente não detém outorgas outras. Logo, não há impedimento à atual homologação com relação ao limite fixado no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

23. Depara-se, às fls. 75/78 e 89/91, com os documentos em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2004; adicionalmente, não se verifica nos





autos a existência de recursos pendentes de análise – o que também fora certificado à fl. 74 pela Comissão.

24. É de se inferir, pois, que a Comissão observou as regras contidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à concorrência para a localidade em apreço.

25. Cumpridos os requisitos do edital, opina-se pela homologação da Concorrência nº 011/2002-SSR/MC, para a localidade de Joaçaba, no Estado de Santa Catarina, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à licitante RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.

IV – DA CONCLUSÃO

26. Em face de todo o exposto, pode-se concluir o seguinte:

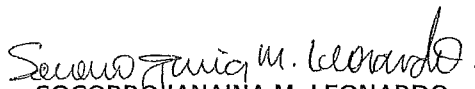
(i) LOCALIDADE DE MÂNCIO LIMA/AC: pela HOMOLOGAÇÃO do certame, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade vencedora X-MEDIAGROUP S/A;

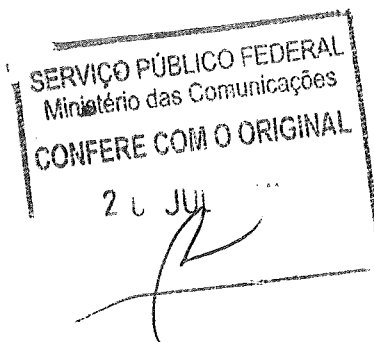
(ii) LOCALIDADE DE BENTO GONÇALVES/RS: pela HOMOLOGAÇÃO do certame, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade vencedora CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA; e

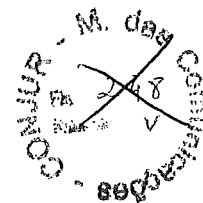
(iii) LOCALIDADE DE JOAÇABA/SC: pela HOMOLOGAÇÃO do certame, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade vencedora RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.

À consideração superior.

Brasília, 27 de junho de 2011.


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO
Advogada da União





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 0957/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.006013/2002

ASSUNTO : Concorrência Nº 011/2002 – SSR/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, nas localidades de Mâncio Lima, no Estado do Acre, Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina.

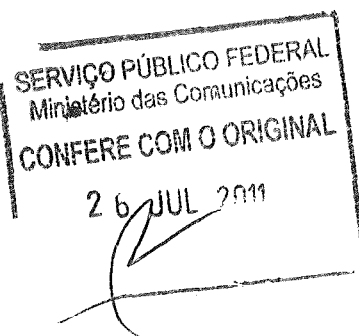
Aprovo o PARECER Nº 0675/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União Socorro Janaina M. Leonardo.

Encaminhem-se os autos ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

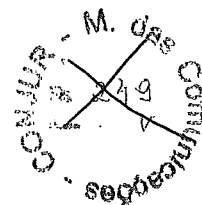
Brasília, 28 de junho de 2011.


Tatiane Flores Cavalcante Razuk

Advogada da União
Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



sjl



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 0958/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.006013/2002

ASSUNTO : Concorrência Nº 011/2002 – SSR/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, nas localidades de Mâncio Lima, no Estado do Acre, Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina.

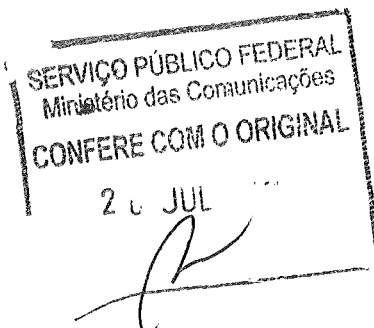
Aprovo o DESPACHO Nº 0957/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos, que aprovou o PARECER Nº 0675/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 18 de julho de 2011.

Daniel Pereira de Franco
Advogado da União

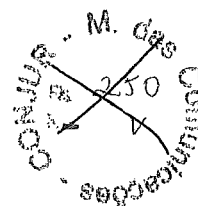
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



sjl



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 0959/2011/RZL/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO PRINCIPAL nº 53000.006013/2002

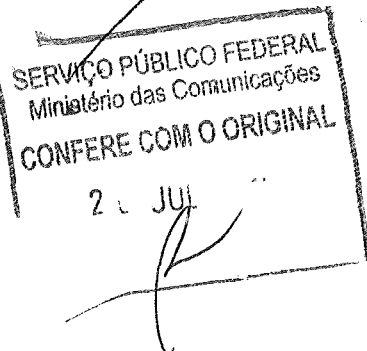
ASSUNTO : Concorrência Nº 011/2002 – SSR/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, nas localidades de Mâncio Lima, no Estado do Acre, Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, e Joaçaba, no Estado de Santa Catarina.

Aprovo o DESPACHO Nº 0958/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o DESPACHO Nº 0957/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, que aprovou o PARECER Nº 0675/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 13 de ~~junho~~ de 2011.


Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico



sjl

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2011.

Acolho o **PARECER Nº 0675/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seus objetos às vencedoras, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

26 JUL 2011

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
011/2002	AC	MÂNCIO LIMA	TV	X-MEDIAGROUP S/A	53000.008149/2002
011/2002	RS	BENTO GONÇALVES	TV	CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA.	53000.008134/2002
011/2002	SC	JOAÇABA	TV	RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.	53000.008131/2002

**DESPACHOS DO MINISTRO**
Em 21 de julho de 2011

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 006/2010-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de concessão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens, para a localidade de Forquilha, no Estado do Ceará, acolho o PARECER Nº 0699/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS**

PROponente Recorrente	Proponente Recorrida	Nº PROCESSO
SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.	SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.020845/2010
SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV VALE JAGUARIBANO LTDA.	53000.020846/2010
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.	53000.020842/2010
OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL LTDA.	S.F. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.020852/2010

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante SISTEMA POTIGUAR DE COMUNICAÇÃO LTDA. em face da proponente GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA. na Concorrência nº 006/2010-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0699/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer do recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSO NÃO CONHECIDO**

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Recorrida	Nº PROCESSO
006/2010	CE	FORQUILHA	TV	GUARANI RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.020843/2010

Acolho o PARECER Nº 0675/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seus objetos às vencedoras, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº PROCESSO
011/2002	AC	MÂNCIO LIMA	TV	X-MEDIA GROUP S/A	53000.008149/2002
011/2002	RS	BENTO GONÇALVES	TV	CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA.	53000.008134/2002
011/2002	SC	JOAÇABA	TV	RÁDIO SANTA CATARINA LTDA.	53000.008131/2002

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 038/2009-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Manguierinha, no Estado do Paraná, acolho o PARECER Nº 0656/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS**

PROponente Recorrente	Proponente Recorrida	Nº PROCESSO
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	RÁDIO CLUB DE PALMAS LTDA.	53000.008294/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	JGR TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	53000.008290/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	CMM COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.008296/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	RÁDIO MANGUEIRINHA FM LTDA.	53000.008295/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	RÁDIO NIRVANA FM LTDA.	53000.008293/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	53000.008297/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	RÁDIO JOVEM PRATA LTDA.	53000.008286/2010
RÁDIO NIRVANA FM LTDA.	RÁDIO JOVEM PRATA LTDA.	53000.008286/2010

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. e SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO COVÓ LTDA. em face da própria inabilitação, na Concorrência nº 038/2009-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0656/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer dos recursos, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSOS NÃO CONHECIDOS**

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponentes Recorrentes	Nº PROCESSOS
038/2009	PR	MANGUEIRINHA	FM	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA. e SOCIEDADE DE COMUNICAÇÃO COVÓ LTDA.	53000.008287/2010 53000.008289/2010

Tendo em vista os recursos interpostos na fase de habilitação da Concorrência nº 038/2009-CEL/MC, cujo objeto é a outorga de permissão de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, para a localidade de Manguierinha, no Estado do Paraná, acolho o PARECER Nº 0656/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer dos recursos, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSOS NÃO CONHECIDOS**

PROponente Recorrente	PROponente Recorrida	Nº PROCESSO
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	RÁDIO ANPELAR LTDA.	53000.008292/2010
RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	RÁDIO 90.1 FM LTDA.	53000.008291/2010

Acolho o PARECER Nº 0566/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº PROCESSO
122/2001	PR	LONDRINA	FM	TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA.	53740.000247/2002

Acolho o PARECER Nº 691 /2011/TC/ CGCE/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº PROCESSO
127/2001	SP	FLORA RICA	FM	MERCOM BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA.	53830.000206/02

Em 22 de julho de 2011

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante DNA COMUNICAÇÃO LTDA contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA. na Concorrência nº 066/2009-SSR/MC, para a localidade de Umuarama, no Estado do Paraná, acolho o PARECER Nº 591/2011/TC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO**

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	DNA COMUNICAÇÃO LTDA.	NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA. na Concorrência nº 066/2009-SSR/MC, para a localidade de Umuarama, no Estado do Paraná, acolho o PARECER Nº 626/2011/TC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSOS - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS**

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	DNA COMUNICAÇÃO LTDA.	REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	XETÁS COMUNICAÇÃO LTDA.	REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente TV REGIONAL LTDA. na Concorrência nº 066/2009-SSR/MC, para a localidade de Umuarama, no Estado do Paraná, acolho o PARECER Nº 610/2011/TC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a JULGAR PREJUDICADOS OS RECURSOS PELA PERDA DO OBJETO, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO**RECURSOS PREJUDICADOS PELA PERDA DO OBJETO**

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	RÁDIO E TELEVISÃO MRC LTDA.	TV REGIONAL LTDA.
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	DNA COMUNICAÇÃO LTDA.	TV REGIONAL LTDA.
066/2009	PR	UMUARAMA	TV	XETÁS COMUNICAÇÃO LTDA.	TV REGIONAL LTDA.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.008131/02 a documentação
a seguir constituída de 15 folhas,
que assim numerei: 100 / 114
Data: 29 / 07 / 2011
Nome: _____
Assinatura: [assinatura]



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.519.960/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 25/06/2001
NOME EMPRESARIAL RADIO SANTA CATARINA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R GETULIO VARGAS	NÚMERO 650	COMPLEMENTO SALA 01	
CEP 89.600-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO JOACABA	UF SC
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **29/07/2011** às **10:40:21** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Acompanhamento processual
Sistema Push
Cadastramento para obtenção de cópias dos autos
Solicitação de Preferência de Julgamento e Sustentação Oral
Guia do Advogado
Certidão de Andamento
Calendário de Sessões e Pautas de Julgamentos
Boletim Estatístico

Processos

Pesquisar por:

(Preencha **qualquer um** dos campos abaixo para realizar a pesquisa. Se preferir, preencha mais de um campo.)

Número do Processo no STJ: Ex.: REsp 123456, HC 54321, AG 435459

Número de REGISTRO no STJ: Ex.: 2007/0249585-9

Número Único de Processo (NUP): Ex.: XXXXXXX-XX-XXXX.X.XX.XXXX

Número do Processo na ORIGEM: Não digitar barra ("/"), ponto (".") ou traço ("-"). Ex.: 200702495859

OAB do Advogado: Ex.: DF1234, SP123456

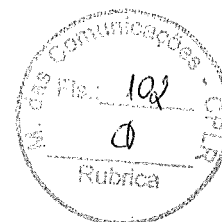
Nome da PARTE: RADIO SANTA CATARINA LTDA

Nome do ADVOGADO:

☐ Exibir somente processos eletrônicos.

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900, Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

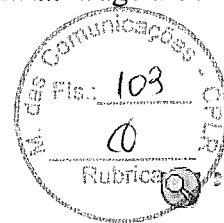
[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900, Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

Consulta Processual pelo Nome da Parte
Nome Pesquisado: RADIO SANTA CATARINA LTDA

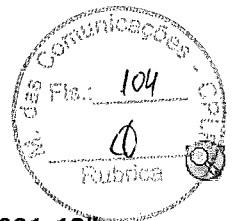


Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "RADIO SANTA CATARINA LTDA".

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 29/07/2011 às 10:51:41

Consulta Processual pelo CPF/CNPJ da Parte

Argumento informado: 04.519.960/0001-13



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "04.519.960/0001-13".

Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 29/07/2011 às 10:52:38



Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



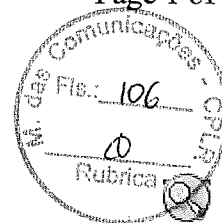
Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo nome da parte
Argumento Pesquisado:: RADIO SANTA CATARINA LTDA

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "RADIO SANTA CATARINA LTDA".



Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 29/07/2011 às 10:53:18

Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



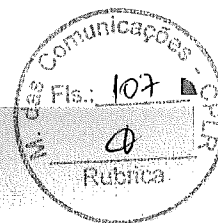
Tipo de Pesquisa.: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

Argumento Pesquisado: 04.519.960/0001-13

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "04.519.960/0001-13".



Emitido pelo site www.trf1.jus.br em 29/07/2011 às 10:54:16



- Institucional
- Ouvidoria
- Estatística
- Comunicação Social
- Concursos e Estágios
- Varas
- Publicações
- Links Jurídicos
- Plantão Judiciário
- Consulta Processual
- Jurisprudência
- Licitações
- Precatórios e RPVs
- Sustentações Oraís e outros agendamentos
- Calendário TRF
- Legislação
- Ajuda
- Cálculos Judiciais
- Repercussão Geral
- Recursos Repetitivos

Intranet



Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte

Nome da Parte:

RADIO SANTA CATARINA LTDA

Onde consultar:

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após: 01/01/1970

Pesquisar

COMO UTILIZAR

Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

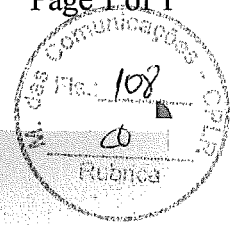
Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).



Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

"O nome da parte não está cadastrado ou possui muitos processos"

mp mp ouc bines



- Institucional
- Ouvidoria
- Estatística
- Comunicação Social
- Concursos e Estágios
- Varas
- Publicações
- Links Jurídicos
- Plantão Judiciário
- Consulta Processual
- Jurisprudência
- Licitações
- Precatórios e RPVs
- Sustentações Oraís e outros agendamentos
- Calendário TRF
- Legislação
- Ajuda
- Cálculos Judiciais
- Repercussão Geral
- Recursos Repetitivos

Intranet



Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo, Nome da Parte, CPF, OAB ou Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.
5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Número do CPF/CNPJ:

Onde consultar:

☒ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após:

Pesquisar

COMO UTILIZAR

Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

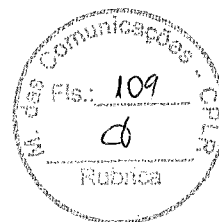
Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).

"CNPJ não cadastrado..."

Mª Mônica Lima

Certidão

563afcc21e8d9cde86b63ac49ce0f087



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS, E DE EXECUÇÕES CRIMINAIS

PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

Certificamos que contra a
PESSOA JURÍDICA:
RADIO SANTA CATARINA LTDA

CNPJ:
04519960/0001-13


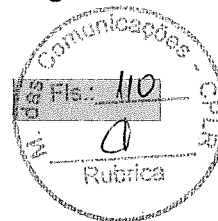
NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná (Processo Eletrônico) até 22/07/2011 às 01:01**
- **Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 29/07/2011 às 02:01**
- **Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 28/07/2011 às 06:01**
- **Paraná (Processo Papel) até 29/07/2011 às 00:30**
- **Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 28/07/2011 às 23:10**
- **Santa Catarina (Processo Papel) até 28/07/2011 às 20:00**

Certidão emitida em: 29/07/2011 às 10:56 (hora e data de Brasília)

A **aceitação** da presente certidão está condicionada à conferência dos dados pessoais da parte interessada e à verificação de sua validade na Internet, **pela autoridade recebedora competente**, através do endereço <http://www.trf4.gov.br> (Menu "Consulta Processual/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle **563afcc21e8d9cde86b63ac49ce0f087**.

 Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

 Tela Inicial  Resultado da Consulta


Consulta Geral

Critérios da Pesquisa

Nome Entidade: RADIO SANTA CATARINA LTDA

Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!

 Ministério das Comunicações

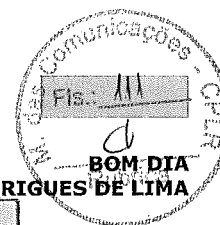
Destaques do Governo



Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos



 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda

 Dados da consulta

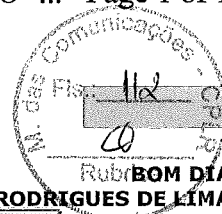
 Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: IVAN ZANARDO

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

Internet | tela | menu | ajuda

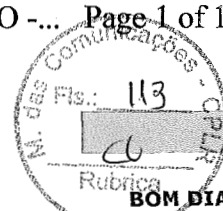
Dados da consulta | Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: JORGINHO DOS SANTOS MELLO

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



Ministério das Comunicações Destques do Governo



Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -** internet tela | menu ajuda
RADIODIFUSÃO

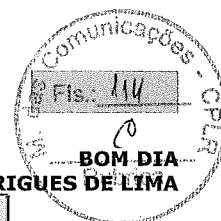
Dados da consulta Consulta

Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: VILMAR MIGUEL SARTORI

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



Agência Nacional
de Telecomunicações

MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consulta Participação do Sócio -
RADIODIFUSÃO**

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Consulta

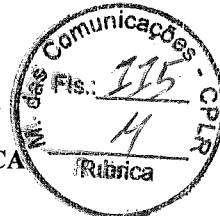
Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: JORGE LUIZ DRESCH

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 132 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF



NOTA TÉCNICA Nº 128 /2011/CPLR/DEOC/SCE

Referência Processo nº : 53000.008131/2002 (cópia 1)
Assunto : Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais – Serviço: TV
Interessada : Rádio Santa Catarina Ltda.

Trata-se de processo licitatório, visando a outorga de permissão para explorar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a entidade citada acima, vencedora da Concorrência 011/2002-SSR/MC, para a localidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, conforme despacho de homologação de 21 de julho de 2011, publicado no DOU de 25 subsequente.

Tendo em vista a preparação das minutas dos atos da referida outorga, opina-se pelo seu encaminhamento, juntamente com a cópia do processo, ao Sr. Consultor Jurídico, para providências cabíveis.

Brasília, 02 de agosto de 2011.


ALICIONETE DA SILVA LUZ
Agente Administrativo

De acordo. Prossiga-se conforme proposto.

Em 02/08/2011


DENISE MENEZES DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR
Fls. 116
Rubrica
M. das Comunicações

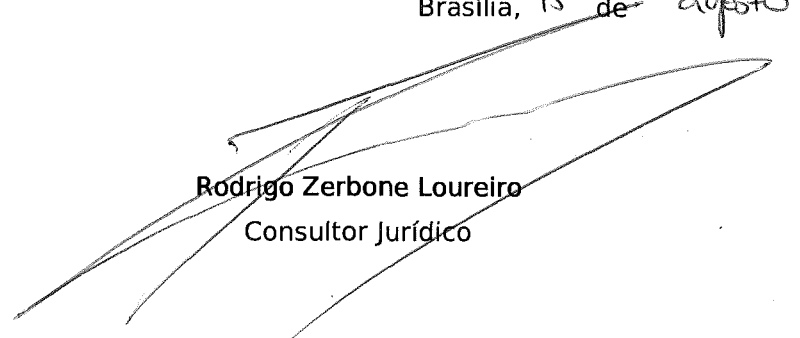
COTA nº 0452/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53000.008131/2002
Interessado: RÁDIO SANTA CATARINA LTDA

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, esclareço que não se verificou óbice jurídico ao prosseguimento do feito, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 15 de agosto de 2011.


Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 011/2002 SSR/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

CONCESSÃO DE TV

Brasília-DF, outubro de 2002

ÍNDICE

1. OBJETO
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. PENALIDADES
15. DISPOSIÇÕES FINAIS
16. ANEXOS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 011/2002- SSR/MC
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 18/12/02, às 9:00 horas, na Sede do Ministério das Comunicações, no Distrito Federal situada na Esplanada dos Ministérios bloco "R" - Edifício Sede - térreo - auditório - Brasília-DF - Cep: 70044-900

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela medida provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 15 anos.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Secretaria da Comissão em Brasília-DF, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R"
Ed. Sede - Sobre Loja - sala 107
Brasília - Distrito Federal
CEP: 70044-900



Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na sede do Ministério das Comunicações em Brasília considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.

2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura, pela autoridade competente, dos atos de outorga referentes às primeiras

localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades

3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e tenham sede no país; por estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cujas falências haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.



4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subconcessão.

5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.3 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, contrato social devidamente registrados ou arquivados na repartição competente.

5.2.4 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para a abertura do recebimento da documentação e proposta;

5.2.5 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;



5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial, e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,2$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

a) da Receita Federal ;

b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;

c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;

d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Concessão, constituindo-se parte integrante dele.

7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.



7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Concessão, constituindo-se parte integrante deste.

8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VII, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de

serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO	
Localidade(s) de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<u>Conteúdo:</u> Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica Qualificação Econômico-Financeira Regularidade Fiscal	

CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO	
Localidade de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<u>Conteúdo:</u> Conjunto nº 2: Proposta Técnica	



CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
Edital da Concorrência nº ____ / ____ - SSR/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Localidade de Prestação do Serviço: (indicar a localidade de interesse)

Serviço/UF:

Razão Social da Proponente: (indicar a Razão Social)

Conteúdo:

Conjunto nº 3:

Proposta de Preço pela Outorga

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.



9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, suas alterações, legislação específica, bem como o estabelecido neste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura do(s) Conjunto(s) nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos proponentes para verificação.

9.4.7 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à publicação dos conceitos de **Habilitada** e **não Habilitada**, resultantes da análise no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) interposição de recurso contra habilitação de terceiros;
- b) interposição de recursos contra a própria inabilitação.

9.5.1 Superada esta etapa da fase de habilitação, a Comissão Especial de Licitação publicará Aviso no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) apresentação de impugnação a recursos interpostos.

9.5.2 A publicação de que trata o subitem anterior, para os fins de cientificação das proponentes, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a Unidade da Federação (UF);
- b) a localidade de execução do serviço;
- c) o número da Concorrência;
- d) o serviço ou serviços objeto de cada Concorrência;
- e) a indicação de existência ou não de recurso por localidade/concorrência/serviço.

9.5.3 A relação dos nomes de recorrentes contra a habilitação de terceiros e contra a própria inabilitação, com a indicação dos respectivos concorrentes com documentos questionados, será fornecida diretamente pela Comissão de Assessoramento Técnico-CAT e disponibilizada no site do Ministério das Comunicações na Internet (www.mc.gov.br).

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.



9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexeqüível e incompatível com os objetivos da licitação.

10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:



10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a) $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$ pontos, para $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima: $Tt = 16$ horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a) $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

- a) $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima: $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

- a) $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima: $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

- a) $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima: $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

- a) $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$, para $9 \leq Pz \leq 36$
- b) Condição Mínima: $Pz = 36$ meses



10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6) \text{ pontos.}$

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \text{ (Grupo de enquadramento A)}$

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \text{ (Grupo de enquadramento B)}$

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \text{ (Grupo de enquadramento C)}$

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga



Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga
Vmim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A concessão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.



12.3 A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até o prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

12.4 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.5 O Contrato de Concessão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.6 A assinatura do Contrato de Concessão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.7 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da concessionária.

12.7.1 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do Contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.7, com 10 (dez) dias de antecedência;

12.8 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Concessão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.9 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.10 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.11 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a concessionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.12 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.



12.13 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes àquela data.

12.14 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo, exclusivamente com relação à localidade de prestação de serviço.

13.3.1 Os recursos interpostos com relação a uma determinada localidade de prestação de serviço, não confere efeito suspensivo quanto à continuidade dos procedimentos licitatórios das demais localidades.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação intimará as demais proponentes, nos moldes estabelecidos pelos subitens 9.5.1 e 9.5.2, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição protocolizada no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da recorrente;
- b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de



procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará na Secretaria da Comissão, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 Na Secretaria da Comissão funcionará nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora da Secretaria da Comissão;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 1 (uma) vez o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Concessão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 2% (dois por cento) do valor ofertado pela outorga;

c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Nos casos em que se identifique a necessidade de agilização de procedimentos, a Comissão Especial de Licitação poderá determinar a continuidade das fases subsequentes à de habilitação de proponentes, na Sede do Ministério das Comunicações, em Brasília-DF.

15.2 A data de vigência da Outorga de Concessão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.4 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.



16. ANEXOS

16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;

16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;


16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;

16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;

16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão;

16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília - DF, 18 de outubro de 2002


JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO
Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



ANEXO I
EDITAL DA CONCORRÊNCIA N.º 11/2002 – SSR/MC
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Localidade de Execução do Serviço		Tipo de Serviço	Canal ou Frequência (kHz)	Classe	Grupo de Enquadramento	Preço Mínimo da Outorga (R\$)
1	MANCIO LIMA-AC	TV	25	C	B	27.000,00
2	BENTO GONÇALVES-RS	TV	11	B1	B	122.332,50
3	JOAÇABA-SC	TV	13 -	B1	B	31.923,00



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m)
que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso.

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: _____ CNPJ/MF: _____ Data: ____/____/____
Edital da Concorrência nº ____/____-SSR/MC Localidade: _____ UF: _____

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): _____ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

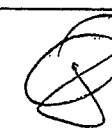
programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100



5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) . (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)



ANEXO IV

MODELO DE
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten mark, possibly a signature or initials, consisting of a stylized 'S' or '8' shape.

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-SSR/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten mark, possibly a signature or initials, consisting of a large, stylized loop with a cross inside.

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A
UNIÃO E A _____ PARA EXPLORAR O SERVIÇO
DE _____ RADIODIFUSÃO DE _____ SONS E
IMAGENS _____, NA _____ CIDADE
D _____ ESTADO D _____
_____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº _____, de _____ de _____, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de _____ de _____ de _____, para explorar o serviço de, na cidade d _____ Estado d _____, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado d _____, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº _____/_____-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela concessionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Concessão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A concessionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Concessão;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de _____ meses, contado da data de vigência da outorga;



d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;

l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;



Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) do valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.



Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____ / ____ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Concessionária

Testemunhas:



ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO (PARTICULAR)



ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO (Particular)

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/____-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)



OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);

m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

s) manter em dia os registros da programação;

t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A concessionária recolheu o valor de R\$ _____ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A concessionária deverá recolher o valor de R\$ _____ em _____, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



4

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 60 /2011/GM-MC

Brasília, 20 de outubro de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00708 2011 ✓
- 53000.023285/2010

MC 00712 2011 ✓
- 53000.018834/2005

MC 00713 2011 ✓ 3 vol.
- 53000.059167/2006

MC 00714 2011 ✓
- 53710.001139/2002

MC 00715 2011 ✓
- 53000.008131/2002

MC 00716 2011 ✓
- 53000.008134/2002

MC 00717 2011 ✓
- 53000.008149/2002

MC 00718 2011 ✓
- 53000.008018/2002

MC 00719 2011 ✓
- 53000.008237/2005

MC 00720 2011 ✓ 2 vol.
- 53000.034209/2003

Atenciosamente,


PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA
Coordenador-Geral